



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS-FAECS**

JOELMA DA SILVA TRINDADE

**“ENSINA A MENINA NO CAMINHO EM QUE ELA DEVE ANDAR”:
REPRESENTAÇÕES DE PRÁTICAS EDUCATIVAS DO INSTITUTO NOSSA
SENHORA DOS ANJOS EM MEMÓRIAS DE EX-ALUNAS (1953-1971)**

ABATETUBA/PA

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS-FAECS

JOELMA DA SILVA TRINDADE

“ENSINA A MENINA NO CAMINHO EM QUE ELA DEVE ANDAR”:
REPRESENTAÇÕES DE PRÁTICAS EDUCATIVAS DO INSTITUTO NOSSA
SENHORA DOS ANJOS EM MEMÓRIAS DE EX-ALUNAS (1953-1971)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Pará, como requisito
parcial para obtenção do Grau de licenciado em
pedagogia, sob a orientação da prof.^a Dr.^a. Maria do
Socorro Pereira Lima.

ABAETETUBA/PA

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS-FAECS

JOELMA DA SILVA TRINDADE

“ENSINA A MENINA NO CAMINHO EM QUE ELA DEVE ANDAR”:
REPRESENTAÇÕES DE PRÁTICAS EDUCATIVAS DO INSTITUTO NOSSA
SENHORA DOS ANJOS EM MEMÓRIAS DE EX-ALUNAS (1953-1971)

Aprovado em: ____/____/____

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Maria do Socorro Pereira Lima-UFPA

Orientadora- Faculdade de Educação e Ciências Sociais- CAAB/UFPA

Prof. Dr. Jadson Fernando Garcia Gonçalves - UFPA

Examinador- Faculdade de Educação e Ciências Sociais-CAAB/UFPA

Prof.^a Dr.^a. Maricilde Oliveira Coelho - UFPA

Examinadora externa- EA/UFPA

ABAETETUBA/PA

2019

DEDICATÓRIA

*Dedicado com muito amor, a meus pais,
Silvana e José, pela atitude de incentivarem
o que para muitos não tinha valor: o meu
sonho!*

AGRADECIMENTOS

Eu não seria justa se não atribuísse o mérito desta produção a todos os sujeitos que foram indispensáveis para sua concretização.

Primeiramente, sou grata a Deus pela oportunidade que ele me concedeu de realizar esse trabalho; como o dono de toda sabedoria e poder, tudo devo a ele e por isso dou Graças.

Agradeço imensamente a minha família principalmente a meus pais, José Raimundo e Silvana Castro, pela luta, pelo incentivo e investimento nos meus estudos, ressalto que, sem eles, nada disso seria possível porque neles encontrei o combustível para prosseguir diante das adversidades da vida.

O meu agradecimento estende-se também à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Pereira Lima, que contribuiu imensamente com o meu desenvolvimento intelectual e me ensinou o significado de superação e autonomia na busca de meus objetivos.

Nesse contexto de superação de dificuldades, que foram oriundas do processo de construção deste trabalho, eu não poderia esquecer de agradecer a todos os meus amigos, que direta ou indiretamente contribuíram para essa tão almejada vitória; em especial a amiga Elizabeth Rodrigues, que foi a companheira de pesquisa que me ajudou nos momentos que eu mais precisei, assim como, ao meu namorado Izaías Lima, que foi o meu suporte nos momentos mais difíceis da pesquisa.

Agradeço também à direção e a todos os funcionários do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, em especial, à irmã Ermelita Coelho, Guiomar Ribeiro e Abílio Gomes, que com muito carinho me receberam na instituição e me oportunizaram ter contato com as documentações que foram cruciais para a sustentação deste estudo.

Por último, e não por ser menos importante, quero agradecer as protagonistas que deram voz e sentido a esta produção, a saber: Guiomar Ribeiro, Terezinha Ferreira, Miralda Maués, Regina Cardoso, Regina Felgueiras, Maria Edna, Raimunda Parente (Senita), Elvira Felgueiras e Maria José. Essas mulheres representaram uma lista gigantesca de ex-alunas que foram procuradas para

contribuir com esta pesquisa. Entretanto, estas foram as únicas que com atenção e gentileza atenderam ao meu pedido e, por isso, são merecedoras deste reconhecimento. Elas, uma a uma, abriram as portas de suas casas para me atender; foram elas que dedicaram um pouco do seu tempo para contribuir com este estudo e mais que isso, elas me agradeceram com as suas memórias.

Que Deus recompense a todos!

“Ao iniciar meus estudos no Instituto Nossa Senhora dos Anjos, apesar de ser um ensino tradicional no qual as alunas eram avaliadas pelo conceito mensal, comportamentos e atitudes; com o tempo houveram mudanças na forma de aprender que foram evidenciadas na prática” (SENITA, dezembro, 2018).

RESUMO

Este estudo originou-se do plano de trabalho intitulado “Representações da educação de meninas do Instituto Nossa Senhora dos Anjos em memórias de ex-alunas” que integra o projeto de pesquisa aprovado no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UFPA, sob o título “História e memória do Instituto Nossa Senhora dos Anjos: o impacto na ação educacional de meninas abaetetubenses (1953-1980)”. A pesquisa em questão, analisou as representações de ex-alunas do Instituto Nossa Senhora dos Anjos a respeito da educação que receberam na instituição no período de 1953 a 1971. O INSA, foi fundado na cidade de Abaetetuba nos primórdios da década de 50 pelas Irmãs Missionárias Capuchinhas, que inicialmente atenderam prioritariamente a educação de meninas do referenciado município. Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida com um suporte documental e bibliográfico apoiado nos pressupostos teóricos da Nova História Cultural. Além disso, associou-se ao método da História Oral, cuja fonte foram os registros memorialísticos de 09 ex-alunas, na faixa etária acima de 65 anos. A pesquisa dialogou ainda com teóricos do campo da história da educação, como Libâneo (2014) e dos estudos culturais como Louro (2004); entre outros que foram indispensáveis para a sustentação deste estudo. De acordo com as representações das ex-alunas, o modelo educacional proposto pela instituição implementava um currículo pautado em disciplinas e práticas educativas que visasse principalmente a formação moral, social e religiosa das alunas. Para as ex-alunas, essa formação defendia a disciplina comportamental da mulher, o recato, a obediência, o respeito, além de outros valores que reforçavam um padrão feminino cristalizado na sociedade da época, no que concerne às responsabilidades domésticas. Este resultado se confirma quando se constata que as alunas dessa época se transformaram em donas de casa, mães, esposas, na medida do possível, para exercer a profissão de professoras na própria instituição ou em escolas do município. O cruzamento dos dados encontrados nas diferentes fontes, evidenciou que o Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), no período delimitado, zelou por uma educação conservadora pautada, sobretudo, nos princípios morais e religiosos que orientavam a conduta das alunas a fim de que elas se constituíssem no perfil de mulher socialmente aceitável para a época.

Palavras-chave: Representações de educação; Instituto Nossa Senhora dos Anjos; História de Instituições; Memórias de ex-alunas;

ABSTRACT

This study originated from the work plan entitled "Representations of the education of girls of the Our Lady of the Angels Institute in memories of ex-students" that integrates the research project approved in the Institutional Program of Scientific Initiation Scholarships - PIBIC/UFGA, under the title "History and memory of the Our Lady of the Angels Institute: the impact on the educational action of girls from abaetetubenses (1953-1980)." The research in question analyzed the representations of former students of the Our Lady of the Angels Institute regarding the education they received at the institution from 1953 to 1971. INSA was founded in the city of Abaetetuba in the early days of the 50s by the Capuchin Missionary Sisters, who initially gave priority to the education of girls from the referred municipality. Methodologically, the research was developed with a documentary and bibliographic support based on the theoretical assumptions of the New Cultural History. In addition, it was associated with the Oral History method, whose source was the memorialistic records of 9 former students, in the age group above 65 years. The research also spoke with theoreticians in the field of the history of education, such as Libâneo (2014) and cultural studies such as Louro (2004); among others that were indispensable for the support of this study. According to the representations of the former students, the educational model proposed by the institution required a curriculum that was based on disciplines and educational practices that aimed mainly at the moral, social and religious formation of the students. For the former students, this formation defended the behavioral discipline of women, modesty, obedience, respect, and other values that reinforced a feminine pattern crystallized in the society of the time, regarding domestic responsibilities. This result is confirmed by the fact that the students at that time became housewives, mothers and wives, as far as possible, to practice the profession of teachers in the institution or in schools of the municipality. The cross-checking of the data found in the different sources showed that the Our Lady of the Angels Institute (INSA), during the defined period, was careful to maintain a conservative education based mainly on the moral and religious principles that guided the conduct of the students so that they if they constituted the profile of a woman socially acceptable for the time.

Key words: Representations of education; Our Lady of the Angels Institute; History of Institutions; Memories of ex-students.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Identificação dos sujeitos da pesquisa: ex-alunas.	37-38
QUADRO 2: Perfil social, econômico e profissional das ex-alunas.	39-40

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Frei João Pedro de Sexto.	22
FIGURA 2: Frei José Maria de Manaus.	23
FIGURA 3: Irmãs Missionárias Capuchinhas.	24
FIGURA 4: Instalação do Educandário N. S. dos Anjos.	26
FIGURA 5: Prédio cedido em 1953.	27
FIGURA 6: Grupo Escolar do Basílio.	28
FIGURA 7: Reconstrução do prédio doado.	29
FIGURA 8: Governador do Estado na inauguração do Ginásio.	30
FIGURA 9: Alunas da primeira turma do Ginásio.	31
FIGURA 10: Grupo de professoras formadas em 1960.	33
FIGURA 11: Desfile de 7 de Setembro de 1967 do INSA.	51
FIGURA 12: Alunas vestidas com o uniforme diário do INSA.	54
FIGURA 13: Homenagem de ex-alunas do INSA na marcha de 7 de Setembro de 1973.	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
SEÇÃO 1 - CONTEXTO E SUJEITOS DA PESQUISA.....	21
1.1 Um breve histórico do Instituto Nossa Senhora dos Anjos.....	21
1.2 Ex-alunas: quem são?	34
SEÇÃO 2- AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E SUAS REPRESENTAÇÕES	41
2.1 Por que confiar a educação das filhas às Irmãs Missionárias Capuchinhas?	41
2.2 Essas são as práticas educativas. “Amém”!	44
2.3 Que representação as ex-alunas têm do INSA?	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS.....	69
APÊNDICES	75
ANEXOS	91

INTRODUÇÃO

Historicamente, a educação feminina no Brasil foi alvo de intensos debates e se aprimorou paulatinamente em um cenário de lutas provenientes, sobretudo, da resistência feminina na busca pelo direito à educação formal, que em antigas organizações sociais foi negada devido às visões conservadoras sobre o papel da mulher.

Essas visões determinava para as mulheres uma educação familiar que as formassem para serem comprometidas com a família, donas de casa, que se dedicassem inteiramente ao esposo e aos filhos. Era uma visão procriadora destinada a uma classe que não tinha motivos para se dedicar tanto aos estudos ou vir a ter uma profissão, e a sua vocação deveria ser cumprida com inteira perfeição.

Com o tempo, essa visão foi se desgastando e as mulheres começaram a ter acesso à educação formal, mesmo que de forma tímida; era um momento em que se rompia superficialmente com aquele paradigma estritamente tradicional, pois mesmo confrontado pelas conquistas femininas ainda subsistiu e subsiste até hoje, em discursos conservadores. As mudanças só iniciaram, segundo Lima, Nery e Nery [s.d] por volta do século XIX, quando surgiram propostas e transformações devido ao ideal de incremento do país, que passou a propagar a necessidade de educar o público feminino como uma estratégia para enquadrar a família e a pátria em um padrão socialmente estabelecido.

Nessa época, o ideal de progresso e modernização do país contribuiu para que fosse propagada a visão de que a educação feminina poderia ser um reforço à sociedade no âmbito familiar, tendo em vista que as famílias também deveriam estar de acordo com o ideal de desenvolvimento econômico da nação, sobretudo nos finais do século XIX, com o advento da república.

Mesmo com mudanças que apontavam para uma conquista de direitos, o olhar conservador sobreviveu usando, inclusive, as instituições escolares como instrumentos de propagação de padrões sociais. Inserido no campo dessa discussão, o presente estudo investiga a representação da educação de meninas do Instituto Nossa Senhora dos Anjos-INSA a partir da memória de ex-alunas que estudaram na instituição entre os anos de 1953 a 1971.

O recorte temporal feito na pesquisa (1953-1971), corresponde ao período em que a instituição educativa se estabeleceu no município de Abaetetuba, com a intenção inicial de atender principalmente as meninas abaetetubenses. Esse instituto de caráter religioso e

assistencialista, foi fundado no ano de 1953 pela Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas do Brasil, que chegam na cidade com a intenção de propagar a fé cristã.

A cidade, que passava por um momento econômico favorável ocasionado pela produção de água ardente teve condições de acolher as freiras em seu trabalho missionário, que a nível de estado já havia ganhado o solo paraense desde o início do séc. XX, quando foram convidadas pelo governo do Estado para educarem índias e colonos no Instituto do Prata; no entanto, foi somente nos primórdios da década de 50 que essas religiosas chegaram em solo abaetetubense, trazendo na “bagagem” “uma proposta de educação dentro do Carisma Missionário Capuchinho” (REVISTA INSA 50 ANOS, 2003, p. 5), que se concretizou com a fundação da instituição religiosa no município, cuja época, respirava prosperidade.

Na ocasião, a fundação desse estabelecimento de ensino foi uma novidade para o povo abaetetubense, justamente pelo fato da instituição zelar por uma educação diferenciada das demais escolas que funcionavam na cidade. Tratava-se de uma instituição particular, amparada explicitamente por valores e princípios que constituíam a base da missão das Irmãs Missionárias Capuchinhas em direção ao anseio das famílias abaetetubenses.

Conforme prescreve o Estatuto do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (1968) em seu art. 1º, a instituição caracterizava-se como uma sociedade civil de caráter humanitário, educativo, cultural e assistencialista, compreendendo o ensino em diversos graus; orientação profissional, respeitando normas determinadas pela legislação em vigor e de acordo com valores educativos cristãos, amparando a juventude e dando assistência aos necessitados e desvalidos.

Tendo por base esses ideais, as freiras projetaram uma educação prioritariamente feminina, disponibilizando vagas de externato e internato para meninas de Abaetetuba e de cidades vizinhas. No início, o externato funcionou com essa restrição, mas, posteriormente abriu algumas exceções estendendo o ensino para ambos os sexos. Já no internato não foi possível essa flexibilidade, a condição de residir na instituição sob o cuidado e orientação das freiras foi uma regalia oportunizada apenas para meninas, conforme determinava o Estatuto do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” Internato e Externato (1953).

Vale ainda destacar, que não foi encontrado com exatidão nos documentos analisados o ano de ingresso dos primeiros meninos na instituição, no entanto, a linguagem utilizada nas primeiras documentações aponta para uma educação de meninas, indicando que no início realmente existia essa prescrição e que somente depois a instituição caracterizou-se com a adoção de um ensino misto.

O interessante nisso, é que mesmo com o advento do ensino misto no INSA as meninas ainda recebiam um ensino distintivo, que em tese, refletia princípios defendidos na sociedade da época. Assim, a restrição inicial - de educar preferencialmente meninas - não persistiu, mas o padrão feminino amparado pelos pressupostos religiosos perdurou no processo de instrução das alunas.

Com base nessa educação feminina proposta pelas Irmãs Missionárias Capuchinhas, surgiu como problema de pesquisa a seguinte questão norteadora: que representações as ex-alunas têm a respeito da educação que receberam no Instituto Nossa Senhora dos Anjos? Este trabalho, buscou investigar a representação da educação do INSA na memória de 9 ex-alunas¹, a fim de compreender como se materializou o ensino das irmãs entre os anos de 1953 a 1971.

O interesse pela temática, surgiu da participação da autora em um projeto de pesquisa dirigido pela Prof.^a Dr^a Maria do Socorro Pereira Lima, intitulado “História e memória do Instituto Nossa Senhora dos Anjos: o impacto na ação educacional de meninas abaetetubenses (1953-1980)”.

Por se tratar de um projeto que envolve parte da história da educação do município no qual resido, o plano de trabalho por mim desenvolvido na condição de bolsista de iniciação científica – PIBIC intitulado “Representações da educação de meninas no Instituto Nossa Senhora dos Anjos em memórias de ex-alunas” apresentou-se com uma problemática extremamente significativa, digna de ser aprofundada principalmente em razão da relevância acadêmica e social do assunto abordado.

Atribui-se a relevância acadêmica, justamente pela temática evidenciar parte da história da educação de Abaetetuba, que infelizmente não dispõe de projetos que preservem antigas documentações, o que atualmente contribui para o anonimato de muitos sujeitos e para o ocultamento de grande parte da história do povo abaetetubense. Como se não fosse suficiente a desvalorização dessas fontes, ainda são escassos no Campus Universitário do município² estudos realizados nessa área; assim, o presente trabalho surge como uma resposta a essa escassez para dar a devida visibilidade para a história da educação abaetetubense e possivelmente contribuir para o aumento de produções científicas nessa área.

A importância social, por sua vez, está no fato da temática investigar a representação da educação do INSA, na memória de ex-alunas, que há muitos anos faz parte da educação da

¹ Todas residentes do município de Abaetetuba e ex-alunas do programa de externato ofertado pelo Instituto Nossa Senhora dos Anjos no período delimitado. Ressalto que não foram encontradas ex-alunas do internato.

² Universidade Federal do Pará – UFPA.

sociedade local e que conseqüentemente contribuiu para a formação de diversos profissionais desde a sua fundação. Ou seja, trata-se de uma instituição que participou (e ainda participa) da vida pessoal e profissional de muitos cidadãos abaetetubenses.

Nesse contexto, a representação da educação do INSA, em memórias de ex-alunas, traz à tona a educação feminina em uma outra realidade e com concepções que por vezes ainda afetam a realidade atual. Segundo Pesavento (1995) representação “[...] envolve uma série de considerações, a começar pelo pressuposto de que a representação implica uma relação ambígua entre ausência e presença. No caso, a representação é a presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo uma imagem, mental ou material [...]” (PESAVENTO, 1995, p. 280).

Dessa forma, a representação da instituição para as ex-alunas possibilita uma “retrospectiva” que contribui significativamente para o entendimento da antiga e da atual configuração de educação, que por fazer parte de um processo histórico não estão dissociadas, pelo contrário, cultivam uma relação de pertença que é fruto dessa construção, uma vez que “[...] que as representações são parte integrante também daquilo que chamamos de realidade” (PESAVENTO, 1995, p. 281).

Levando esses argumentos em consideração, objetivei analisar as representações de ex-alunas do Instituto Nossa Senhora dos Anjos a respeito da educação que receberam na instituição no período de 1953 a 1971. O fracionamento deste objetivo geral resultou nos seguintes objetivos específicos: constituir uma representação de ex-alunas que estudaram no Instituto Nossa Senhora dos Anjos das décadas de 1953 a 1971; fazer um mapeamento do perfil social, econômico e profissional dessas ex-alunas; conhecer, nas memórias de ex-alunas, as práticas educativas e tarefas escolares que faziam parte do cotidiano do Instituto Nossa Senhora dos Anjos; conhecer a partir das memórias de ex-alunas, os interesses pessoais das famílias em confiarem a formação educacional das filhas às Irmãs Missionárias Capuchinhas e compreender a representação que as ex-alunas têm do Instituto Nossa Senhora dos Anjos.

Visando alcançar de maneira consistente esses objetivos, o estudo em questão foi desenvolvido a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica que trouxe à tona dados cruciais para a devida fundamentação das análises produzidas. Além disso, foi utilizada a História Oral como técnica de pesquisa, associando os registros memorialísticos de ex-alunas como fonte complementar as informações disponíveis nos documentos.

Para eficácia deste estudo, foi indispensável utilizar tanto a pesquisa documental quanto a pesquisa bibliográfica, pela possibilidade de conversação entre os dados provenientes desses

dois tipos de pesquisa e que consequentemente provocaram o enriquecimento das análises contidas no texto. Deste modo, foi praticamente obrigatório recorrer aos documentos oficiais que orientaram a educação no INSA e utilizar de bibliografias por serem fontes básicas para o desenvolvimento da pesquisa, que de um modo geral, apresenta um minucioso diálogo entre as documentações e as narrativas orais.

Referindo-se à pesquisa documental e bibliográfica, resalto que estas não são fontes análogas, ou seja, ambas possuem particularidades que foram claramente reconhecidas no processo de coleta de dados. Sobre essa diferenciação, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) afirmam que a principal diferença entre a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica está relacionada à natureza das fontes; a primeira, segundo eles, consiste em utilizar materiais produzidos por diferentes autores acerca de um determinado assunto; a segunda, por sua vez, aponta para um conjunto de materiais que ainda não sofreram tratamento analítico e que necessitam de uma análise minuciosa por ser tratar de fontes primárias.

A pesquisa documental, por exemplo, por exigir uma análise profunda da fonte, proporciona ao pesquisador um posicionamento amplo em virtude da quantidade de informações originais contidas no documento, que ao ser analisado, precisa ser cuidadosamente interpretado. Em vista disso, Sá-Silva, Almeida e Guindani consideram que:

A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.10).

Sendo assim, a elaboração de pressupostos diante de documentos primários depende muito da interpretação do pesquisador, por requerer deste um compromisso no exercício de compreensão do documento. Werle (2004) afirma que “[...] o documento edifica com o sentido de fundar, instituir, criar, construir significado e impor uma imagem acerca de formas de organização da instituição no passado. É preciso, entretanto, tratá-lo contextualizadamente” (WERLE, 2004, p.25). Isto é, o documento precisa ser contextualizado para se “reconstruir” o cenário em que este foi constituído, compreender suas intencionalidades e identificar suas prescrições para a sociedade na qual vigorou.

Os documentos utilizados nesta pesquisa, em sua maioria, foram encontrados no acervo do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, que por sinal, é uma das poucas instituições escolares do município que preservaram algumas fontes documentais que remetem à sua origem.

É importante ressaltar que a concessão das documentações do INSA para o tratamento analítico, foi praticamente um fato inédito, um privilégio, porque não fazia parte da cultura da instituição disponibilizá-las para fins científicos. Entre os documentos utilizados nesta produção, destacam-se: o Estatuto do Instituto “Nossa Senhora dos Anjos” (1968), o Regimento Interno do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” (1968), o Estatuto do Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos” (1953) e outros documentos que trazem consistência às análises produzidas.

Em relação à pesquisa bibliográfica, foram utilizados autores conceituados como Roger Chartier (1990) que fala com propriedade de práticas e representações; Le Goff (2013) que traz considerações acerca da importância da memória; Louro (2004) compreendendo a educação feminina principalmente nos séculos XIX e XX e Libâneo (2014) que analisa as tendências educacionais auxiliando na compreensão do contexto educativo.

Além desses autores que contribuíram de forma ampla com este estudo, utilizei também autores que dialogaram com mais recorrência na pesquisa, devido à especificidade de suas produções, a saber: Borges, Silva e Machado (2012) que trazem considerações sobre o ensino de ciências no Instituto Nossa Senhora dos Anjos; Santos e Araújo (2007) tratando da História Oral como técnica de pesquisa e Machado (2008, 2014) que oferece dados do contexto histórico de Abaetetuba, concernente ao período estudado.

Os pressupostos teóricos e metodológicos que orientaram esta pesquisa estão baseados na perspectiva de Roger Chartier, um dos principais representantes da Nova História Cultural, teoria que “ [...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social e construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Essa perspectiva, permite a problematização de uma educação que vigorou anos atrás, por ser uma teoria que busca a representação de como diferentes realidades são constituídas e interpretadas ao longo da história.

Desta forma, segundo Chartier (1990), a história cultural toma por objeto o entendimento das representações do mundo social, que traduzem as posições e interesses dos sujeitos sociais, objetivamente confrontados e que, simultaneamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou até mesmo, como gostariam que ela fosse.

Sobre a ação de representar uma dada realidade social, Lima (2015) afirma que representar é presentificar algo ausente, cuja ideia principal é o da recolocação, que substitui uma ausência e torna notória uma presença, além do que, tanto a história quanto a literatura tem

como produto final uma narrativa produzida a partir de um lugar, de conjunturas de uma realidade pensada e interpretada.

Essa noção de representação trazida pela autora se assemelha dos pensamentos de Chartier que apontam a relação da representação “[...] como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente” (CHARTIER, 1990, p. 21). Em outras palavras, o que está ausente pode ser analisado na atual realidade conforme for sendo representado por uma imagem presente, o que neste estudo é possível por se trabalhar com diferentes fontes de informação que remetem a um objeto ausente que se “presentifica” a partir das documentações e principalmente das narrativas dos sujeitos da pesquisa.

Com base nisso, Chartier (1990) traz a ideia de representações coletivas baseada em autores³ que consideram estas só com uma existência, melhor dizendo, essas representações só o são genuinamente a partir do momento que comandam atos. Em vista disso, este estudo considera essa noção de representações coletivas para analisar, sobretudo as dados coletados nos relatos orais de ex-alunas no INSA, que trazem à tona uma mentalidade da época em que viveram, com anseios e desejos de uma dada realidade social no que tange à educação de meninas.

As informações presentes nas narrativas de ex-alunas, foram indispensáveis para a compreensão do contexto histórico e principalmente para a representação que possuem da educação do INSA. Por isso, utilizou-se também a História Oral como técnica de pesquisa, com o intuito de resgatar na memória das entrevistadas dados preciosos relacionados à temática.

Caracterizando a História Oral como técnica, Santos e Araújo (2007) alegam que ao invés de ocupar o lugar de fonte independente, esse recurso é uma complementação aos dados encontrados nos documentos, que geralmente são fontes de pesquisa que necessitam ser completadas. Entre as modalidades dessa fonte de pesquisa⁴, este estudo se enquadra na modalidade de História Oral temática, que segundo os mesmos autores parte de:

[...] um assunto específico, preestabelecido. A objetividade é mais direta, aproximando-se mais da apresentação de trabalhos analíticos em diferentes áreas do conhecimento acadêmico. Procura buscar a verdade pela narrativa de quem presenciou um acontecimento, ou dele tenha alguma versão (SANTOS, ARAÚJO, 2007, p. 197).

³ Baseado nos pensamentos de autores como Marcel Mauss (1969), disponível na seguinte produção: CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

⁴ Bom Meihy (1996) citado por Santos e Araújo (2007) sugere três tipos de modalidade para a História Oral: história de vida, história temática e tradição oral.

Em suma, essa modalidade de pesquisa firma-se em narrativas de sujeitos que têm conhecimento de um determinado acontecimento. Os relatos orais, ora podem concordar com as informações disponíveis nas documentações, ora podem trazer à tona fatos pouco mencionados nos registros escritos, geralmente experiências que referem-se ao acontecimento, mas que estão registradas em detalhes na memória de quem as vivenciou.

De acordo com a afirmação de Le Goff (2013) a memória busca salvar acontecimentos passados para servir tanto ao presente quanto ao futuro. Esse argumento demonstra quão crucial é o papel da memória na constituição histórica, não como fragmentações resgatadas nos tempos remotos e alheios ao nosso presente, mas como representações do passado que trazem inquietações na atualidade e ampliam sua significância em direção ao futuro.

Por utilizar a oralidade também como fonte de informação neste trabalho, considero indispensável destacar a validade da entrevista como uma eficaz técnica de pesquisa. Tendo em vista os objetivos dessa produção, optou-se pela entrevista semiestruturada devido as possibilidades que ela proporciona ao pesquisador. Sobre esse instrumento, Boni e Quaresma (2005) salientam que:

As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal [...] Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

Essa mínima informalidade que a entrevista semiestruturada concede, contribuiu imensamente no momento de entrevistar as ex-alunas do Instituto Nossa Senhora dos Anjos. O ambiente inicialmente tenso e desconfiado no momento da entrevista, cedeu lugar a uma conversa agradável por não exigir das narradoras entrevistadas rigorosa objetividade nas respostas.

Além da entrevista semiestruturada, foram usados como equipamentos de coletas de dados: máquinas fotográficas, celular, copiadora e scanner para registros e digitalização dos documentos; notebook, impressoras, pen-drive e HD externo para o armazenamento dos dados que foram utilizados durante todo o processo de produção, desde as análises de documentos primários até as gravações das entrevistas e cruzamento dos dados.

Posto isto, entende-se que estes equipamentos de coleta de dados facilitaram o ordenamento dos materiais analisados, uma vez que houve a necessidade de fazer um elo entre

as informações encontradas nos documentos primários, secundários (livros, artigos, dissertações etc.) e nas narrativas orais.

Considerando a necessidade de realizar essa conexão entre os materiais escritos e orais, ressalto que a estrutura geral deste trabalho obedece justamente a essa lógica: a Seção I com ênfase nas documentações encontradas no acervo do INSA, compreende basicamente os aspectos teóricos que delimitam e contextualizam este estudo. Por outro lado, a Seção II traz à tona as narrativas orais em diálogo com as documentações, encarregando-se de apresentar os resultados e as discussões de maneira consistente e com o devido tratamento analítico.

Orientada principalmente por aspectos teóricos, a Seção I intitulada **Contexto e sujeitos da pesquisa** foi dividida em duas subseções. Na Subseção I, destaquei o contexto de fundação do Instituto Nossa Senhora dos Anjos na cidade de Abaetetuba, partindo desde a fundação da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas até a chegada dessa influência religiosa no município, o que consequentemente implicou na construção do instituto supracitado. Em seguida, na Subseção II descrevi algumas informações sobre o processo de coleta das narrativas orais, destacando dados dos sujeitos da pesquisa que foram indispensáveis para iniciar a discussão propriamente dita.

No âmbito das análises e discussões, a Seção II intitulada **As práticas educativas e suas representações** foi estruturada com três subseções. Na subseção I, apresentei o interesse de famílias daquela época que confiaram a educação das filhas às Irmãs Missionárias Capuchinhas. Na subseção II, realizei análises referentes a representação da educação do INSA, focalizando principalmente as práticas educativas e as tarefas escolares destacadas nas narrativas. Em seguida, na subseção III, analisei a representação que as ex-alunas têm do Instituto Nossa Senhora dos Anjos.

Por último, após as análises, recapitulei resumidamente nas considerações finais os elementos centrais da discussão, com ênfase na ideologia social que embasava a educação feminina na época. Essas reconsiderações, não apresentam os resultados da pesquisa como dados terminantes, até porque o próprio objeto de pesquisa é complexo e do contexto histórico analisado muitas questões ainda precisam ser consideradas.

SEÇÃO 1 - CONTEXTO E SUJEITOS DA PESQUISA

Esta seção, fracionada em duas subseções, apresenta uma breve contextualização da temática abordada e a apresentação dos sujeitos da pesquisa. Na primeira subseção, apresento o contexto em que foi fundado o Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA) na cidade de Abaetetuba, versando desde a fundação da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas no estado do Pará até a atuação dessas religiosas no solo abaetetubense. Enquanto na subseção II, descrevo o processo de coleta das narrativas orais e enfatizo o perfil social, econômico e profissional dos sujeitos da pesquisa.

1.1 Um breve histórico do Instituto Nossa Senhora dos Anjos

Antes de discorrer sobre a fundação do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, considero relevante contextualizar o estudo em questão, a fim de compreender em que circunstâncias as Irmãs Missionárias Capuchinhas concretizaram esse projeto educativo na cidade de Abaetetuba. Para isso, recorro a registros dessas religiosas no estado do Pará e o seu alcance, posteriormente, ao município de Abaetetuba, considerando que quando este projeto se materializou em Abaetetuba, suas influências já ecoavam há décadas, na capital paraense.

Com base nas documentações, é possível verificar que a congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas foi fundada em Belém do Pará, em 18 de dezembro de 1904, fruto do trabalho de Frei João Pedro de Sexto (AGENDA ESCOLAR DO INSA⁵, 2003), um missionário capuchinho, que levava a fé cristã, a educação e a assistência aos pobres em várias regiões do Brasil.

Frei João Pedro de Sexto nasceu em Sexto São João, Milão, Itália, em 9 de Setembro de 1868; no ano de 1882 entrou na Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, tornando-se posteriormente missionário do Norte e Nordeste do Brasil por 19 anos (AGENDA ESCOLAR DO INSA, 2003). Isso explica as influências desse líder religioso na capital paraense e de modo consequente o desenvolvimento da obra missionária na região.

Por ter sido esse representante, Frei João Pedro de Sexto torna-se um referencial nesta pesquisa como idealizador da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas no Estado do Pará, uma iniciativa que não influenciou apenas a capital, mas também, as pequenas cidades que emergiam naquele período.

⁵ Disponibilizada pela ex-aluna Miralda Maués Lima [nov. 2018].

A imagem a seguir, encontrada no acervo do INSA, retrata esse precursor religioso:

Figura 1: Frei João Pedro de Sexto



Fonte: Revista INSA 50 anos, 2003, p. 10.

É relevante ressaltar que a fundação da congregação em Belém do Pará não foi um plano impensado desse religioso, pelo contrário, a intenção era exatamente instituir a congregação “para educar meninas pobres, na colônia do Prata -PA” (REVISTA INSA 50 ANOS, 2003. p. 5); uma educação que estava baseada em princípios e valores cristãos defendidos fielmente pela congregação.

Sobre isso, Custódio (2014 apud Custódio, 2017) informa que o trabalho educativo na colônia do Prata foi uma missão conjunta do missionário frei João Pedro com as leigas franciscanas que exerciam a função de catequistas e professoras em uma escola paroquial de Canindé (CE). Como as franciscanas aceitaram a missão, vieram para o estado do Pará com a finalidade de integrar o grupo inaugurador da nova congregação.

Essa iniciativa de Frei João Pedro e das irmãs franciscanas, influenciou significativamente na educação de meninas da colônia do Prata, ao oferecerem uma educação com forte teor civilizatório. Contudo, presumo que essa missão evangelística ampliou suas influências para além da capital paraense, aumentando posteriormente as possibilidades de realização desse trabalho no município de Abaetetuba; segundo Borges, Silva e Machado (2012), a cidade recebeu no início da década de 50 seis Imãs Missionárias Capuchinhas.

Assim como na capital, a vinda dessas religiosas para Abaetetuba também foi resultado da iniciativa de uma autoridade religiosa, nesse caso, Frei José Maria de Manaus, que junto à

Superiora Geral das Irmãs Missionárias Capuchinhas solicitou o apoio religioso das irmãs à cidade de Abaetetuba (Revista INSA 25 anos, 1978). Essa solicitação demonstra a sólida confiança que esse representante teve na obra missionária desenvolvida pelas freiras. Com a merecida visibilidade, a seguinte figura retrata o referido mensageiro.

Figura 2: Frei José Maria de Manaus



Fonte: Revista INSA 25 Anos, 1978, p.8.

Frei José Maria de Manaus, nesse contexto, foi o porta voz do povo abaetetubense, que naquela época, era constituído por uma população relativamente pequena, mas que crescia paulatinamente ao longo do tempo. Machado (2008) informa que no ano de 1950 a população abaetetubense era equivalente a 36.587, dez anos depois, a média se aproximava de 45.080; mesmo assim, esse quantitativo populacional, nos primórdios dos anos 50, não impediu a vinda das religiosas para a pequena cidade, tendo em vista que nela havia um “rebanho” a ser educado de acordo com os princípios religiosos católicos.

Um dos documentos encontrados no INSA narra resumidamente o percurso que essas irmãs fizeram até chegar no município de Abaetetuba. O documento, que descreve os 50 anos da instituição relata que:

No dia 6 de março de 1953, às 18h, no Porto-do-Sal, em Belém, embarcavam a bordo do “Chiquinho Ferreira”, barco motor do senhor Francisco Marques Ferreira, Dom Mario Miranda Vilas Boas, arcebispo de Belém; Madre Josefa Maria Aguiraz, Superiora Geral da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas; Otávia Maria de Cabedelo, Antônia Maria de Pedro, Zita Maria de Barra do Corda, Nazaré Maria

de Parnaíba, Domingas Maria de Fortaleza e Stella Maria de Itapipoca (REVISTA INSA 50 ANOS, 2003, p. 6).

É possível identificar nesse documento, com exatidão, o dia em que as Irmãs Missionárias Capuchinhas⁶ chegaram à cidade, e ainda, os nomes de cada um dos religiosos que foram enviados para iniciar o trabalho missionário no município. O Arcebispo de Belém, a Madre Superiora e as irmãs (Otávia, Antônia, Zita, Nazaré, Domingas e Stella) enfrentaram a distância da capital para Abaetetuba de barco, intencionando, nesta, colocar em prática seus ideais e projetos religiosos. A figura 3, retrata as seis religiosas que embarcaram nessa viagem juntamente com a madre e o Arcebispo de Belém.

Figura 3: Irmãs Missionárias Capuchinhas



Fonte: Revista INSA 50 anos, 2003, p. 10.

Essas seis irmãs, dedicaram-se na obra missionária e realizaram um projeto educativo vislumbrado pela comunidade abaetetubense: a fundação de uma escola religiosa. No Estatuto do Instituto “Nossa Senhora dos Anjos” (1968), art. 1, consta que no dia 7 de março de 1953 elas fundaram na cidade uma instituição educativa de caráter particular, destinada inicialmente, apenas ao público feminino.

Nessa época, Abaetetuba desfrutava de uma economia provedora, sustentada pela produção de engenhos que supostamente aumentou as possibilidades de sucesso do projeto educativo das Irmãs Missionárias Capuchinhas. Machado (2014) registra que mesmo depois de 1912 (ano que em geral tem sido estabelecido para o final da Belle Époque Amazônica) os

⁶ No início foram apenas 6 irmãs que vieram para cidade iniciar o trabalho educativo, entretanto, outras capuchinhas vieram posteriormente, com a intenção de trabalhar juntamente com as precursoras.

engenhos de Abaeté ainda produziam. Com as linhas fluviais do Tocantins e do Amazonas, o produto era exportado e isso garantiu a sobrevivência dos engenhos até o início dos anos de 1970.

Tendo em vista a importância do desenvolvimento econômico da cidade, destaco outra atividade econômica que também promoveu a movimentação de capital nesse período: o comércio de regatão. Conforme afirma Machado (2014) o regatão funcionou com a instalação de armazéns nas embarcações que saíam de Abaetetuba e iam em direção ao Baixo-Amazonas; umas chegavam até Santarém, outras prolongavam a viagem até o Peru comercializando diversos produtos, inclusive a cachaça. Segundo o mesmo autor,

Muitos comerciantes praticavam o comércio de regatão intensamente, com mais rigor no final dos anos 50 e toda a década de 1960. Ao perceberem o início da decadência, procuraram mudar de ramo, geralmente estabelecendo-se como comerciantes em Abaetetuba ou em cidades vizinhas (MACHADO, 2014, p. 25).

Ou seja, o ápice do regatão ocorreu entre a década de 50 e 60, período em que a instituição religiosa fundada pelas irmãs se consolidava no município. Após a decadência dessa atividade comercial, os comerciantes de regatão passaram a investir no comércio das cidades, inclusive, em Abaetetuba, contribuindo para o desenvolvimento comercial dentro do próprio município. O autor acentua, ainda, que o regatão foi “responsável pela circulação de riquezas entre o Baixo-Amazonas e o Baixo- Tocantins, beneficiando a ambos” (MACHADO, 2014, p. 23).

Sendo assim, tanto os engenhos de cachaça, como o comércio de regatão, contribuíram com o desenvolvimento econômico de Abaetetuba. As duas atividades supracitadas, colocavam em destaque o município devido à dinâmica comercial nos períodos destacados. Assim sendo, os comerciantes e os donos de engenho formavam as famílias favorecidas da cidade, que devido à influência, foram indispensáveis para a materialização da proposta educacional das religiosas.

Esse apoio da comunidade, sobretudo dos comerciantes, foi registrado em um livro de ocorrências do INSA referente ao dia 07 de março de 1953, conforme informa o seguinte fragmento:

O povo de Abaetetuba, principalmente o comércio, concorreu com arretadas esmolas, em dinheiro e utensílios. Também houve ajuda de alguns do interior. Essas esmolas formavam um total de 56.000,00 cruzeiros, aplicados pelo Vigário da Paróquia nos reparos da casa e construções do sobradinho onde as irmãs formaram a comunidade [...] (LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO INSA, 1953, p. 1).

Essas contribuições materiais demonstravam a maciça adesão da comunidade ao trabalho das Irmãs Missionárias Capuchinhas. Na verdade, o apoio desse “povo” foi indispensável para o desenvolvimento do projeto educativo idealizado pelas irmãs. Nesse

contexto, a fundação da instituição não foi uma aspiração apenas das religiosas e sim de diversas categorias sociais, conforme afirma o fragmento a seguir extraído de um documento da instituição:

A 7 de Março de 1953, atendendo aos insistentes apelos das autoridades municipais, civis, eclesiásticas e do povo abaetetubense, as Irmãs Missionárias Capuchinhas de São Francisco de Assis do Brasil, fundaram nesta cidade de Abaetetuba, Estado do Pará, o Educandário Nossa Senhora dos Anjos [...] (REVISTA INSA 25 ANOS, 1978, p.9).

Diante do exposto, verifico que a inauguração do Educandário recebeu o apoio de diversas autoridades civis e religiosas. Esse apoio, também pode ser constatado na imagem 4, que segundo o Álbum do INSA (1953) retrata a instalação da instituição com o comparecimento do Arcebispo e de outras autoridades locais.

Figura 4: Instalação do Educandário N. S. dos Anjos



Fonte: Revista INSA 50 anos, 2003, p. 10.

Dito de outro modo, a figura 4 não retrata apenas as autoridades civis e religiosas, mas também representa a própria comunidade que direta ou indiretamente contribuiu para o início das atividades educativas, que inicialmente estavam direcionadas à formação educacional de meninas⁷.

É importante ressaltar que nessa época, as Irmãs Missionárias Capuchinhas não tinham recursos suficientes para construir um prédio próprio para o funcionamento do educandário, por

⁷ Com o advento do ensino misto, o Educandário Nossa Senhora dos Anjos manteve exclusivamente o internato para meninas e o externato para ambos os sexos, com prescrição do Estatuto do Educandário Nossa Senhora dos Anjos Internato e externato (1953).

conta disso, o curso funcionou temporariamente em uma casa de propriedade do senhor Jucá Costa, que como membro da comunidade, cedeu um de seus estabelecimentos para o início das atividades (Revista INSA 50 anos, 2003). A Figura 5 retrata a fachada do imóvel cedido.

Figura 5: prédio cedido em 1953



Fonte: Revista INSA 25 Anos, 1978, p. 15.

Com base nessa imagem, observa-se que a casa cedida às freiras era simples e de pouco espaço, por esse motivo, a concessão era temporária para o funcionamento do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”⁸. A revista INSA 50 anos (2003) informa que esta casa ficava localizada próximo à Praça da Bandeira, esquina com a Torquato Barros, onde atualmente é a Rua Barão do Rio Branco. Logo em seguida, o educandário instalou-se provisoriamente em um prédio “que foi, em tempos passados, o ‘Grupo Escolar de Abaetetuba’⁹, com os seguintes cursos: Infantil e primário¹⁰, todos devidamente remunerados e de acordo com as leis do Estado” (RELATÓRIO DE DADOS ESTATÍSTICOS DO GINÁSIO NOSSA SENHORA DOS ANJOS, s.d).

⁸ No art. 4 do Regimento Interno do Educandário Nossa Senhora dos Anjos (1968) consta que a instituição mantinha sob regime de externato os seguintes cursos: curso pré-primário- 2º e 3º períodos; curso primário- 1º, 2º, 3º e 4º anos; curso complementar- 5º ano.

⁹ Não foram encontradas fotografias que registrassem o antigo Grupo Escolar nesse período.

¹⁰ O art. 21- prescrevia os seguintes requisitos para entrada das alunas: a-cinco anos completo ou que fosse completar em março para o 2º período do curso pré-primário; b-seis anos para o 3º período do mesmo curso; c-seis ou sete anos para o 1º ano, conforme o desenvolvimento mental da criança; (REGIMENTO INTERNO DO EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA DOS ANJOS, 1968).

De acordo com o Relatório de dados estatísticos do Instituto Nossa Senhora dos Anjos [s.d] o prédio do Grupo Escolar abrigou durante o 1º ano de funcionamento do Educandário 10 alunas internas, sendo uma como bolsista. Já no sistema de externato foram disponibilizadas 30 vagas gratuitas. A figura 6 retrata a frontaria do referido Grupo Escolar.

Figura 6: Grupo Escolar do Basílio.



Fonte: ÁLBUM DO INSA, s.d

Esta figura, além de representar o Grupo Escolar de Abaetetuba, mais conhecido como Grupo Escolar Basílio de Carvalho¹¹, também retrata alguns alunos na frente da instituição, inclusive, alunas do Instituto Nossa Senhora dos Anjos. Segundo o livro de ocorrências do INSA (1953) o prefeito Joaquim Mendes Contente¹², pôs à disposição das irmãs o andar superior do antigo Grupo Escolar, que também não estava em perfeito estado, mas satisfizes momentaneamente a necessidade das religiosas, que iniciaram as aulas nesse “novo” prédio no dia 15 de março de 1953.

Um ano depois, como o educandário oferecia poucos cursos, as irmãs sentiram a necessidade do “povo” e resolveram trabalhar para ampliar o programa educacional. Na época, elas encontraram dificuldades de instalar um novo curso, visto que o Educandário ainda funcionava no antigo Grupo Escolar que não suportava a demanda de mais um curso.

¹¹ A escola Estadual Basílio de Carvalho foi fundada no dia 2 de abril de 1902, com o nome de Grupo Escolar de Abaeté. Anos depois passou a chamar-se Grupo Escolar de Abaetetuba, marcando o desabrochar da educação no município, como escola organizada. Informação disponível em: <http://escolabasiliodecarvalho.blogspot.com/2010/07/teste.html>. Acesso em 27 de maio 2019.

¹² “Elegeru-se prefeito municipal nas eleições de 1950 pelo Partido Social Progressista. Foi empossado em 8/4/1951 e governou até 31/ 8/1955” informação disponível em: <http://ademirhelenorocha.blogspot.com/2010/09/familia-contente-genealogia-e-familias.html>. Acesso em: 17 de fev. 2019.

Como o problema principal foi a inexistência de prédio para sediar o Ginásio, o prefeito Sr. Joaquim Mendes Contente, apresentou uma solução que foi registrada em um Livro de Ocorrências do INSA (1953) em 17 de agosto de 1953, o qual confirma que o prefeito municipal propôs-se em terminar a construção de um prédio, localizado próximo à praça da bandeira, para o devido funcionamento do curso ginásial.

É importante destacar, que esse prédio “destinava-se a um hospital do município, cuja construção foi custeada com verbas federais extraordinárias do Ministério de Educação e Cultura, na gestão anterior do prefeito Pedro Pinheiro Paes. Porém, o local da construção não mereceu a aprovação dos médicos do SESP” (LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO INSA, 1953, p.3), sendo assim aproveitado, na sucessiva gestão, para a instalação do Ginásio.

Deste modo, com a parceria entre o Prefeito Joaquim Mendes Contente e as Irmãs Missionárias Capuchinhas, o curso Ginásial foi acrescentado no currículo da instituição, o que originou uma nova denominação: Ginásio Nossa Senhora dos Anjos. Esse novo curso, caracterizava-se como um estabelecimento de instrução primária e secundária, que tinha por finalidade oferecer às alunas esmerada formação religiosa, moral e intelectual (ESTATUTO DO GINÁSIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”, 1953).

Contudo, o prédio disponibilizado para o funcionamento desse curso necessitou de reformas para atender as necessidades da instituição, justamente porque não tinha uma estrutura adequada para essa finalidade. Assim, o prédio passou por algumas adaptações, como demonstra a seguinte figura:

Figura 7: Reconstrução do prédio doado.



Fonte: Revista INSA 25 anos, 1978, p.15.

Sobre essa adaptação, o Livro de Ocorrências do INSA (1953) informa que no dia 4 de dezembro de 1953, o Sr. Prefeito assinou o contrato de aluguel do prédio a título gratuito durante dois anos com direito a renovação, por meio de um acordo que foi feito entre a prefeitura e a Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas do Brasil. Isso indica que o prédio reformado pela prefeitura não foi imediatamente doado para as religiosas, já que o processo caracterizou-se inicialmente como um empréstimo com tempo determinado.

Ainda, no mesmo Livro de Ocorrências (1954) consta que o prédio do Ginásio foi inaugurado pela prefeitura municipal de Abaetetuba, no dia 15 de agosto de 1954. Nessa inauguração, estavam presentes diversas autoridades, inclusive o Governador do Estado do Pará, o General Alexandre Zacarias Assunção¹³, que no cerimonial cortou a fita simbólica e adentrou, juntamente com o povo, no novo estabelecimento de ensino. Esse significativo acontecimento está retratado na Figura 8:

Figura 8: Governador do Estado na inauguração do Ginásio.



Fonte: Álbum do INSA, 1954.

Nesta Figura 8, observa-se que na companhia do Governador do Estado supostamente estavam presentes outras autoridades políticas¹⁴, assim como o povo em geral, que apreciava a

¹³ Eleito Governador do estado do Pará em 20 de fevereiro de 1951, finalizando seu mandato em 31 de janeiro de 1956. Informação disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_do_Par%C3%A1. Acesso em: 17 de fev. 2019.

¹⁴ De acordo com o Álbum do INSA (1954), nesta data o Sr. Governador do Estado estava na cidade em campanha política, o que me leva a supor que na inauguração do Ginásio ele estava acompanhado de outras autoridades políticas.

inauguração do novo local de trabalho das religiosas. Embora, esse prédio tenha sido inaugurado no dia 15 de agosto de 1954, o curso ginásial já tinha sido oficializado pela portaria nº 586 de 30 de junho de 1954, sob a denominação de Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos” (Revista INSA 25 anos, 1978). A Figura 9 retrata algumas alunas da primeira turma do referido curso:

Figura 9: Alunas da primeira turma do Ginásio



Fonte: Revista INSA 25 anos, 1978, p.10.

A Figura 9, expressa uma harmonia estética das ginásianas em razão da uniformização de suas vestimentas. Nesse período, o uso do uniforme completo era um dos rígidos ditames das Irmãs Missionárias Capuchinhas, claramente ordenado no art. 29 do Estatuto no Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos” (1953), que tornava obrigatório o uniforme colegial como condição de entrada na instituição. Em termos de prescrições, esse é apenas um dos preceitos estabelecidos pelas missionárias, que prezavam pela disciplina, ordem e obediência, principalmente no âmbito escolar, como aponta o Regimento Interno do Ginásio Nossa Senhora dos Anjos:

Art. 26 – São deveres da aluna: a) Acatar a autoridade da diretora, dos professores e dos funcionários do estabelecimento e trata-los com urbanidade e respeito; [...] c) Apresentar-se para as aulas, inclusive as de Educação Física, trajando uniforme completo, com o máximo asseio e alinhamento, na própria pessoa e no traje. O uso do uniforme restringe unicamente aos atos escolares; d) Ser assídua e pontual nos trabalhos escolares e extracurriculares; e) Obedecer às determinações gerais do regimento, da diretora, dos professores e dos funcionários investidos de autoridade [...] n) portar-se, quer na escola, quer fora, como cidadã consciente dos seus deveres morais, religiosos e cívicos (REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”, s.d, p. 4).

Foi com essa rigidez na educação que as Irmãs Missionárias Capuchinhas firmaram-se na cidade de Abaetetuba regendo o Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos”. Como consequência da estabilidade social e econômica desse estabelecimento de ensino, foi instituído um terceiro curso no ano de 1958, agora relacionado à formação de professoras Normalistas.

Em uma narrativa documentada, Monte Serrat¹⁵, ex-aluna e ex-professora do INSA, justifica a inclusão desse novo curso depois de aproximadamente quatro anos da criação do Ginásio:

Com a conclusão do curso ginasial pela primeira turma, fez-se mister a introdução de outro curso que viesse de encontro às principais necessidades do município: foi assim que, sendo falta de professores a necessidade capital, 1958 começava a primeira turma das futuras normalistas e o Nossa Senhora dos Anjos ganhava um outro status com novo título: passava de Ginásio a Escola Normal nome que conservou até 1965 (SERRAT, 1978, p.23).

Com base nesse excerto, entendo que o curso Normal¹⁶ trouxe uma nova nomenclatura e proporcionou às alunas do Ginásio a admissão ao professorado. Diante da demanda que só crescia ao longo do tempo, essa iniciativa das religiosas foi uma resposta à escassez de professoras, tanto na própria instituição como em outros estabelecimentos de ensino no município.

É importante ressaltar, que essa formação proporcionada pelas missionárias¹⁷ teve implicações na educação de todo o município, pois contribuiu para a construção de novas escolas na cidade (Revista INSA 25 anos, 1978). Assim, o curso Normal trouxe contribuições para a comunidade em geral ao possibilitar o aumento do número de professoras e, conseqüentemente, a construção de novas unidades de ensino em Abaetetuba.

De acordo com a revista INSA 25 anos (1978), a primeira turma de professoras normalistas (primárias) foi entregue à cidade no ano de 1960. Após entregar a primeira turma, as Irmãs Missionárias Capuchinhas continuaram investindo no curso Normal, a fim de formar

¹⁵ Maria do Mont Serrat Carvalho fez a biografia do capuchinho Frei João Pedro de Sexto São João, no livro intitulado “Uma Luz na Amazônia”. Esta autora é natural de Abaetetuba, Brasil, nasceu em 17 de janeiro de 1937. Informações disponíveis em: <http://ademirhelenorocha.blogspot.com/2012/08/obras-literarias-4-de-abaetetuba.html>. Acesso em: 27 de maio 2019.

¹⁶ Infelizmente não foram encontrados estatutos e nem regimentos do curso Normal que pudessem proporcionar um apanhado mais amplo acerca dessa formação. Em vista disso, utilizei outras documentações para fazer referência à esse curso.

¹⁷ No princípio, as religiosas trabalhavam tanto na parte administrativa como na parte da docência. Com o passar do tempo, houve a necessidade de ampliar o quadro de professoras passando a admitir na instituição professoras normalistas, contudo, mesmo com essa mudança no quadro docente, quem ainda orientava a parte pedagógica e lecionava grande parte das disciplinas eram as religiosas.

novas professoras que posteriormente viessem contribuir com a educação do povo abaetetubense.¹⁸

A Figura 10 retrata o primeiro grupo de normalistas formadas no INSA em 1960.

Figura 10: Grupo de professoras formadas em 1960.



Fonte: Revista INSA 25 anos, 1978, p.10.

Na época, essas alunas desfrutaram da educação disponibilizada pelas religiosas e, grande parte delas, assumiu a profissão de educadora no próprio instituto e em outros estabelecimentos de ensino.

Ofertar o Curso Normal para as meninas abaetetubenses foi uma proposta ousada por oportunizar um ensino direcionado à docência, extrapolando a ótica de “educação básica” proposta pelos cursos institucionalizados anteriormente. Com o passar do tempo, a mais nova nomenclatura “Escola Normal” teve que ser modificada. Uma nova denominação que melhor caracterizava a instituição, que após o ano de 1958 contava com três cursos distintos que implicaram na seguinte denominação, foi Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA).

A priori, as denominações da instituição foram mencionadas separadamente neste estudo, em razão dos períodos em que foram instituídos, todavia, com o passar do tempo “com personalidade jurídica própria, uma última formulação de estatutos, unificou-os sob a

¹⁸ Narrativa documentada de Maria do Mont Serrat, publicada na Revista INSA 25 anos (1978).

denominação de Instituto Nossa Senhora dos Anjos, já conhecido pela utilidade pública” (REVISTA INSA 25 ANOS, 1978, p.9).

Após essa unificação, o Estatuto do Instituto “Nossa Senhora dos Anjos” passa a englobar os três cursos mencionados, organizando-os da seguinte forma, em 1968:

Art. 20- O Pré-primário e primário, sob a denominação de Educandário Nossa Senhora dos Anjos, fundado a 7 de março de 1953, na cidade de Abaetetuba, Estado do Pará; Ginásial, sob a denominação de Ginásio de Nossa Senhora dos Anjos, oficializado pela portaria nº 576 de 30 de junho de 1954, expedido pelo ministério de Educação e Cultura; Normal pedagógico, sob a denominação de escola Normal/ Nossa Senhora dos Anjos, fundada em 17 de março de 1958, cuja outorga de mandato, nou têrrou do Art. 1º do decreto nº 3788, de 27 de outubro de 1961, foi publicada pelo Diário Oficial de 31 de outubro de 1961 (ESTATUTO DO INSTITUTO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”, 1968).

Com essa unificação, não foram descartadas as outras nomenclaturas que identificavam cada curso por sua singularidade, apenas foram juntados os cursos em um mesmo regulamento, com uma denominação ampla que compreendia todos os cursos existentes, fazendo referência à nova denominação - “Instituto Nossa Senhora dos Anjos” - que perdura até os dias atuais.

Esse mesmo estatuto também apontava a finalidade da instituição, que após essas reformulações, passou a compreender “o ensino em vários graus, a orientação profissional, dentro das leis e normas estabelecidas pela legislação em rigor e de acordo com os princípios da educação cristã, o amparo à juventude e à assistência aos pobres e desamparados” (ESTATUTO DO INSTITUTO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”, 1968).

Dessa forma, o INSA se estabeleceu na cidade de Abaetetuba não apenas para ensinar os conhecimentos básicos de um estabelecimento de ensino, mas também apresentava, sobretudo, uma proposta educativa amparada por ideais cristãos e princípios assistencialistas. Nessa época, “a religião formava às jovens na prática das virtudes cristãs: temor e amor a Deus, amor ao próximo, respeito, solidariedade, justiça, obediência e honradez” (BARROS, 2015, p. 296).

A partir desse contexto, é possível compreender como se constituiu a história da referida instituição. Destarte, fazer essa contextualização com as informações encontradas nas documentações, contribuiu significativamente para reconstituir neste trabalho a organização do INSA no período delimitado.

1.2 Ex-alunas: quem são?

Na subseção anterior foi contextualizado o estudo em questão, tomando como base principal as documentações encontradas no Instituto Nossa Senhora dos Anjos. Esta subseção,

por sua vez, descreve o processo de coleta das narrativas orais e ainda apresenta dados referentes ao perfil social, econômico e profissional dos sujeitos da pesquisa. Vale frisar, que assim como as documentações, as narrativas orais também foram imprescindíveis para o desenvolvimento deste estudo, além do mais, a produção dessas narrativas orais foi fruto de um minucioso trabalho de pesquisa, o qual merece ser destacado.

Analisar as representações de ex-alunas do INSA por meio de relatos orais, exigiu um intenso processo de cruzamentos de dados provenientes das narrativas e das documentações analisadas. Esse diálogo entre as diferentes fontes, não tira o valor das informações disponíveis na memória das entrevistadas, pelo contrário, a singularidade dos relatos orais como fonte de pesquisa traz à tona dados significativos que são complementos para as fontes documentais.¹⁹

Considerando a noção de representação coletiva, as narrativas orais de ex-alunas do Instituto Nossa Senhora dos Anjos contribuem para a “presentificação” de uma educação que vigorou anos atrás pertencente a uma dada realidade social. Segundo Pesavento (1995), a moderna tendência de análise da Historiografia, aborda os sistemas simbólicos de ideias e imagens de representação coletiva como constituinte do imaginário social.

Com base nisso, dentro da nova modalidade histórica, a perspectiva de Chartier (1990) traz subsídio para esse tipo de pesquisa ao considerar a possibilidade de um diálogo interdisciplinar, com as mais variadas fontes e disciplinas, ou seja, ao estabelecer a conversação entre as diferentes áreas do conhecimento. Em tese, o autor concebe a pesquisa histórica para além dos documentos oficiais, o que me permite utilizar a História Oral como técnica de pesquisa e, conseqüentemente, as narrativas orais como complemento das documentações.

Segundo Borges, Silva e Machado (2012) a maior característica da História Oral é a oralidade, tanto que para narrar um dado acontecimento é imprescindível que haja diversas fontes orais que testemunhem o ocorrido através de uma sequência de técnicas, a fim de dar autenticidade para as informações que não foram registradas nos documentos. Ou seja, por meio das narrativas orais se encontra um rol de fatos, que na maioria, estão arquivados exclusivamente na memória de quem vivenciou.

Tendo em vista essa possibilidade de complementação das fontes documentadas, compreendo que as “Narrativas orais, realizadas por meio de entrevistas, são momentos de encontro, escuta, troca em que a memória desempenha papel importante” (WERLE, 2004, p.26). Por reconhecer a importância da memória, entendo que as narrativas orais não devem ser

¹⁹ Baseado nos pensamentos de Santos e Araújo (2007).

coletadas de maneira descompromissada, pelo contrário, devem ser mediadas e cuidadosamente orientadas a fim de que as informações dispostas nesta fonte atendam aos objetivos propostos, e em seguida, venham receber o devido tratamento analítico.

Neste estudo, utilizei algumas estratégias exigidas pela temática que foram cruciais no processo de realização das entrevistas. Essas estratégias foram estabelecidas, necessariamente, a partir da necessidade de identificação das ex-alunas que estudaram no INSA entre os anos de 1953 a 1971. Como a identificação foi a etapa primária, as etapas posteriores consistiram na seleção, localização e coleta de dados.

Em relação aos critérios de identificação e seleção, estes foram colocados em prática em duas importantes fases: primeiro, identifiquei nas listas de frequência e nos álbuns escolares do INSA os nomes das alunas que estudaram na instituição no período delimitado; em seguida, foram selecionados somente os nomes de ex-alunas que ainda residiam na cidade de Abaetetuba²⁰.

No processo de localização dos sujeitos da pesquisa, contei com um planejamento flexível que foi sendo modificado de acordo com as necessidades emergenciais. Para Santos e Araújo (2007),

O êxito de uma entrevista depende de todo o processo vivenciado pelo pesquisador/entrevistador, e no diálogo que estabelece com o narrador/entrevistado. Nesse sentido, ela tem seu início a partir da elaboração do planejamento, da escolha dos sujeitos e do roteiro de questões. Os primeiros contatos são importantes para o estabelecimento de um clima de confiança, respeito e compromisso entre o pesquisador/entrevistador e o narrador/entrevistado (SANTOS, ARAÚJO, 2007, p. 197).

Segundo os autores, a forma como o pesquisador inicia o contacto com o sujeito da pesquisa influencia na eficácia do trabalho, assim, a coleta de narrativas orais exige um planejamento e um ambiente propício para sua efetivação, não somente em relação ao local de entrevista, mas também, na boa relação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa.

Boni e Quaresma (2005) enfatizam que a entrevista deve proporcionar ao entrevistado um bem-estar para que ele consiga se expressar sem constrangimentos e assim conceder relatos excepcionais. A preocupação com o bem-estar das possíveis entrevistadas, foi um dos pontos considerados neste trabalho, tanto que o local de entrevista e o horário de sua realização foram escolhidos pelas próprias ex-alunas. Como as entrevistas foram coletadas individualmente, os

²⁰ Mesmo com esse critério de seleção, encontrar as ex-alunas no próprio município foi uma das dificuldades da pesquisa, isso porque não haviam informações de contato e endereço atualizados. Assim, uma das estratégias que deu certo e facilitou a localização das ex-alunas foi a utilização das redes sociais com essa finalidade.

locais e horários foram diversificados e dependeram da disponibilidade e condição física de cada sujeito da pesquisa²¹.

Outra estratégia que utilizei para contribuir com o bem-estar das ex-alunas foi a utilização da entrevista semiestruturada, por essa constituir um roteiro mais flexível e uma maior possibilidade de intervenção²². Estrategicamente, esse tipo de entrevista proporcionou um clima agradável e um diálogo produtivo com os sujeitos da pesquisa.

Nesse processo, entrevistei 9 ex-alunas²³ do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, todas residentes do município de Abaetetuba, com idade acima de 65 anos e que estudaram nos diferentes cursos ofertados pela instituição.²⁴

Após a transcrição das narrativas orais, alguns dados pessoais das entrevistadas precisaram ser elencados no corpo do texto, por serem considerados relevantes principalmente no campo das análises e discussões; esses pontos, foram destacados no Quadro 1, de acordo com o que foi relatado pelas ex-alunas, respeitando os seguintes aspectos: nome, idade, ano em que estudaram no instituto, a condição de ingresso na instituição e os cursos estudados por cada uma.

Quadro 1: Identificação dos sujeitos da pesquisa: ex-alunas

NOME	IDADE	ANO	CONDIÇÃO	CURSOS
Maria Edna	77 anos	1953	Pensionista	Primário e Ginasial
Terezinha Ferreira	72 anos	1954	Pensionista	Ginasial
Regina Felgueiras	70 anos	1959	Bolsista	Primário
Elvira (santa)	68 anos	1959	Bolsista	Primário

²¹ Muitas ex-alunas concederam as entrevistas em suas próprias residências, até mesmo por conta da idade avançada; já outras, optaram em conceder a entrevista em seu próprio local de trabalho por falta de disponibilidade.

²² Baseado nos pensamentos de Boni e Quaresma (2005) que elaboraram a seguinte produção: “Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais”, na qual os autores ressaltam a importância da entrevista como uma técnica de coleta de dados.

²³ A pretensão inicial era entrevistar pelo menos 10 ex-alunas da referida instituição, entretanto, isso não foi possível pela dificuldade de localização de outros sujeitos.

²⁴ Primário, Ginásial e Normal. Contudo, nem todas as ex-alunas entrevistadas estudaram os três cursos na instituição.

Maria José Carneiro	76 anos	1960	Pensionista	Ginasial e Normal
Raimunda (Senita)	68 anos	1966	Bolsista	Ginásio e Normal
Miralda Maués	67 anos	1967	Bolsista	Ginasial
Regina Maria	67 anos	1967	Bolsista	Primário e Ginásio
Guiomar Ribeiro	67 anos	1970	Bolsista	Normal

Fonte: Produção da autora, janeiro, 2019.

Inicialmente, o Quadro 1 apresenta o nome, a idade e o ano em que cada ex-aluna ingressou no Instituto Nossa Senhora dos Anjos. A partir disso, é possível verificar que algumas ingressaram na instituição nos primórdios da década de 50, quer dizer, quando as Irmãs Missionárias Capuchinhas ainda estavam iniciando suas ações no instituto; em compensação, outras ingressaram no final dos anos 60 e início da década de 70, período em que a instituição já tinha se estabelecido no município de Abaetetuba.

Visando a temática deste estudo, apresentar estes dados referentes aos sujeitos da pesquisa é de extrema importância, até porque as representações não estão desvinculadas do período em que as ex-alunas estudaram na instituição, pelo contrário, estão intimamente associadas com um dado momento histórico, na maioria das vezes, evidenciado nas representações.

O quarto aspecto elencado no referido quadro, dialoga com as informações anteriores por se referir as formas de ingresso no Instituto Nossa Senhora dos Anjos. Esse ponto evidencia que 6 das ex-alunas estudaram como bolsistas e 3 foram pensionistas, sendo que essas informações reforçam o caráter particular de educação do instituto e ao mesmo tempo apontam para o ingresso de meninas carentes por meio de bolsas de estudo.

O último aspecto, por sua vez, especifica os cursos estudados por cada uma das ex-alunas. Esses dados, demonstram que grande parte das entrevistadas não iniciaram os estudos no INSA, o que justifica em algumas representações a comparação do ensino no INSA com o ensino em outras instituições. Além disso, o que foi apresentado pelas ex-alunas demonstrou as peculiaridades de cada nível de ensino, ou seja, a experiência educacional em um determinado

curso orientou e constituiu as dadas representações, logo, houve a necessidade de situá-las no decorrer das análises.

Além dos dados apresentados no Quadro 1, foram necessárias outras informações pessoais dos sujeitos da pesquisa, que apontam necessariamente para o atual perfil das ex-alunas. Em vista disso, elaborei o mapeamento do perfil social, econômico e profissional de cada uma delas, a fim de ter uma visão panorâmica desses dados que posteriormente serão associados, na medida do possível, com a educação que elas receberam no INSA.

Com este objetivo, estão elencados no Quadro 2 alguns aspectos que foram indispensáveis para o devido mapeamento, a saber: nome, estado civil, filhos, religião, ocupação e formação acadêmica.

Quadro 2: Perfil social, econômico e profissional das ex-alunas

NOME	ESTADO CÍVIL	FILHOS	RELIGIÃO	OCUPAÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA
Maria Edna	Viúva	4	Católica	Comerciante	X
Terezinha Ferreira	Solteira	0	Católica	Professora aposentada	Língua portuguesa
Regina Felgueiras	Casada	4	Católica	Dona de casa	X
Elvira (santa)	Viúva	3	Católica	Pensionista	X
Maria José Carneiro	Solteira	0	Católica	Professora aposentada	Língua portuguesa
Miralda Maués	Casada	4	Católica	Professora aposentada e particular	X
Raimunda (Senita)	Casada	3	Católica	Professora aposentada	Licenciatura em ciências naturais e gestão escolar.
Regina Maria	Casada	7	Católica	Professora aposentada	X

Guiomar Ribeiro	União estável	4	Católica	Aposentada e Secretária	X
--------------------	------------------	---	----------	----------------------------	---

Fonte: Produção da autora, janeiro, 2019.

Ao observar os dois primeiros aspectos apresentados no Quadro 2, verifico que do total das ex-alunas entrevistadas 6 delas casaram e 7 tiveram filhos. Além disso, foi realçado a partir dos dados referentes a religião, especificamente no terceiro aspecto, que todas as ex-alunas atualmente seguem a doutrina católica, ou seja, seguem os mesmos princípios defendidos pelas Irmãs Missionárias Capuchinhas.

Além da crença, o Quadro 2 também apresenta a ocupação das entrevistadas no que diz respeito às suas respectivas profissões. Sobre isto, é possível verificar que das 9 ex-alunas, uma se intitula dona de casa, 3 ainda exercem uma profissão e 6 são aposentadas. A partir dessa subdivisão, ênfase principalmente as ex-alunas aposentadas por dois motivos: primeiro, porque é uma característica dominante no mapeamento e segundo que todas as 6 aposentadas ingressaram no curso Normal, o que representa que a maioria das ex-alunas se formaram como normalista.²⁵

Por fim, o último aspecto apresentado no Quadro 2 não está diretamente relacionado com a entrada das alunas no magistério e sim com o quantitativo de ex-alunas que estudaram no ensino superior. O Quadro 2 evidencia que do total de ex-alunas entrevistadas apenas 3 cursaram o Ensino superior, o restante, ou casou após o curso ginásial ou parou no curso Normal. Das 3 ex-alunas que progrediram para o curso superior, duas não constituíram família.

Por essas questões, concebo que os aspectos elencados no Quadro 1 e 2 foram relevantes²⁶, principalmente no campo das análises e discussões, por se tratar de dados que foram indispensáveis na diferenciação, seleção e análise das narrativas orais.²⁷

Deste modo, as representações foram organizadas, na medida do possível, a partir dos aspectos mencionados anteriormente.

²⁵ Essa informação está baseada principalmente nos dados apresentados no Quadro 1 no que concerne aos cursos estudados na instituição.

²⁶ Importa explicitar que os dados do Quadro 2 complementam as informações do Quadro 1, a diferença entre eles é que o primeiro quadro aponta principalmente dados das entrevistadas quando alunas do INSA, enquanto que o segundo, evidencia dados atuais de cada uma delas.

²⁷ Em termos de diferenciação, alguns pontos foram utilizados para situar o contexto que refere-se cada representação, por outro lado, dependendo do ponto da discussão, a seleção das narrativas foi necessária, tendo em vista que as ex-alunas apresentaram alguns dados similares que não precisaram ser repetidos no decorrer das análises.

SEÇÃO 2- AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E SUAS REPRESENTAÇÕES

Esta seção, com ênfase nas narrativas orais, compreende em 3 subseções as análises dos dados oriundos das diferentes fontes de pesquisa utilizadas neste estudo (escritas e orais). Em primeira instância, a subseção I apresenta os interesses das famílias em confiarem a formação educacional das filhas às Irmãs Missionárias Capuchinhas. A subseção II, no que lhe concerne, compreende a representação da educação do INSA focalizando principalmente nas práticas educativas e tarefas escolares destacadas pelas ex-alunas. A última subseção, por sua vez, se encarrega da representação do instituto para as ex-alunas.

2.1 Por que confiar a educação das filhas às Irmãs Missionárias Capuchinhas?

A vinda das primeiras capuchinhas ao município de Abaetetuba foi um momento esperado por muitas famílias abaetetubenses. O Ano Domini (1953), registra, que as seis missionárias foram recebidas com festa por uma multidão no porto da cidade, que ao som de foguetes e de uma banda de música, anunciava com satisfação a presença de tal influência religiosa.

Essa receptividade demonstrou o apoio do povo abaetetubense à fundação de uma entidade religiosa, que ainda em projeto, intencionava cuidar principalmente da educação de meninas do município. Para isso, as religiosas contaram com a ajuda da população, sobretudo, de uma elite local que se interessou pelo projeto educativo.

Na época, a cidade de Abaetetuba desfrutava de uma economia provedora que fortalecia-se com o desenvolvimento do comércio e principalmente com os engenhos.²⁸ Nesse contexto, muitas famílias de posse, tiveram interesse na educação oferecida pelas freiras e contribuíram para a fundação do INSA,²⁹ principalmente por ter sido considerada a instituição educativa mais adequada para as filhas da alta sociedade local.

Mesmo com a escassez de fundamentos nas documentações, recorri a algumas narrativas orais que reforçam esse pressuposto que dão ênfase ao contexto econômico da cidade. Uma das entrevistadas, que por sinal foi pensionista na instituição, assegura:

[...] o desenvolvimento do colégio teve a influência da elite, eu lembro que teve inclusive a colaboração de vereadores, e com isso cada vereador tinha uma pessoa que eles davam a bolsa de estudo [...] os donos de engenho tinham filhas estudando lá, até

²⁸ Segundo Machado (2014).

²⁹ Embora as classes menos favorecidas e as associações religiosas também tenham contribuído com o desenvolvimento da instituição, há indícios de que sem o apoio das famílias mais favorecidas, as Irmãs Missionárias Capuchinhas não teriam fundado a instituição religiosa num prazo relativamente curto à chegada delas na cidade.

os comerciantes; o comércio de regatão era bem lucrativo na época, porque o regatão transportava a cachaça para o Baixo-Amazonas, então as irmãs tiveram esse apoio (EDNA, novembro, 2018).

Ao tratar da questão, a narrativa traz à tona a condição econômica do município e o apoio da elite à instituição religiosa, tanto que nessa conjuntura se destacam como patrocinadores os donos de engenho, comerciantes e vereadores de Abaetetuba.

Ainda em relação à economia da cidade, o fragmento a seguir reforça a ideia anterior:

[...] o comércio de regatão nessa época dava dinheiro [...] todos os comerciantes viviam muito bem assim como os donos de engenho de cana de açúcar. Naquela época tinha muito engenho, o que ajudou muito o município, eram 35 engenhos de cana-de-açúcar [...] e esses comerciantes ajudavam a instituição devido o ensino das filhas que estudavam lá [...] (MIRALDA, novembro, 2018).

Diante do exposto, entendo que a contribuição dada pela elite local, de certa forma, retornava como investimento na educação de alunas desta mesma classe social, já que muitas famílias de posses confiaram a educação de suas filhas às Irmãs Missionárias Capuchinhas. Uma das ex-alunas que pertenceu a essa classe, justifica o interesse de sua família, empregando o seguinte argumento:

Eles me colocaram no INSA por causa da formação, uma criança educada em um colégio de freiras teria uma educação diferenciada, justamente porque elas abordavam a religião [...] tinha evangélica que estudava lá, mas não tinha problema, se elas quisessem assistir aula, bem, mas se não, elas saíam da aula porque a instituição não podia impor (EDNA, novembro, 2018).

Nesse caso, o interesse em confiar na educação oferecida pelas freiras, foi justamente a formação religiosa oferecida na instituição, ou seja, o caráter religioso colocava a instituição em destaque diferenciando-a das demais escolas do município. Além disso, a narrativa também desnuda que a proposta de educação das religiosas não se restringia a atender apenas meninas católicas, o que provavelmente ampliava ainda mais o público da instituição, ainda que fosse, por um determinado período da sua história, exclusivamente um público feminino.

A fama do INSA repercutiu tanto, que até famílias com poucas condições financeiras investiram (com grande esforço) na educação de suas filhas. Um desses casos foi o da ex-aluna Maria José, no ano de 1960:

Eu passei do Basílio para o INSA porque só ele que tinha na época o curso ginásial, eu era pobre, minha mãe me colocou no INSA com grande esforço mesmo, ela queria que a gente estudasse, ela dizia: “não tenho herança para deixar para vocês, a única herança é os estudos”, ela incentivava muito, hoje eu não sou rica, mais vivo muito bem (MARIA JOSÉ, novembro, 2018).

Em tal caso, o interesse da mãe não estava diretamente relacionado com o aspecto religioso da instituição e sim com um curso que apenas o INSA disponibilizava. Deste modo, a proposta educacional das freiras possibilitava um nível elevado de formação, que para algumas

famílias carentes simbolizava uma possibilidade de ascensão social, o que nesse argumento é notável quando a ex-aluna reproduz o discurso de sua mãe e logo depois informa sua atual situação financeira.

Diferentemente desse caso, outras ex-alunas relataram que estudaram com bolsas de estudo, o que na maioria das vezes não era tarefa fácil, já que primeiramente precisaram passar em uma rigorosa prova de seleção. Essa informação, pode ser constatada no discurso de uma das ex-alunas que ingressou na condição de bolsista em 1966:

[...] eu sonhava em estudar no INSA, [...] minha família não me incentivou, mas, eu fui para o INSA conversei com as irmãs na secretaria, eu e outras, outras colegas, fomos com a irmã e ela autorizou e escreveu a gente para fazer a prova de bolsa, quem conseguia tinha vaga para estudar lá, eram muitas meninas para poucas vagas, mas eu consegui (SENITA, dezembro, 2018).

Nessa narrativa, a ex-aluna relata que mesmo sem o apoio familiar, realizou o sonho de estudar no INSA, disputando vaga com outras meninas, na época. Ainda evidencia, que eram disponibilizadas poucas vagas na prova de seleção, o que necessariamente, apontava a dificuldade de ingresso de meninas carentes no instituto.

Todavia, é relevante frisar que nem todas as bolsistas passavam por essa rigorosa seleção, sendo que outras alegaram uma possível “troca de favores” entre seus pais e as religiosas, como revela uma das ex-alunas que ingressou na instituição em 1967: “Eu fui bolsista porque meu pai tirava foto para a instituição e não cobrava nada, o papai teve essa oportunidade para eu estudar lá, e era um colégio referência, então eu quis abraçar essa oportunidade que estavam me dando” (REGINA MARIA, dezembro, 2018).

Nesse caso, a ex-aluna não cumpriu com requisitos de ingresso porque seu pai não cobrou por serviços prestados à instituição, isso demonstra que no final das contas ambos os lados foram beneficiados. Em relação aos interesses do pai, é evidente que a oferta das irmãs foi irrecusável porque o INSA era considerado a maior referência de educação, mais ainda, era um espaço educacional apreciado pela sociedade abaetetubense, além do status social na vida das alunas.

Em face do exposto, considero que o modelo de formação do instituto, sobretudo, o aspecto religioso e o nível elevado de formação, foram alguns fatores que chamaram atenção de muitas famílias naquela época. Além disso, a suposta ascensão social também foi uma zona de interesse, principalmente para as famílias carentes que idealizavam para suas filhas uma melhor condição de vida. Em vista disso, é possível inferir que os interesses familiares foram variados e dependeram, em alguns casos, da forma de ingresso de uma filha na instituição.

Em tese, essas famílias representavam a sociedade abaetetubense, ou seja, os interesses familiares mencionados neste estudo representavam desejos sociais. Biasoli-Alves (2000) ao analisar a educação feminina até as últimas décadas do séc. XX, declara que até a década de 60, o discurso da religião confirmava e enfatizava o que as famílias diziam. Da mesma forma aconteceu no INSA, pelo fato de as Irmãs Capuchinhas propagarem concepções que eram compatíveis com os valores difundidos na sociedade.

2.2 Essas são as práticas educativas. “Amém”!

A proposta educacional oferecida pelas Irmãs Missionárias Capuchinhas, envolvia práticas que visavam estimular em todas as alunas uma responsabilidade para além da instituição, que era, o compromisso com um padrão feminino reproduzido naquela época. Este compromisso, estava imerso nas práticas educativas³⁰ que foram facilmente identificadas em algumas documentações. Por exemplo, no art. 12 do Regimento Interno do Educandário Nossa Senhora dos Anjos (1968) prescrevia-se as práticas de educação moral e cívica, jogos, recreação e música, as quais eram prescritas para o público infantil.

De outro modo, de acordo com as prescrições do Regimento Interno do Ginásio Nossa Senhora dos Anjos [s.d], no art. 31, as práticas educativas deveriam ser educação religiosa, educação cívica, educação doméstica e artes femininas, das quais adotavam-se apenas duas levando em consideração a possibilidade de realização. Quanto à forma de avaliação, a determinação é que não fosse atribuído nota à nenhuma dessas práticas.

Para identificar as práticas educativas que realmente se concretizaram no INSA, analisei as narrativas orais de 9 ex-alunas que estudaram nessa entidade no período delimitado deste estudo. Em análise, uma das primeiras práticas identificadas estava diretamente ligada à instrução religiosa das alunas, isso porque a instituição desfrutava de um modelo educativo baseado rigorosamente nos princípios católicos.

Esse modelo de formação, obedecia a uma lógica que circulava no final do séc. XIX, em que a educação feminina não poderia ser idealizada sem uma rígida formação cristã, que na sociedade da época fazia referência direta ao catolicismo (LOURO, 2004). Intentando uma formação nessa perspectiva, as freiras proporcionavam às alunas momentos de clemência e

³⁰ Atividades complementares que variavam de público alvo dependendo da temática abordada, ou seja, algumas eram ministradas para ambos os sexos e outras especificamente para as alunas.

reflexão antes de iniciar às aulas, como afirma uma das entrevistadas que estudou o curso ginasial, em 1954:

[...]a gente era formada nessa prática cristã, tanto é que quando a gente chegava na escola, [...] ia na capela para o momento de oração e depois a gente ia para a sala de aula. Lá a gente aprendia como se comportar na igreja. [...] tínhamos o ensino religioso, se tinha alunas evangélicas elas eram respeitadas; se não quisessem participar, elas poderiam sair da sala de aula [...], mas era obrigado a respeitar também os critérios da escola (TEREZINHA, novembro, 2018).

Essa narrativa destaca um ponto muito interessante que era a não obrigatoriedade do ensino religioso para as alunas evangélicas, as quais poderiam se retirar da referida aula em razão do ensino não corresponder com seu credo religioso. Essa exceção foi identificada no art. 31 do Regimento Interno do Ginásio Nossa Senhora dos Anjos [s.d] que estabelecia o ensino religioso como “disciplina extraclasse, com frequência obrigatória para alunas do credo católico” (p. 5-6). É interessante observar que esse regulamento prescreve a isenção das alunas não católicas das aulas de religião, como uma flexibilidade no programa de ensino.

A nível de prescrição isso tinha uma justificativa, porque para as alunas católicas, a formação religiosa no INSA era uma extensão da educação que era proporcionada pela igreja, já que se cobrava dessas alunas assiduidade e uma postura diferenciada nos espaços religiosos. Para algumas alunas isso era perceptível quando,

[...] o INSA estava em peso na missa de 8 horas da manhã. Havia um relacionamento entre igreja e escola. [...] O catecismo era estudado dentro da escola, e a primeira comunhão na igreja. As alunas do INSA se destacavam na postura, quando chegavam na igreja [...] (MIRALDA, novembro, 2018).

Ao reforçar a prática de catecismo, a ex-aluna acrescenta outras informações que outrora não foram mencionadas acerca da vivência das alunas, tanto no instituto quanto na igreja. No referido relato, observa-se o feedback nesses dois espaços sociais, visto que “a igreja era levada à escola” por meio dos ensinamentos religiosos, e “a escola era levada à igreja” através da postura diferenciada das alunas do INSA.

Sobre essa formação, a ex-aluna Regina Maria que iniciou o estudos no instituto por volta de 1967, alega:

[...] tinha que ter ensino religioso, tinha que entrar na grade do programa da escola. Focavam em família, até mesmo orientação para jovens, de como a gente deveria se vestir, como respeitar [...]. Eu era catequista desde essa época até hoje eu sou catequista, uma influência não forçada (REGINA MARIA, dezembro, 2018).

Em análise a essa fala, percebo que a ideologia cristã na instituição tinha a função de modelar a conduta das alunas, especialmente na prática da catequese, que ao ser ministrada no próprio estabelecimento de ensino, reforçava os preceitos morais e religiosos que geralmente

eram ilustrados na igreja. Segundo Chartier (1990) as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Com base nisso, a “bagagem” internalizada na instituição influenciou a ex-aluna a continuar participando do trabalho de catequização até os dias atuais.

Quanto a essa influência, uma das entrevistadas afirma que na instituição:

[...] havia uma aproximação muito grande das meninas com as irmãs e aí elas iam despertando nas próprias alunas a vocação religiosa. Então, várias alunas de Abaetetuba, várias jovens [...] foram religiosas [...] as irmãs faziam visitas nas famílias carentes e as alunas podiam voluntariamente acompanhar. Minha vontade era ser freira, não conseguir abrir mão da família para seguir na devoção por causa de alguns problemas familiares, mesmo assim hoje dedico a minha vida à igreja (TEREZINHA, novembro, 2018).

Neste relato, é possível perceber que o contato com as capuchinhas despertou a “vocação” religiosa em muitas alunas naquela época, inclusive a própria narradora sofreu essa influência, mas não pode seguir na “vocação” por conta de problemas pessoais. Em análise, presumo que “o chamado” para a vida religiosa justifica outros dados do perfil da ex-aluna, que diferentemente das demais não contraiu casamento e nem teve filhos³¹.

O relato de Terezinha Ferreira apresenta ainda indícios de que o contato com as religiosas influenciou significativamente no fortalecimento da crença das alunas, que aderindo ou não à vocação religiosa, se aproximavam ainda mais da igreja por conta dos ensinamentos disseminados na instituição, o que possivelmente justifica o fato de todas as ex-alunas ainda praticarem essa religião.³²

Em vista disso, reconheço a importância que teve o Instituto Nossa Senhora dos Anjos para a disseminação dos ideais cristãos, que usualmente estão associados à ideia de renúncia e submissão como uma forma de controle do corpo e da mente. Arelado à esse pensamento, constato o impacto dessa formação religiosa para as meninas abaetetubenses, ao considerar que “a escola, através do seu discurso, conhecimento, prática e currículo, é importante para legitimar qualquer que seja a forma de representação” (ROSSI; INÁCIO FILHO, s.d, p. 7).

Como os autores exprimem, as instituições escolares com toda a sua “bagagem” têm um imenso poder ideológico que tende a influenciar no posicionamento do sujeito frente à realidade. Ao se tratar do ensino de uma entidade religiosa, isso se torna ainda mais intencional devido a base doutrinária que modela atitudes, comportamentos e concepções.

³¹ Dado que pode ser comprovado no Quadro 2, p. 39.

³² Informação disponível no Quadro 2, p. 39.

Por caracterizar-se como conhecimento base, o ensino religioso também preceituava normas que eram determinantes para manter o bom testemunho das meninas na sociedade. Esse testemunho dependia nomeadamente do comportamento das alunas diante de seus impulsos sexuais, haja vista que a castidade era um dos valores acentuados nos sermões religiosos que instruíam as alunas a não manterem relação sexual antes do casamento, até mesmo para evitar uma das possíveis consequências desse ato: a gravidez precoce.

Com mais rigor do que na atualidade, nessa época a menina que engravidasse fora do casamento não era vista pela sociedade com “bons olhos”, logo, era estigmatizada socialmente acarretando para si diversas consequências, inclusive, a não permanência na instituição. Sobre isso, uma das ex-alunas afirma:

Era assim, a moça tinha que ficar moça estudando, se ela engravidasse não poderia ficar dentro da escola, para não repercutir para as outras, entendeu? Era nesse sentido de não repercutir, influenciar as outras moças que estavam lá [...] justamente por causa da entidade. Elas passavam muito para a comunidade, para sociedade, essa forma da moça ter seu pudor, ter respeito, então as freiras tinham todo um trabalho de orientação. As moça lá de dentro eram orientadas de namorar para casar, de não se entregar tão cedo (MIRALDA, novembro, 2018).

Nesse discurso, está explícito a importância que as Irmãs Capuchinhas davam ao parecer da sociedade diante da imagem das alunas. Com base no excerto, a intenção das freiras era evitar que a imagem da instituição fosse deturpada, por isso, elas focalizavam e defendiam os princípios morais e religiosos para orientar as alunas a não darem o “passo errado”, o qual lhes acarretaria consequências desastrosas, além da marginalização social.

Uma das graves consequências apresentada nos relatos das ex-alunas, aponta diretamente para a não continuidade dos estudos no estabelecimento de ensino religioso, o que para as irmãs tinha uma justificativa: o não comprometimento do pudor das demais alunas. Sendo assim, o ditado bíblico “digas com quem andas e direis quem és” se encaixa muito bem no argumento das religiosas.

Em reforço a esse argumento, uma das ex-alunas que estudou a partir de 1960, ressalta: “[...] a moça engravidava e não podia estudar lá, [...] a moça era discriminada, até as moças que andassem com ela não seriam bem vistas, porque ela já tinha filho fora de casamento. Na época, até mulher casada não podia, depois que mudou” (MARIA JOSÉ, novembro, 2018).

Deste modo, até o ingresso de mulheres casadas no INSA não era permitido, por configurar uma má influência às demais educandas que eram instruídas a se “guardarem” até o matrimônio. No entanto, mesmo com todos esses cuidados e instruções, a “fatalidade” (gravidez) muitas vezes não era evitada e acabava transformando alunas em rés a serem julgadas

pela sociedade, como alega uma das ex-alunas de 1970, que não pode continuar o curso Normal no INSA, justamente por ela ter engravidado.

[...] por esse motivo eu sair do INSA, eu engravidei! Aí eu parei. Por isso que as minhas colegas se formaram em 72, eu dei esse vacilo com elas (risos), mesmo porque, nessa época, nós tínhamos aula disso aí também, mas aí aconteceu. [...] aconteceram muitos casos desse, na época (GUIOMAR, novembro, 2018).

Nesse caso, observa-se que em nenhum momento a entrevistada fala do “vacilo” como resultado da ignorância diante do assunto, pelo contrário, ela reconhece que as irmãs davam a devida orientação para evitar o ocorrido. Porém, caso a gravidez ocorresse, as freiras cumpriam as regras que afastavam a aluna grávida da instituição. Foi o que ocorreu com a ex-aluna Guiomar.

Assim, seguindo as determinações internas da escola, as alunas deveriam preservar a castidade e os demais valores cristãos que as fariam uma mulher de família, uma boa esposa e uma mãe exemplar. Sobre isso, Borges, Silva e Machado (2012) alegam que nos primeiros anos de atuação do INSA, a educação disponibilizada pelas irmãs instruía as meninas para atender os padrões exigidos pela sociedade da época, que perpassava em uma formação para exercer às funções do lar. Para Chartier (1990),

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p. 17).

Assim, compreende-se que a proposta educativa das capuchinhas estava imersa em um campo discursivo que produzia tanto práticas sociais quanto práticas educativas, a fim de legitimar pensamentos que faziam parte da sociedade da época. Sendo assim, os discursos religiosos visavam influenciar no comportamento das alunas, na medida em que ditavam posturas e escolhas a serem seguidas.

Amparada por esses pensamentos, a educação religiosa foi cúmplice de outras práticas educativas que também apontavam para esse padrão feminino. Uma dessas práticas foi denominada “artes femininas” e estimulava a “vocação” das alunas para determinadas atividades “exclusivas” do sexo feminino. Em detalhes, uma das ex-alunas do curso ginásial explica em que consistia a referida prática: “As irmãs ensinavam crochê e tricô, [...], era por turma, era bem organizado, mas na época era mais crochê, tinha a professora que ensinava corte e costura dentro da escola, tudo que a escola fazia tinha sala específica, sala separada para isso” (MIRALDA, novembro, 2018).

Dentre as atividades mencionadas pela ex-aluna, o crochê e tricô faziam parte das “artes femininas” que eram ensinadas na instituição. Uma das concepções acerca da utilização dessas atividades, é apresentada por Cunha e Eggert (2011) ao afirmarem que na antiguidade esses trabalhos manuais eram manipulados como uma forma de entretenimento, servindo para evitar que as mulheres se tocassem ou pensassem lascividades. Essa visão, caracterizava o crochê e o tricô como atividades domésticas que funcionavam como sinalizadores de recato e sujeição.

Concomitantemente, com o desenvolvimento do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, outra concepção sobre o tricô entra em vigor, influenciada por acontecimentos históricos que impulsionaram uma nova utilidade para essa tarefa. Conforme declara Braun (2013) entre 1950 e 1960, após a Segunda Guerra Mundial, o tricô deixa de ser apenas um trabalho de distração e entra nas instituições escolares para ser ensinado às meninas, que eram instruídas a desenvolver tais habilidades profissionalmente.

O crochê, nesse mesmo período, se expandiu “como parte do movimento ‘Baby Boom’³³, que estimulava os valores domésticos e as técnicas artesanais feitas em casa. Mesmo assim, ainda persistia a imagem de que o crochê era “coisa de dona de casa” (BRAUN, 2013, p.63).

Apresentar essas mudanças de intencionalidade é indispensável para entender como essas técnicas sobreviveram atreladas à um perfil feminino, que por sinal, influenciou na formação de meninas do Instituto Nossa Senhora dos Anjos. Na instituição, essas “artes femininas” eram orientadas pelas irmãs como parte de uma suposta “vocação” feminina, já que eram direcionadas apenas às mulheres e que poderiam passar de geração em geração.

Apesar disso, nem todas as alunas do INSA se enquadravam no perfil desejado, isto é, algumas não tinham a tendência natural para realizar o trabalho proposto, como aconteceu com a ex-aluna Regina Maria que iniciou o curso primário no ano de 1967, segundo ela: “[...] quem dava essa aula era a irmã visitação, estava no conteúdo da programação, o programa da aula, era crochê, era tricô, eu fiz uma banda de sapatinho e não consegui fazer o resto (risos) até hoje [...]” (REGINA MARIA, dezembro, 2018).

³³ Um exponencial crescimento populacional no mundo com a explosão de nascimento de bebês, principalmente nos Estado Unidos e Europa. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/1968-os-baby-boomers-e-as-contestacoes/>. Acesso em: 25 de fev. de 2019.

Nesse caso, mesmo recebendo a instrução de uma das freiras, a ex-aluna alega que não conseguiu se identificar com esse tipo de trabalho manual. Isso demonstra que o estímulo das irmãs à suposta vocação não funcionava com todas as alunas, tanto que a falta de habilidade diante dessa prática educativa, foi visualizada também em outros relatos de ex-alunas que compartilharam desse mesmo sentimento por não conseguirem desenvolver a contento tais atividades.

Como integrante desse grupo, dona Elvira traz o seguinte esclarecimento: “[...] só aprendi fazer uma trancinha (risos) eu gostava das aulas, mas não tinha paciência; eu acho que não nasci para fazer isso lá; era uma vez por semana; não tinha nota, era dentro do contexto da matéria” (ELVIRA, novembro, 2018).

Ao se referir à prática do crochê, a ex-aluna alega claramente não ter tido paciência para desenvolver a atividade, e valendo-se da expressão “eu não nasci para fazer isso” ela demonstra não compactuar com os pensamentos conservadores impregnados nessa atividade, o que reforça a ideia de que, ainda que as alunas praticassem atividades dessa natureza, elas nem sempre concordavam com a utilidade dessas práticas na vida delas.

Tendo em vista essas análises, é possível afirmar que as “artes femininas” visavam estimular habilidades técnicas nas alunas e concomitantemente inculcar o perfil de mulher idealizado na sociedade da época, a partir de afazeres que exigiam delicadeza, paciência e criatividade, uma das formas mais veladas de controlar também o proceder das alunas.

Contudo, o modelo educacional proposto no Instituto Nossa Senhora dos Anjos não se limitava apenas a essas práticas educativas, envolvia também a educação moral e cívica como um componente curricular obrigatório. Mas, afinal, qual a finalidade dessa prática educativa em uma instituição regida por freiras?

Na história da educação brasileira, encontrei indícios dessa prática no período da Primeira República, que sob o poder da classe republicana, foi alvo de idealizações que estimulavam esse sentimento patriótico, haja vista que algumas escolas trabalhavam com disciplinas de “Cultura moral”, “Cultura Pátria”, “Geografia Pátria”, “História Pátria e Educação física” (MORAES, 2015, p. 174). Essas disciplinas tinham justamente essa finalidade.

Nesse contexto, a disciplina de “História Pátria”, por exemplo, “objetivava preparar os futuros cidadãos por meio de instruções patrióticas e moralizantes” (TRINDADE; LIMA, 2018, p. 19). Considero que esses objetivos, apresentam uma relação de semelhança com a educação

moral e cívica prescrita nos documentos do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, que também apresentavam um forte caráter civilizatório.

No INSA, a formação com valores cívicos e morais fazia parte do cotidiano das alunas, entretanto, tinha uma maior visibilidade durante os eventos cívicos e comemorativos que favoreciam esses ensinamentos. Sobre isso, destaco a seguinte narrativa:

A moral e cívica era colocado em prática na semana da pátria, mas todos os dias era cantado o hino na frente da escola, cada dia uma, duas, ou três turmas[...] no 7 de Setembro também eram momentos muito esperados pela comunidade abaetetubense, pela sociedade; porque o INSA se destacava muito [...] a postura das alunas no momento do desfile era muito bonito, uma coisa social mesmo [...] (MIRALDA, novembro, 2018).

Conforme relatado, a educação moral e cívica era notável particularmente nos dias cívicos, como a Semana da Pátria e o 7 de Setembro que eram datas temáticas comemoradas junto à comunidade abaetetubense, geralmente com desfiles super finos que esbanjavam glamour e nacionalismo para os espectadores. Além do mais, essas comemorações tornavam-se mais necessárias por proporcionar notabilidade ao INSA, graças à postura das alunas diante da sociedade, o que, de certa forma representava o trabalho educacional do instituto.

É possível identificar um desses momentos na figura 11, encontrada no acervo da instituição.

Figura 11: Desfile de 7 de Setembro de 1967 do INSA.



Fonte: Álbum do INSA, 1967.

A Figura 11 retrata um desfile do dia 7 de setembro de 1967, no qual as alunas formam um pelotão representando as forças armadas, uma corporativa que é constituída “por instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas sob a égide da hierarquia e da

disciplina”³⁴. A representação das alunas nessa foto, demonstra um forte patriotismo por parte da instituição que se valeu da data comemorativa para transferir esse sentimento nacionalista, tanto para as alunas, quanto para o povo abaetetubense que se aglomerava na principal rua da cidade para apreciar o desfile das meninas do INSA.

A temática exibida pelo pelotão, traz imbuída a ideia de disciplina, proteção, ordem e soberania, associadas com o padrão de comportamento aceitável naquela época, sinal disso, foram as exigências que envolviam disciplina e ordem no falar, no andar e no obedecer das regras.

Além disso, esse movimento cívico demonstrado na Figura 11 expressa o compromisso com o país e o respeito pela pátria, que “coincidentemente”, foram as finalidades de algumas práticas educativas no período da Primeira República. Tendo em vista essa similaridade, esse pensamento educativo que vigorou na Primeira República, se caracterizou como continuidade e influenciou na instrução de meninas do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, até porque à época, todas as instituições educativas seguiam os princípios ideológicos dos republicanos que viam na educação uma saída para o progresso e desenvolvimento do país.

Então, da mesma forma que a educação Moral e Cívica servia para notabilidade do país, também contribuía para civilizar o comportamento das alunas. De um modo geral, existe uma correlação entre a ilustração e o seguinte argumento:

A moral e o civismo também deveriam ser praticado dentro da escola e lá fora, o respeito, mostrar o tipo de escola que você estudava através do seu comportamento, [...] a gente estudava no INSA, mas a gente mostrava nosso comportamento lá fora também, não era só lá dentro [...] (MIRALDA, novembro, 2018).

Partindo do descrito, percebe-se que esta prática educativa também estava relacionada com o comportamento adequado das alunas nos diversos espaços sociais, as quais deveriam seguir a ordem, a disciplina, o respeito e a obediência. Sendo assim, essa prática buscava sensibilizar as alunas a se comportarem adequadamente, especialmente em espaços públicos.

De todo o modo, o controle da conduta das alunas não envolvia apenas ações que estimulassem os comportamentos louváveis, envolvia também censuras baseadas nos princípios morais e religiosos para evitar os comportamentos inaceitáveis. Exemplo disso, eram os preceitos que tinham a finalidade de formar meninas que soubessem se comportar nos diversos espaços sociais, inclusive, na própria instituição de ensino. De acordo com uma das ex-alunas:

[...]as irmãs eram altamente rigorosas! Não podíamos ri alto [...] eu estudei lá, primeiro, segundo e terceiro anos do curso primário [...] tinha muita diferença do

³⁴ Informação disponível em <https://www.defesa.gov.br/forcas-armadas>.

Bernardino³⁵ para o INSA [...] no INSA tinha um horário certo para entrar, porque era um convento [...] (ELVIRA, novembro, 2018).

Nessa narrativa, é possível identificar duas atitudes inaceitáveis na instituição: rir alto e chegar atrasada. Essas regras, por mais simples que pareçam, implicavam em correções, como descreve uma das entrevistadas que foi repreendida por não cultivar um bom comportamento relacionado a esses aspectos:

[...] não podíamos falar a todo o momento. A gente tinha aquele respeito, tinha hora para falar e hora para ouvir [...]. Eu subia aquela escada correndo, muitas alunas corriam atrás de mim. Na hora que a diretora chegava ela perguntava: “-quem estava na anarquia?” Eu respondia: -eu! Eu fiz! Porque eu fazia mesmo. Ela dizia: “- venha cá! vou comunicar a sua mãe”. Depois chegava em casa o comunicado por escrito, uma cartinha para os pais ou as freiras levavam ou então os correios (MIRALDA, novembro, 2018).

Por sua vez, essa narrativa evidencia que falar demasiadamente e correr dentro da instituição também era um sinal de mal comportamento, que nesse caso, foi informado aos pais da aluna. Essas censuras eram normas da instituição prescritas no art. 28 do Estatuto do Ginásio Nossa Senhora dos Anjos (1953), junto a outras prescrições:

Art. 28 – São deveres de cada aluna: guardar o silêncio; b) tratar todas as irmãs com respeitosa decência e obediência; c) procurar mostrar a máxima distinção no modo de falar com as mestras e colegas, no andar, no subir e descer escadas, no entrar e sair da classe, mostrando em tudo esmerada educação doméstica; [...] (ESTATUTO DO GINÁSIO NOSSA SENHORA DOS ANJOS, 1953).

Mesmo existindo as regras de comportamento, os relatos revelam que nem todas as meninas diziam “amém”³⁶ para esses preceitos, como constatado na fala da ex-aluna Miralda, a qual as infligia, ainda que fosse exigido respeito e a obediência às regras. Assim, a base ideológica cristã presente nessas censuras, exigia das alunas uma conduta que refletisse os princípios morais defendidos pelas religiosas.

Para Valente (2016) o aspecto moral manifesta-se no cotidiano sempre que uma pessoa se posiciona a favor ou contra algum comportamento, pessoa ou objeto. Em conformidade com as narrativas orais, os muitos preceitos determinados pelas Irmãs Capuchinhas visavam o “controle do corpo”³⁷ das alunas, isto é, influenciavam no comportamento de cada uma delas.

³⁵ Professor Bernardino Pereira de Barros, Escola Pública que atendia o curso ginásial misto na cidade.

³⁶ O uso deste termo é proposital por se tratar de uma instituição religiosa, que devido o modelo de educação, não aceitava questionamentos por parte das alunas.

³⁷ Baseados nos estudos de Michel Foucault, Ferrari e Dinali (2012) usam essa expressão no estudo intitulado: Herança moderna disciplinar e controle dos corpos: quando a escola se parece com uma “gaiola”. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n2/a18v28n2>. Acesso em: 30 de mar de 2019.

Essa ênfase no aspecto comportamental é ainda mais perceptível nos relatos referentes ao uso do uniforme escolar, cujo uso se caracteriza como uma das regras da instituição. Sobre esse aspecto, umas das ex-alunas, relata:

[...] naquela época era rígido. A rigidez no uniforme. O uniforme deveria ser aqui a saia (apontou a baixo do joelho) 30 cm para cá. Tinha uma freira que ia para a porta do colégio medir, mesmo assim naquela época tinha muita menina danada, puxavam a saia e iam para a porta do colégio (risos) (EDNA, novembro, 2018).

À luz dessa narrativa, é possível compreender que desde a fundação do INSA o uso do uniforme escolar, na medida certa da saia abaixo dos joelhos, era de caráter obrigatório para todas as alunas, tanto que havia uma verificação diária antes delas entrarem na instituição. Decerto, essa rigorosa padronização e as frequentes repreensões das religiosas, eram formas de reprimir o corpo das alunas, que nem sempre concordavam com a imposição e encontravam formas de resistência.

Borges (2015) declara que no decorrer da história, o uniforme serviu como uma ferramenta de identificação, controle e padronização. Isso indica que o uniforme escolar historicamente atendeu diferentes campos de interesse no âmbito educacional, inclusive, o uniforme esteve a serviço das instituições religiosas.

Nos primeiros anos do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, as freiras estabeleceram um modelo de uniforme escolar que refletia uma visão conservadora de preservação dos corpos, já que as noções estéticas daquele tempo influenciaram em seu tamanho, forma e aparência. A Figura 12, retrata um grupo de alunas uniformizadas com um dos primeiros modelos de uniforme do INSA, que a propósito, vigorou até o ano de 1969.

Figura 12: Alunas vestidas com o uniforme diário do INSA.



Fonte: Álbum do INSA, 1953.

Como a Figura 12 demonstra, o uniforme escolar nesse período era bem modesto, formado por saias abaixo dos joelhos e blusas isentas de decote, garantindo proteção corporal das alunas. Provavelmente, o uniforme escolar com essa composição tenha sido influenciado por padrões sociais associados à concepção de educação feminina almejada pelas religiosas, além de ser uma exigência da sociedade conservadora, haja vista que “os uniformes escolares também podem ser apreendidos como um reflexo da sociedade” (ANDRADE, 2011, p. 38).

De acordo com os pensamentos de Chartier (1990), as estruturas do mundo social são ao longo da história produzidas pelas práticas políticas, sociais e discursivas, que entrelaçadas constroem as suas figuras. Nesta perspectiva, o modelo de uniforme escolar destacado pelas ex-alunas reflete uma dada realidade social, que não é estática, pelo contrário, está em um processo de construção e reconstrução partindo da articulação entre diferentes práticas que a constituem.

Em função disso, o uniforme escolar do INSA trazia consigo alguns preceitos para as alunas, já que uma das ex-alunas enfatiza que: “Quando se saía na rua, não podia namorar com o uniforme, nem conversar, nem se fosse com amigos; quando terminava as aulas na instituição tínhamos que ir direto para casa” (REGINA FELGUEIRAS, novembro, 2018).

Neste sentido, usar o uniforme da instituição significava levar o estandarte do respeito, da decência, da moral e dos bons costumes, que certamente refletiam os ideais das religiosas católicas. Sendo assim, para as Irmãs Capuchinhas, o uniforme escolar não representava simplesmente a instituição educativa, mas também os valores que nela eram disseminados, por esse motivo, as alunas deveriam evitar usar essa vestimenta em outros ambientes e com outras finalidades.

Reforçando essa premissa umas das ex-alunas que ingressou em 1966, mensura: “[...] quem vestia esse uniforme, as moças, elas eram bem vistas, [...]” (SENITA, dezembro, 2018). Este depoimento traz consistência para as argumentações anteriores, principalmente no que concerne ao olhar da sociedade para as meninas que vestiam o uniforme do INSA.

Sendo assim, em prol dessa representatividade social, o uniforme servia de instrumento de propagação dos princípios defendidos pela instituição, na medida em que controlava os corpos das alunas externando decência, respeito e devoção. Neste sentido, acredita-se que “a roupa/uniforme esculpe uma conduta e reflete uma dada organização social” (RIBEIRO; SILVA, 2012, p.582), que, de modo consequente, é constituída pelas ideias que a circundam.

A partir da identificação dessas finalidades, foi facilmente identificada a similaridade da educação moral e cívica com a formação religiosa, no que diz respeito aos valores

mencionados anteriormente. Com isso, as práticas educativas não estavam disviculadas umas das outras, pelo contrário, havia uma inte-relação para atender os propósitos defendidos pelas Irmãs Missionárias Capuchinhas, bem como, pela sociedade abaetetubense.

É importante ressaltar, que a maioria das práticas educativas mencionadas até então, foram trabalhadas apenas no curso Primário e/ou Ginásial, já que o curso Normal exigia uma especificidade, e, por isso, compartilhava com esses cursos apenas a educação religiosa. Embora, não tenham sido encontrados os estatutos e regimentos desse curso, alguns relatos orais evidenciaram uma das práticas específicas ministradas para normalistas, como esclarece uma das ex-alunas que estudou o referido curso:

No curso Normal já eram outras práticas, na prática de higiene e puericultura, a gente aprendia tudo relacionado à parte de higiene, principalmente de criança. Eu aprendi até a dobrar fraldas, então eram práticas que a irmã dizia, se vocês não forem boas professoras, vocês vão ter que ser boas mães, boa esposa, boa dona de casa. [...] o leite na mamadeira, muitas orientações direcionadas as crianças, incentivo de comer as frutas, tudo isso era dado nessa prática educativa, e com a gente, no curso Normal (SENITA, dezembro, 2018).

Com essa representação, o ensino oferecido na prática de higiene e puericultura³⁸ era uma extensão para a vida doméstica; o cuidado com a higiene das crianças, o dobrar flaudas e o leite na mamadeira, parecem ser atividades simples, no entanto, carregavam um grande significado quando utilizadas com a finalidade de preparar as alunas ou para o cuidado de seus filhos ou para o cuidado de seus alunos, o que delimitava as áreas de atuação das futuras professoras e, conseqüentemente, reforçava o perfil feminino propagado naquela organização social.

Por um lado, o curso Normal, dessa instituição, caracterizava-se com uma formação avançada, por preparar as alunas para o magistério, o que geralmente implicava em uma independência financeira para as que optavam exercer a profissão. Por outro lado, esse mesmo curso ainda refletia valores tradicionais, ou seja, a formação de professoras no Instituto Nossa Senhora dos Anjos ainda apontava para o padrão feminino difundido no período.

Esse processo de rupturas e continuidades com um ensino estritamente conservador, começou a ser evidente na história da educação brasileira aproximadamente no final do séc. XIX e início do século XX, quando,

A escola parecia desenvolver um movimento ambíguo: de um lado, promovia uma espécie de ruptura com o ensino desenvolvido no lar, pois de algum modo se colocava como mais capaz ou com maior legitimidade para ministrar os conhecimentos exigidos para a mulher moderna; de outro, promovia, através de vários meios, sua

³⁸ Conjunto dos meios próprios para assegurar o nascimento e o desenvolvimento de crianças sadias. Conceito Disponível em: <https://www.dicio.com.br/puericultura/>. Acesso em: 02 de abr. de 2019.

ligação com a casa, na medida em que cercava a formação docente de referências à maternidade e ao afeto (LOURO, 2004, p. 458).

Assim, as instituições educativas, ao longo da história, cultivaram uma relação de interseção com o modelo estritamente tradicional de educação. Logo, o curso Normal no INSA não foi somente uma forma de profissionalização da aluna, mais que isso, era uma forma de prepará-la também para melhor desenvolver suas futuras atividades do lar, na educação de seus filhos e no cuidado do esposo. Borges, Silva e Machado (2012) acreditam que “a atuação da mulher no magistério acabava por se tornar uma extensão de sua ‘vocação’ para maternidade” (BORGES; SILVA; MACHADO, 2012, p.6), isto é, uma preparação com dupla utilidade sendo que uma delas reproduzia a concepção procriadora, apoiada, sobretudo, pelas entidades religiosas.

Desde sua fundação, o Instituto Nossa Senhora dos Anjos teve destaque por esse modelo de formação. Isso foi verificado em um registro do Ano Domini (1953) o qual informa que o Sr. Arcebispo da época, congratulou-se com as famílias abaetetubenses pela inauguração do Educandário Nossa Senhora dos Anjos (primeira nomenclatura utilizada) no qual, segundo ele, seriam formadas mães cristãs.

O perfil social, econômico e profissional das entrevistadas, evidencia que a maioria das ex-alunas seguiu a “lei” do matrimônio³⁹ que estava atrelado ao papel feminino enfatizado em algumas práticas educativas (formação religiosa, artes femininas, higiene e puericultura), que tinham como finalidade instruir as alunas para ocuparem o lugar de esposa e de mãe na sociedade.

Biasoli-Alves (2000) afirma, que até meados do século XX os atributos essenciais em um perfil feminino aceitável, era o respeito, obediência, submissão, delicadeza no trato, pureza, capacidade de doação e habilidades manuais. Contudo, esses valores eram frisados implicitamente nas práticas educativas mencionadas anteriormente, tanto que a mesma autora ressalta que esses valores, após meados do séc. XX, não se apresentavam explicitamente na educação da menina, mas, permanecia “sem dúvida, de forma ‘encoberta’, enquanto a mulher⁴⁰ conquista o direito à escolarização e a exercer atividades profissionais diversificadas” (BIASOLI-ALVES, 2000, p.237).

³⁹ Informação disponível no Quadro 2, p. 39.

⁴⁰ A autora utiliza o termo mulher para circunstanciar as rupturas e continuidades na educação da menina/moça, e isso é notável quando ela utiliza as expressões menina/moça e mulher, se referindo ao percurso que a menina tinha que fazer para se tornar a mulher idealizada.

Posto isto, as práticas educativas no INSA refletiram pensamentos conservadores que reforçavam o perfil feminino propagado na sociedade da época, orientado sobretudo pela base religiosa defendida pelas Irmãs Missionárias Capuchinhas. Ou seja, estas religiosas seguiam rigorosamente as exigências de uma época em que à mulher caberia uma educação cuidadosa para que ela viesse exercer seu papel como mãe, esposa e até mesmo professora.

2.3 Que representação as ex-alunas têm do INSA?

Na subseção anterior, foram analisadas as práticas educativas e as tarefas escolares propostas no Instituto Nossa Senhora dos Anjos, que por sinal, foram representadas com um forte teor civilizatório que correspondia às exigências da educação de meninas da época. Ou seja, as práticas educativas eram necessárias naquele contexto. Em vista disso, é importante compreender a representação das ex-alunas em relação a instituição.

Em tese, compreender a representação do instituto para as ex-alunas é analisar imagens da instituição que foram se constituindo na memória desses sujeitos. Bosi alega que “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1994, p. 55), por isso, a representação das ex-alunas sobre a educação do INSA, demonstra a reconstituição do vivido por meio de princípios acionados no presente.

Sobre a representação do instituto, uma das ex-alunas traz a seguinte consideração, focalizando principalmente nas características do ensino oferecido:

[...] uma coisa que eu gostava, naquela época e que hoje não se enquadra, eram os estudos decorativos. A irmã pegava e chamava: “você vai dizer para mim os rios da Amazônia pela margem direita”, quem não acertava ela dizia: “vai estudar e depois volte para cá!”; assim como a tabuada: “quantas vezes é tantas vezes tanto?”, ocorria o mesmo processo. O INSA para nossa época deu bons frutos, das alunas que estudaram lá, umas seguiram, se tornaram professoras normalistas, fizeram outros cursos [...]; aquelas que quiseram mais, foram mais longe, outras colegas continuaram, eu me anulei logo no casamento; eu acho que valeu ter estudado lá (EDNA, novembro, 2018).

Com base neste relato, é possível verificar algumas características da instituição a partir do ensino oferecido às alunas. Em primeiro lugar, a ex-aluna elogia a prática da decoreba que era recorrente em algumas disciplinas obrigatórias, inclusive na de matemática que utilizava-se da tabuada para o ensino das operações.

Nesse sentido, percebo que assim como as práticas educativas, as disciplinas também acompanhavam a lógica de uma educação conservadora, porque para Moraes (2011) a decoreba da tabuada é uma das marcas da escola tradicional. Contudo, é interessante sublinhar, que

mesmo esse método advindo de um ensino tradicional, este não foi desmerecido pela ex-aluna, pelo contrário, ela ressalta que naquela época os “estudos decorativos” contribuíram para a sua aprendizagem.

Em segundo lugar, o relato demonstra as oportunidades proporcionadas às alunas por meio da educação que receberam no INSA. Em meio as possibilidades destacadas, nota-se que a ex-aluna não teve interesse de ingressar no curso Normal porque deu prioridade para o matrimônio, um fato que foi claramente confirmado a partir da seguinte expressão: “eu me anulei no casamento”.

Todavia, o termo “anular” utilizado pela ex-aluna, pode ter muitos significados, entre eles “declarar-se nulo ou sem efeito, aniquilar-se, reduzir-se a nada, descaracterizar-se, perda de identidade e outros”⁴¹, assim, essa expressão no contexto que ela se referiu denota doação total da ex-aluna no enlace matrimonial. Portanto, o INSA representa para ex-aluna uma instituição que primava por um ensino tradicional que contribuiu com o seu aprendizado, proporcionando-lhe inclusive a oportunidade ou de avançar nos estudos ou de sair do ginásio para assumir o papel de esposa e de mãe.

É importante esclarecer, que mesmo as disciplinas apresentando características de um ensino tradicional, isso não quer dizer que todas as matérias eram ministradas de igual modo, pelo contrário, algumas disciplinas eram lecionadas com aulas diferenciadas que não se limitavam ao giz e a lousa.

Por unanimidade, as ex-alunas informaram que as disciplinas de ciências, matemática e didática caracterizaram-se com aulas práticas, uma vez que uma das freiras utilizava o ensino prático para estimular o interesse das alunas. Sobre o assunto, uma das ex-alunas que ingressou no INSA em 1966, alega:

Com a irmã Stella nós tínhamos a sala de ciências. Nos dias que tinha a aula de ciências nós tínhamos a bata que a gente usava toda branquinha; as mesas eram todas de fórmica, tinha a sala de ciências e todo o material que ela utilizava; ela adorava ciências, [...] nós tínhamos os experimentos, então a irmã Stella tinha essa metodologia que era diferente, você tinha a pesquisa que era iniciação científica, [...] um exemplo que ela colocou foi a água com óleo. Aí nós vimos que o óleo ficava separado da água, então dali a gente pesquisava (SENITA, dezembro, 2018).

Esse descrito evidencia que as aulas de ciências eram lecionadas em um local diferenciado, no qual as alunas juntamente com a religiosa faziam experimentos e pesquisas dentro do contexto da matéria. Em vista disso, é compreensível que a metodologia utilizada

⁴¹Significados disponíveis em: //Michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/anular/. Acesso em: 16 de abril de 2019.

pela freira não seguia um viés estritamente tradicional, isso porque privilegiava a descoberta e estimulava a curiosidade das alunas no processo de pesquisa.

Ainda sobre essas aulas práticas, outra ex-aluna de 1970, explicita como a religiosa lecionava outras disciplinas na instituição:

[...] a matemática eu gostei muito do método que ela usava, porque ela levava material para a sala de aula, então a gente estava ali vendo, acompanhando-a; ela tinha todas as figuras para colocar lá para nós; se ela ia ensinar fração, também, ela tinha todo material para gente aprender fração. A aula de didática era prática, um exemplo disso foi um estágio nosso, porque no estágio, eu dei aula e falei sobre o açaí e levei para sala de aula, o açaí inclusive na penca para mostrar desde o início do fruto [...] na disciplina didática [...] a professora foi a irmã Stella, a professora de matemática também era ela (GUIOMAR, novembro, 2018).

Segundo este excerto, o uso incomum de materiais ilustrativos colocava em destaque as aulas de matemática e didática, por se diferenciarem da famosa aula expositiva. Nesse caso, a metodologia utilizada pela professora Stella, se fez presente, inclusive, na atividade de estágio elaborada pela normalista, o que revela a adesão da aluna ao ensino diferenciado.

No entanto, esse ensino não influenciou apenas nas produções em sala de aula, mas também inspirou outras alunas, que mesmo após saírem da instituição, basearam-se nesse modelo de educação para realizarem projetos educativos no município de Abaetetuba. Uma dessas ex-alunas que teve essa iniciativa, declara o seguinte:

[...] foi isso que incentivou eu e a Guacelis (ex-aluna), criarmos o clube de ciências. A gente via que nas outras escolas que a gente trabalhava, “quais as partes principais de uma árvore?”, tudo era pergunta e resposta, a gente viu que podia mudar, nós começamos o clube de ciências por um curso que veio da Universidade Federal do Pará, [...] (SENITA, dezembro, 2018).

Deste modo, o ensino prático nas disciplinas citadas serviu de modelo para muitas ex-alunas, que ao atuarem na condição de docentes, concretizaram-no a partir das necessidades observadas em outras instituições escolares. Então, o INSA ainda que fosse uma instituição conservadora, usava metodologias de ensino inovadoras, servindo, inclusive, de fonte de inspiração para as ex-alunas que escolheram assumir a carreira docente.

Com base nessas representações, advindas das ex-alunas entrevistadas, nota-se o destaque e a importância do ensino prático como um auxiliador no processo de ensino aprendizagem, que influentemente por ter contribuído com a formação de normalistas, se estendeu posteriormente para outros contextos onde as normalistas atuaram como professoras.

A metodologia identificada nas disciplinas de matemática, ciências e didática é fruto do pensamento “escolanovista” que Libâneo (2014) chamou de tendência Liberal Renovada progressista, a qual propôs no campo da educação escolar a ideia do “aprender fazendo”, uma

perspectiva pautada em experimentos e pesquisas que, conseqüentemente, desfocavam dos métodos estritamente tradicionais por não estarem centradas no professor e sim no aluno.

Tudo indica que o Instituto Nossa Senhora dos Anjos, no período investigado, refletiu um sincronismo de diferentes concepções, tanto que a metodologia utilizada pela Irmã Stella Maria, segundo Borges, Silva e Machado (2012) inovou no ensino de matemática e ciências no instituto. Apesar disso, ainda predominava na instituição a concepção tradicional de educação.

Além dessas características, o INSA também foi representado nas narrativas como uma entidade conservadora que não doutrinava com castigos físicos, o que na época, foi um diferencial quando comparado com outras escolas da cidade. Este fato foi destacado em diversas narrativas, inclusive por intermédio da professora Miralda que foi tanto aluna do INSA quanto de outra instituição.

Estudar no INSA era muito bom, era diferente, muito bom [...] a gente aprendia de tudo lá dentro, de tudo um pouco, as freiras eram capacitadas para ensinar [...]. Na escola B eu ficava de castigo, de joelho, e no INSA não! Em outras escolas tinha palmatória e lá no INSA não lembro de ver isso. Em compensação eu me decepcionava assim com o estudo porque as freiras, na época, era aquilo e aquilo mesmo, não tinha aquele “chora meu pai” (MIRALDA, novembro, 2018).

Nessa narrativa, a ex-aluna ressalta a competência das religiosas, além de alguns aspectos que remetem ao instituto, como, a ausência de castigos físicos no método de ensino. Todavia, essa característica positiva não anula a instituição de aspectos negativos relacionados ao ensino que não possibilitava questionamentos por parte das alunas, ou seja, as alunas não tinham liberdade para questionar ou discordar da forma de ensino das irmãs.

Em relação aos castigos físicos, a narrativa revela que na época outras escolas da cidade ainda utilizava-os como método de punição e correção de seus alunos. Aragão e Freitas afirmam que “mesmo após a proibição de castigos físicos, a palmatória adentrava no século XX como um artefato ainda inserido na cultura material escolar” (ARAGÃO; FREITAS, 2012, p. 25), isto é, ainda eram instrumentos que resistiam em algumas escolas na época, entretanto, conforme informado pela ex-aluna, o INSA não aderiu à essa forma de penitência.

Outra narrativa que também aponta para esse aspecto, pertence a uma das ex-alunas que estudou no instituto a partir de 1966 e depois exerceu a docência.

Eu gostava do INSA porque mesmo sendo um ensino tradicional, mas não tinha castigos físicos, [...] no INSA eu fiquei trabalhando 18 anos como professora [...] até depois que sair, ainda fiz homenagens, a gente fazia os pelotões em homenagem ao colégio, eu e outras ex-alunas também[...] (SENITA, dezembro, 2018).

Esse fragmento, também nega a existência de castigos físicos no INSA na década de 60 e ainda evidencia sua participação em desfiles em homenagem à instituição, já que ela foi tanto

aluna quanto professora do instituto. Diante disso, evidencia-se uma ligação muito forte da ex-aluna com esse estabelecimento de ensino, bem como o reconhecimento pelo que aprendeu na instituição, ao ponto de render homenagens ao referido instituto.

Todavia, essa homenagem ao Instituto Nossa Senhora dos Anjos não foi realizada apenas pela ex-aluna, mas foi efetivada publicamente por um grupo de ex-alunas que mesmo na condição de egressas, desfilaram em um pelotão de 7 de setembro de 1973, o qual tinha justamente a finalidade de apresentar as ex-alunas para a comunidade. Em relação a esse desfile, a Figura 13, a seguir, retrata a homenagem feita pelas ex-alunas.

Figura 13: Homenagem de ex-alunas do INSA na marcha de 7 de Setembro de 1973



Fonte: Fotografia disponibilizada pela ex-aluna Senita, 1973.

Esta fotografia, foi concedida por uma das ex-alunas que está sendo retratada na figura⁴² homenageando a instituição onde ela estudou o curso ginásial e normal, na década de 60. Esta homenagem registra o quanto a instituição representa na vida das ex-alunas quando se referem ao tempo em que estudaram nela. Esse reconhecimento estava em alguns casos, intimamente relacionado com a formação religiosa, como afirma Regina Maria: “Representa muitas coisas positivas, como amar o próximo, a formação religiosa contou muito, no partilhar, na convivência e principalmente valorização do ser cristão, amar a Deus sobre todas as coisas e o próximo como a si mesmo” (REGINA MARIA, dezembro, 2018).

Observa-se, portanto, que o Instituto Nossa Senhora dos Anjos marcou a vida de muitas alunas, devido ele proporcionar uma formação cristã, que de um modo geral, resultava em uma

⁴²Mais especificamente, a terceira ex-aluna à direita na referida fotografia.

formação que aproximava as alunas da igreja e conseqüentemente dos princípios cristãos defendidos pela igreja católica.

De forma semelhante, outras narrativas trazem a representação do instituto como um recinto de formação que contribuiu para o crescimento intelectual de alunas, como declarado na seguinte narrativa:

O INSA representou tudo para mim. Uma boa parte daquilo que eu aprendi no INSA é o que sou, por ter contribuído com a minha formação para professora; curso esse que me proporcionou trabalho. De princípio, auxiliar de secretaria e até a presente data, secretária escolar. [...] foi muito valioso o ensino no INSA porque formava as meninas. Eu aprendi muita coisa, mesmo porque eu tive uma ligação com as irmãs. Sou eternamente grata! (GUIOMAR, novembro, 2018).

Além de focalizar na relação de amizade com as irmãs e na oportunidade de emprego proporcionada pela instituição, Guiomar também representa o INSA como um espaço de formação, ou seja, um espaço que lhe proporcionou aprendizado e contribuiu para sua constituição como sujeito.

Quanto a forma de profissionalização, é importante esclarecer que apenas metade das normalistas entrevistadas se formaram no Instituto Nossa Senhora dos Anjos, como conta Terezinha Ferreira, que não estudou o curso Normal no INSA: “No INSA eu estudei o ginásial, depois que terminei, como não tinha o curso Normal no INSA. [...] eu terminei o curso pedagógico em Belém (formação para professor). Eu voltei e trabalhei na instituição (TEREZINHA, novembro, 2018).

Com base na citação de Terezinha, antes de ser instituído o curso Normal no INSA, uma das opções para as alunas que queriam avançar nos estudos era estudar na capital, caso a família tivesse condições de sustentar os estudos de uma filha ou, do contrário, a opção era o Ginásio; pelo menos antes de 1958 quando ainda não existia o curso normal em Abaetetuba.

Uma das ex-alunas que teve essa oportunidade na própria instituição, alega: “Eu me formei com 19 anos no magistério, estudei como normalista no INSA, depois dei aula como substituta, lá, também; [...] substitui a irmã de língua latina (risos)” (MARIA JOSÉ, novembro, 2018). Neste caso, a ex-aluna concluiu o curso Normal no INSA e trabalhou como professora na própria instituição educativa.

Em vista disso, é provável que o curso Normal nessa instituição tenha sido uma oportunidade de profissionalização para muitas alunas que saíam do ginásio, e não precisavam se deslocar até Belém, a capital, para cursarem a Escola Normal ou até mesmo o curso Científico.

Em análise ao perfil social, econômico e profissional das entrevistadas, constatou-se que das 6 ex-alunas que fizeram o curso de magistério, apenas 3 buscaram fazer um curso superior, sendo que duas não constituíram família logo que se formaram como normalistas⁴³, o que pode ter facilitado a entrada delas na universidade, uma vez que não tiveram, de imediato um compromisso conjugal e nem maternal, que na época, eram vistos como empecilhos para as mulheres que tentavam conciliar casamento e estudo, o que era uma raridade, ainda mais se tratando de uma mulher do interior com menor chance por ter que mudar para capital, caso se interessasse em fazer uma faculdade.

Entretanto, diferentemente desses casos, outra ex-aluna buscou aperfeiçoamento em curso superior porque discordava da ideia de que seu papel já estava pré-definido, em outras palavras, ela não aceitava se restringir à vida doméstica. Em defesa do seu ponto de vista, essa que estudou a partir de 1966, utiliza o seguinte argumento para se justificar:

Os meus pensamentos para época em que vivi, foram bem avançados. Eu comecei a trabalhar muito cedo, [...] eu via o estudo como uma luz para eu vencer na vida. Eu estava vendo a vida que outras colegas minhas estavam seguindo, de ir embora para dentro de casa, criar filho com o marido, trabalhar, lavar roupa, cuidar de comida e isso não era para mim. Esse não era o meu papel. Eu sempre pensei em ser independente financeiramente [...] (SENITA, dezembro, 2018).

Neste caso, ser independente financeiramente foi o estímulo que esta ex-aluna utilizou para alcançar seus objetivos, na tentativa de ultrapassar as visões conservadoras inerentes no padrão feminino da época, tanto que ela utilizou as expressões “isso não era pra mim” e “esse não era meu papel”, que demonstram resistência ao padrão tradicional defendido pelos princípios religiosos, que ela não concordava e, por isso, reagiu e deu continuidade nos estudos.

Com esses indícios, é facilmente identificável uma “luta de representações”, definida pela não aceitação das visões impostas socialmente por um determinado grupo. De acordo com Chartier (1990), “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p.17).

Em tese, essas lutas foram evidenciadas neste estudo a partir dos conflitos que envolviam o modo de pensar das alunas e das religiosas, visto que nem sempre os valores defendidos, tanto pela família, quanto pela igreja e pelo Estado eram aceitos de bom grado pelas mulheres. Em concordância com esse pensamento, Louro (2004) afirma que a escola foi de diferentes formas corporificada pelas mulheres, que nem sempre iam de acordo com os

⁴³ Informação disponível no Quadro 2, p. 39.

discursos oficiais, já que também resistiam, seja no questionamento dos regimentos ou até mesmo na renovação das práticas.

Partindo dessa compreensão, entre as ex-alunas entrevistadas, percebeu-se o sentimento tanto de resignação quanto de resistência, já que no Instituto Nossa Senhora dos Anjos haviam alunas que aceitavam pacificamente as imposições, assim como existiam outras que resistiam aos limites impostos às mulheres pelos discursos conservadores.

Sendo assim, o número extremamente reduzido de ex-alunas que estudaram no ensino superior pode estar associado a diversos motivos, e um deles possivelmente é fruto dos discursos recorrentes de que a menina que estudava no INSA teria que ser educada para ser mãe, esposa e dona de casa; que seguisse esta posição social que geralmente trazia implicações para as alunas que saíam do curso Normal e ainda queriam continuar estudando. O depoimento de Regina Maria traz essa representatividade.

Sou casada, tenho 7 filhos, aposentada, fiz o segundo grau de magistério; eu casei e o marido não deixou mais eu estudar. O meu sonho era cursar teologia, na verdade duas coisas, teologia e psicologia, foi um sonho que ficou abafado dentro de mim e que eu não pude realizar (REGINA MARIA, dezembro, 2018).

O relato em questão traz evidências de uma época em que era extremamente difícil conciliar casamento e estudo, tanto que no relato da ex-aluna Regina Maria, fica claro o impedimento que o matrimônio causou na realização do seu sonho. Ela sofreu privações após contrair matrimônio.⁴⁴ Na verdade, a mentalidade de seu cônjuge estava de acordo com o posicionamento machista que priorizava a vida privada da mulher diante de outros papéis sociais.

Importa esclarecer, que a ênfase nesse último aspecto não tencionou demonstrar a representação das ex-alunas em relação ao ensino superior, mas, enfatizar que poucas conseguiram cursar uma universidade, sendo que a maioria se dedicaram à família, que acabaram por responder aos padrões sociais da época e deixaram de realizar os seus próprios desejos. Pode-se até alegar que neste aspecto o INSA cumpria o seu papel como instituição educativa na cidade de Abaetetuba.

De um modo geral, é possível afirmar que o INSA representa para as ex-alunas um espaço de instrução, inspiração e de formação humana, moral, religiosa e profissional.

⁴⁴ É relevante esclarecer que este estudo não tem a finalidade de investigar a educação de mulheres no período delimitado, entretanto, fazer essa abordagem a partir do mapeamento do perfil social, econômico e profissional das ex-alunas é indispensável para a compreensão das possíveis implicações da formação de meninas no período delimitado, tendo em vista especificamente o ensino ofertado no Instituto Nossa Senhora dos Anjos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações de práticas educativas do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, a partir de narrativas orais de ex-alunas que estudaram no período de 1953-1971, reconstituíram elementos de uma dada realidade social, na qual a menina era educada para ocupar determinadas funções sociais; funções essas, que estavam intimamente associadas com responsabilidades domésticas, que incluíam ser uma boa esposa, uma mãe exemplar e uma produtiva dona de casa.

À luz deste estudo, compreendi o processo de construção social como uma “teia” que independente de sua extensão, geralmente guarda interseções em diversos pontos de sua estrutura. Assim, conceber um modelo educativo como uma construção social é pensá-lo como parte de uma realidade que carrega rupturas e continuidades.

Com base nisso, ressalto que a proposta de educação do INSA apresentou tanto rupturas quanto continuidades, quando comparada com modelos educativos de outras épocas. Porém, os indícios que comprovam essas continuidades e descontinuidades, não colocaram à prova o caráter conservador de educação do instituto, até mesmo porque a formação oferecida pelas Irmãs Capuchinhas à sociedade abaetetubense, intencionava instruir as alunas para desempenharem determinadas funções sociais, umas das características principais de um ensino conservador.

De acordo com as representações das ex-alunas, a proposta educacional do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, no período circunscrito, estava de acordo com concepções educativas propagadas na sociedade da época, ainda muito influenciada pela circularidade de ideias propagadas no séc. XIX, tanto que despertou o interesse de muitas famílias abaetetubenses, que confiaram a educação de suas filhas às Irmãs Missionárias Capuchinhas, sobretudo, pelos princípios religiosos da igreja católica.

Neste cenário, os interesses familiares estiveram associados com a condição financeira, o que interferiu na forma de ingresso de uma aluna na instituição, com exceção da concessão de bolsas limitadas a alunas de famílias carentes. De todo o modo, esse fator, também contribuiu para evidenciar distintos interesses familiares, alguns ligados ao nível de formação escolar e outros ao viés religioso, além disso, algumas famílias confiaram na educação oferecida pelas Irmãs Capuchinhas, por acreditarem em possibilidades de ascensão social e profissional de suas filhas que poderiam se formar como professoras e até exercer a profissão no próprio instituto, como de fato ocorreu com algumas ex-alunas entrevistadas.

Com base no exposto, compreendo que esses interesses familiares se originaram a partir da proposta de educação do INSA, que, ofertava uma formação ampla, um ensino diferenciado e ainda refletia cânones que instruíam as alunas “no caminho em que elas deveriam andar”, já que a instituição utilizava de práticas educativas que refletiam o modelo de mulher idealizada socialmente.

No cerne dessa formação, as alunas deveriam cultivar uma conduta baseada no respeito, obediência, recato, honradez, disciplina, castidade e temperança. De um modo geral, todas as práticas educativas identificadas neste estudo, visavam modelar o comportamento das alunas tanto no incentivo de práticas louváveis, como na censura de condutas inaceitáveis.

Para esse efeito, eram ministradas no INSA a prática de formação religiosa, “artes femininas”, educação Moral e Cívica e higiene e puericultura, todas rigorosamente orientadas por valores que eram exigidos no modelo de formação feminina da época.

Esse rigor, não estava no ensino apenas das práticas educativas, mas orientava todo currículo escolar, inclusive as disciplinas, representadas pelas ex-alunas com um ensino conservador. Na verdade, o INSA foi representado pelas ex-alunas, de um modo geral, como uma instituição tradicional que não se abstinha de metodologias de ensino inovadoras, que serviram, inclusive, de fonte de inspiração para as ex-alunas que assumiram a docência.

Quanto ao nível elevado de formação, este também foi um elemento importante nessa educação, já que proporcionou para muitas alunas a oportunidade de ingressarem no magistério, um avanço na educação feminina abaetetubense que antes da implantação do INSA, não contavam com este curso, e, ao mesmo tempo, um campo de interesse, tendo em vista que no INSA, além da formação escolar, as alunas aprendiam práticas específicas para atuarem com maestria no lar.

Um outro ponto que merece ser destacado, envolve a formação religiosa como uma das práticas educativas valorizadas na sociedade da época, sobretudo na sociedade abaetetubense, sendo que neste estudo esta foi alvo tanto dos interesses familiares, quanto da representação do instituto para as ex-alunas, o que possivelmente indica que a formação religiosa era a principal prática educativa do INSA, isto é, fazia referência direta à esta instituição educativa.

Levando em consideração esses e outros aspectos, o Instituto Nossa Senhora dos Anjos representa para as ex-alunas um espaço de instrução, aprendizado, inspiração e de formação religiosa, moral e profissional. Porém, de acordo com alguns depoimentos, houve resistência por parte de algumas alunas quanto a aceitação de algumas práticas controladas pelas irmãs.

Em tese, a proposta de educação de meninas no INSA, no período entre 1953 a 1971, vigorava a favor da formação de mulheres idealizada por uma sociedade que controlava a mulher em quase todos os aspectos, mais com grande relevância ao seu comportamento social. Ressalto ainda, que a formação religiosa, moral e profissional concedida na referida instituição, influenciou na vida das ex-alunas, que se transformaram em donas de casa, mães, esposas e/ou se formaram para exercer a profissão de professoras no município.

Por fim, espero, que este trabalho venha contribuir para a ampliação de estudos no campo da Historiografia, principalmente no que se refere a história da educação em diferentes realidades sociais. Academicamente falando, esta produção traz significativas contribuições ao acervo da UFPA, que infelizmente, ainda padece de pesquisas nessa área, sobretudo pesquisas que evidenciem a história da educação do município de Abaetetuba, local onde o campus universitário está localizado.

Em nível macro, espero contribuir também com a sociedade local, pois investigar a educação do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, entre 1953 e 1971, foi o mesmo que reconstituir elementos de uma dada realidade social, que por sinal, não está desvinculada da presente realidade. Sendo assim, a principal pretensão é que este estudo colabore no campo social e institucional, uma vez que, trabalha na reconstrução da história da referida instituição e ainda visa contribuir com a consciência histórica da comunidade abaetetubense, que em sua maioria, desconhece esse processo histórico, social e cultural envolto nesta temática.

Diante destas considerações, finalizo salientando que o aparato histórico que envolve este estudo foi indispensável para a minha formação tanto acadêmica, profissional, quanto pessoal, na medida em que me desafiou como pesquisadora do campo das representações, que em suma, ampliou minhas experiências na área e trouxe no valor da abordagem a compreensão da minha própria realidade.

Nesta oportunidade, tendo em vista estas contribuições, firmo o compromisso de ampliar este estudo futuramente, não por insatisfação da pesquisa realizada, mas porque reconheço que muitas coisas ainda precisam ser consideradas.

REFERÊNCIAS

AGENDA ESCOLAR DO INSA, 2003.

ANDRADE, Raquel R. **Diretrizes projetuais para o desenvolvimento de uniformes escolares**. 2011. 151 f. Dissertação de mestrado- Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/96269>. Acesso em: 04 de mai 2019.

ANO DOMINI. **Fundação do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”**. 1953.

ARAGÃO, Milena; FREITAS, Anamaria. G. B de. Práticas dos castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano. **Conjectura**, v. 17, n. 2, p. 17-36, maio/ago. 2012. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Pr%C3%A1ticas+des+castigos+escolares%3A+enlaces+hist%C3%B3ricos+entre+normas+e+cotidiano.+&btnG=. Acesso em: 04 de maio 2019.

ÁLBUM DO INSA, s.d.

ÁLBUM DO INSA, 1953.

ÁLBUM DO INSA, 1954.

ÁLBUM DO INSA, 1967.

BARROS, Marilene. M.A.C. de. Educação de mulheres: a história da educação confessional no colégio São José – Óbidos- PA (1950- 1962). In: ARAÚJO, S.M. da. S.; FRANÇA, Maria do P.S.G de S.A.; ALVES, Laura M. da S.A. (Org.) **Educação e instrução pública no Pará Imperial e Republicano**. Belém: EDUEPA, 2015. p. 271-303.

BASÍLIO DE CARVALHO. **Histórico da escola**. Disponível em: <http://escolabasiliodecarvalho.blogspot.com/2010/07/teste.html>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

BIASOLI-ALVES, Zélia. M.M. Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** Set-Dez 2000, Vol. 16 n. 3, São Paulo, p. 233-239.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silva. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em tese**, v. 2, n.1, p.68-80, jan. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>. Acesso em 25 mar. 2019.

BORGES, Letícia. O. A produção de identidade através dos uniformes escolares: Significação e conceituação. **Revista do Lhiste**, vol.2, num.3, 151 p. jul/dez. 2015. p. 322- 336. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=A+produ%C3%A7%C3%A3o+de+identidade+atrav%C3%A9s+dos+uniformes+escolares+Significa%C3%A7%C3%A3o+e+conceitua%C3%A7%C3%A3o.&btnG=. Acesso em: 04 de mai 2019.

BORGES, Milton. R.T; SILVA, B. das. G.S. da; MACHADO, J.R.C. **História do ensino de ciências em Abaetetuba**: uma releitura da memória docente sobre a irmã Stella maria de Itapipoca. Campina Grande. REALIZE Editora, 2012. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Hist%C3%B3ria+do+ensino+de+ci%C3%A2ncias+em+Abaetetuba%3A+uma+releitura+da+mem%C3%B3ria+docente+sobre+a+irm%C3%A3+Stella+maria+de+Itapipoca.+Campina+Grande.+&btnG=. Acesso em: 04 de Mai de 2019.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 18ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BRAUN, Sônia. M. A. H. **Intervenção urbana com fios: o tricô e o crochê na arte contemporânea em uma perspectiva educativa**. 2013. 96 f. Monografia apresentada para a conclusão do curso em Artes visuais – Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

BRASIL, Ministério da defesa. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/forcas-armadas>
Acesso em: 04 de mai 2019.

Entrevista concedida por CARDOSO, Regina M. S. **Entrevista 8**. [dez. 2018]. Entrevistadora: Joelma da Silva Trindade. Abaetetuba. PA, 2018. 1 arquivo. Mp3 (19 min).

Entrevista concedida por CARNEIRO, Maria. J. M. **Entrevista 1**. [nov. 2018]. Entrevistadora: Joelma da Silva Trindade. Abaetetuba. PA, 2018. 1 arquivo. Mp3 (25 min).

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

CUNHA, Aline. L. da. C; EGGERT, E. O ensino de Crochê da grampada como possibilidade emancipatória para mulheres negras em Rio Grande do Sul. In: EGGERT, Edla (Org.). **Processos educativos no fazer artesanal de mulheres no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2011. p. 58-75. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Processos+educativos+no+fazer+artesanal+de+mulheres+no+Rio+Grande+do+Sul.+&btnG=. Acesso em: 04 de mai 2019.

CUSTÓDIO, Maria. A. C. O papel da Congregação das Capuchinhas na formação de classes médias e elites regionais. DOSSIÊ: Empreendimentos sociais, elite eclesiástica e congregações religiosas no Brasil. **Pro.posições**. v.28, n.3, p. 169/203, Set/Dez, 2017. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&assdt=0%2C5&q=O+papel+da+Congrega%C3%A7%C3%A3o+das+Capuchinhas+na+forma%C3%A7%C3%A3o+de+classes+m%C3%A9dias+e+elites+regionais.+&bntG>. Acesso em : 17 nov de 2018.

Dicionário online português. **puericultura**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/puericultura/>. Acesso em: 02 de abr. 2019.

ESTATUTO DO EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”. s.d.

ESTATUTO DO GINÁSIO NOSSA SENHORA DOS ANJOS. 1953.

ESTATUTO DO INSTITUTO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”. 1968.

FERRARI, Anderson. DINALI, Wescley. **Herança moderna disciplinar e controle dos corpos: quando a escola se parece com uma “gaiola”**, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n2/a18v28n2>. Acesso em: 30 de mar de 2019.

Entrevista concedida por FERREIRA, Terezinha D. **Entrevista 6**. [nov. 2018]. Entrevistadora: Joelma da Silva Trindade. Abaetetuba. PA, 2018. 1 arquivo. Mp3 (26 min).

Entrevista concedida por GÓES, Guiomar R. **Entrevista 4**. [nov. 2018]. Entrevistadora: Joelma da Silva Trindade. Abaetetuba. PA, 2018. 1 arquivo. Mp3 (21 min).

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. 499 p.

LIBÂNEO, José. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 28 ed. Edições Loyola Jesuítas. São Paulo, 2014. 160 p.

LIMA, M.do S. P; NERY, V.S.C; NERY, C. do S. dos S. **A coeducação dos sexos no Brasil: Identidades escolarizadas de meninos e meninas no século XIX**. [no prelo].

LIMA, Maria do. S. P. **Infância, educação e criança: um estudo histórico-literário nas obras Serões da Mãe Preta e Chove nos Campos de Cachoeira (1897/1920)**. 2015. 259 f. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

Entrevista concedida por LIMA, Miralda M. **Entrevista 3**. [nov. 2018]. Entrevistadora: Joelma da Silva Trindade. Abaetetuba. PA, 2018. 1 arquivo. Mp3 (60 min).

Lista de governadores do Pará. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_do_Par%C3%A1. Acesso em: 17 de fev. 2019.

LOURO, G.L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.

LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO INSA, 1953.

MACHADO, Jorge. **História de Abaetetuba com referenciais de história social e econômica da Amazônia**. Abaetetuba, 2014.

MACHADO, Jorge. **O município de Abaetetuba geografia física e dados estatísticos**. ed. Alquimia. Abaetetuba, 2008.

Entrevista concedida por MACHADO, Maria. E. C. **Entrevista 7**. [nov. 2018]. Entrevistadora: Joelma da Silva Trindade. Abaetetuba. PA, 2018. 1 arquivo. Mp3 (34 min).

Michaelis Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. **Anular**. Disponível em: [//Michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/anular/](http://Michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/anular/). Acesso em: 16 de abril.

MORAES, Felipe T. de. **A educação no primeiro governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana**. Belém, 2011.

MORAES, Felipe. T. de. Primeiro governo de Lauro Sodré (1891-1897) e sua concepção político-educacional republicana: as reformas educacionais, seus objetivos políticos e finalidades educacionais. In: ARAÚJO, Sônia M. da S.; FRANÇA, Maria do P.S.G de S.A.; ALVES, Laura M. da S.A. (Org.). **Educação e instrução pública no Pará imperial e republicano**. Belém: EDUEPA, 2015. p. 163-194.

MORAIS, Jeferson K. de. O ensino da tabuada: do tradicional ao lúdico. **Revista Tuiuti: Ciência e Cultura**. Curitiba, 2011.

Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=O+ENSINO+DA+TABUADA%3A+DO+TRADICIONAL+AO+L%C3%9ADICO+++++Jeferson+Kotokovski+de+Morais+&btnG=. Acesso em: 19 de abril de 2019.

Entrevista concedida por PANTOJA, Elvira F. **Entrevista 5**. [nov. 2018]. Entrevistadora: Joelma da Silva Trindade. Abaetetuba. PA, 2018. 1 arquivo. Mp3 (13 min).

Entrevista concedida por PARENTE, Raimunda N.L. **Entrevista 9**. [dez. 2018]. Entrevistadora: Joelma da Silva Trindade. Abaetetuba. PA, 2018. 1 arquivo. Mp3 (46 min).

PESAVENTO, Sandra. J. Muito além do espaço: Por uma história cultural do urbano. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol. 8, nº16, 1995. p. 279-290.

REGIMENTO INTERNO DO EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS” DE ABAETETUBA- PARÁ, 1968.

REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO NOSSA SENHORA DOS ANJOS, s.d.

RELATÓRIO DE DADOS ESTATÍSTICOS DO GINÁSIO NOSSA SENHORA DOS ANJOS DESDE O INÍCIO DE SUA FUNDAÇÃO, s.d.

REVISTA INSA 25 ANOS. **Uma vocação- um serviço**, 1978.

REVISTA INSA 50 ANOS. **Uma história em revista**, 2003.

RIBEIRO, Ivanir. SILVA, Vera.L.G. da. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. [Editorial] **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 03, p. 575-588, jul./set. 2012. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Das+materialidades+da+escola%3A+o+uniforme+escolar.+%5BEditorial%5D+Educa%C3%A7%C3%A3o+e+Pesquisa%2C+v.+38%2C+n.+03%2C+p.+575-588%2C+jul.%2Fset.+2012&btnG=. Acesso em: 04 mai 2019.

RIGONOTTI, Virgílio. **1968 – Os baby boomers e as contestações**. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/1968-os-baby-boomers-e-ascontestacoes/>. Acesso em: 25 de fev. de 2019.

ROCHA, Ademir. **Família Contente e Genealogia e famílias de Abaetetuba**. Disponível em: <http://ademirhelenorocha.blogspot.com/2010/09/familia-contente-genealogia-e-familias.html>. Acesso em: 17 de fev. 2019.

ROCHA, Ademir. **Obras Literárias 4 de Abaetetuba**. Disponível em: <http://ademirhelenorocha.blogspot.com/2012/08/obras-literarias4deabaetetuba.html>. Acesso em: 27 de maio 2019.

ROSSI, M.P. da S; INÁCIO FILHO, G. **Educar mulheres, ensinar virtudes, fazer a professora**: a História da Escola Normal N. Sra. Do Patrocínio através da imprensa (1926-1935). UFU, s.d. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Educar+mulheres%2C+ensinar+virtudes%2C+fazer+a+professora%3A+a+Hist%C3%B3ria+da+Escola+Normal+N.+Sra.+Do+Patroc%C3%ADnio+atrav%C3%A9s+da+imprensa+%281926-+1935%29&btnG=. Acesso em: 04 de mai 2019.

Entrevista concedida por SANTOS, Regina F. dos. **Entrevista 2**. [nov. 2018]. Entrevistadora: Joelma da Silva Trindade. Abaetetuba. PA, 2018. 1 arquivo. Mp3 (10 min).

SANTOS, S.M. dos. ARAÚJO, O.R. de. História Oral: vozes, narrativas e textos. **Cadernos de História da Educação**, n. 6, jan./dez. 2007, p. 191-201. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Hist%C3%B3ria+Oral%3A+vozes%2C+narrativas+e+textos.&btnG=. Acesso em: 16 de abril.

SÁ-SILVA, Jackson. R; ALMEIDA, C.D.de; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. Ano I, n.1, jul, 2009 p. 1-15. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Pesquisa+documental%3A+pistas+te%C3%B3ricas+e+metodol%C3%B3gicas&btnG=. Acesso em: 01 de maio de 2019.

SERRAT, Maria do M. **Unindo os retalhos**. Revista INSA 25 Anos. 1978.

TRINDADE, Joelma da S. LIMA, Maria do S.P. A disciplina de História Pátria na educação primária no período republicano (1980- 1920): oportunizando conhecimentos, intencionalizando progresso. **Educação e Mudança**. Abaetetuba, 2018. p. 19- 24. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=A+DISCIPLINA+DE+%E2%80%9CHIST%C3%93RIA+P%C3%81TRIA%E2%80%9D+NA+EDUCA%C3%87%C3%83O+PRIM%C3%81RIA+NO+PER%C3%8DODO+REPUBLICANO+%2818901920%29%3A+OPORTUNIZANDO+CONHECIMENTOS+%E2%80%A6&btnG=. Acesso em: 04 de mai de 2019.

Valente, Maria. O. **A educação para valores**. Lisboa, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maria_Odete_Valente/publication/303895594_A_Educao_para_os_Valores/links/575b119508aed884620d9977.pdf. Acesso em: 04 de mai 2019.

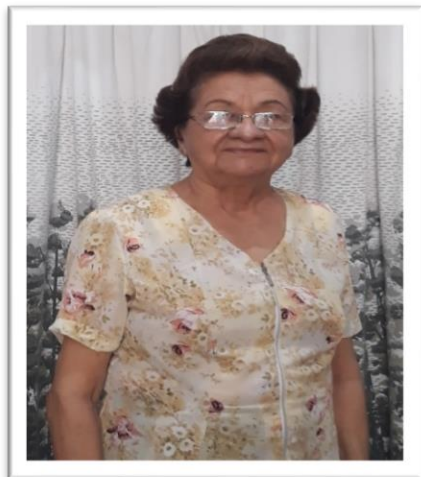
WERLE, Flávia. O.C. História das instituições escolares de que se fala? In: LOMBARDI, J.C; NASCIMENTO, M.I.M (Org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas SP: Coleção memória da educação, 2004. p. 13-35.

APÊNDICES

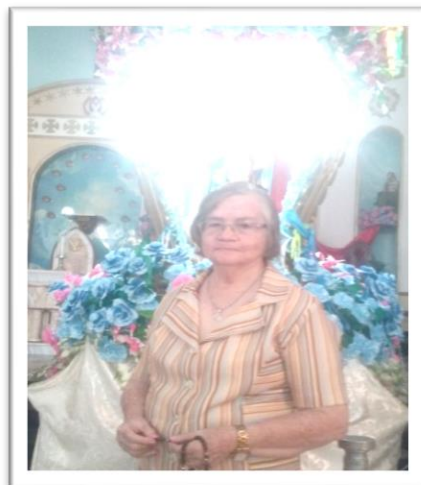
APÊNDICE A- Roteiro de entrevista semiestruturada

1. Em que período você estudou no Instituto Nossa Senhora dos Anjos?
2. No período que estudou no Instituto Nossa Senhora dos Anjos o ensino era destinado apenas para o sexo feminino?
3. Em que consistia o ensino no referido Instituto no que se refere a educação de meninas?
4. Quais as práticas educativas e as tarefas escolares que faziam parte do cotidiano da instituição?
5. Na sua opinião, por que seus familiares confiaram sua educação às Irmãs Missionárias Capuchinhas?
6. Qual o seu perfil social, econômico e profissional atualmente?

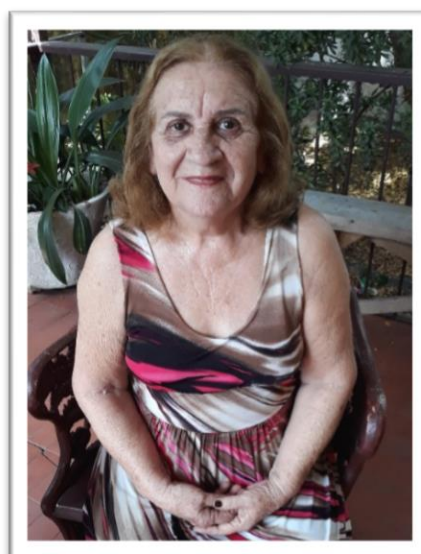
APÊNDICE B - Dados biográficos das ex-alunas do INSA



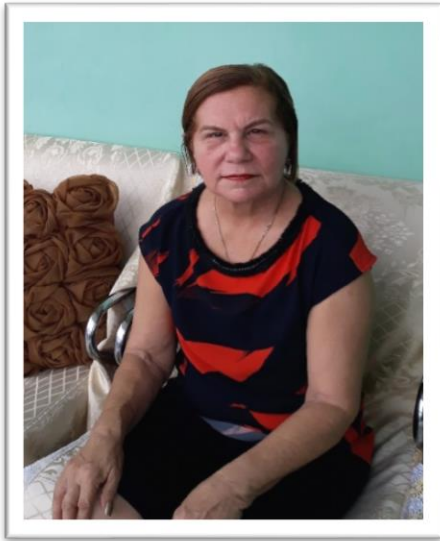
Maria Edna Coutinho Machado nasceu em 1941, estudou no INSA sem bolsa de estudo, no ano de 1953, cursando o primário e o Ginásial na instituição. Atualmente com 77 anos, tem 4 filhos e atua como comerciante no município de Abaetetuba.



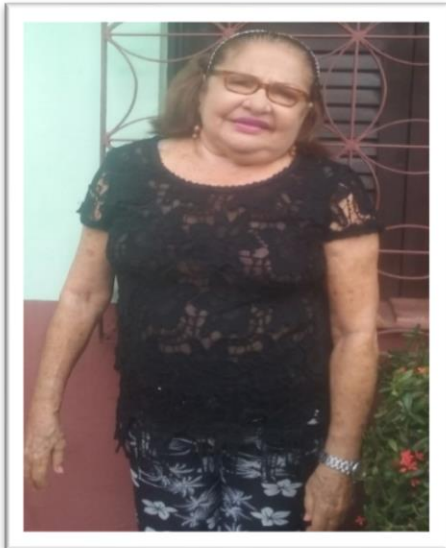
Terezinha Dias Ferreira nasceu em 29 de julho de 1946. Estudou no INSA apenas o curso Ginásial no ano de 1954, sem bolsa de estudo. Concluiu o curso pedagógico em Belém do Pará e trabalhou 33 anos como professora e coordenadora do INSA. atualmente com 72 anos, não tem filhos, é solteira e é aposentada pelo Estado.



Regina Coeli Felgueiras dos Santos nasceu no dia 02 de outubro de 1948. No INSA estudou o curso Primário como bolsista no ano de 1959. Atualmente com 70 anos, é casada, tem 4 filhos e não tem nenhuma profissão.



Elvira Felgueiras Pantoja nasceu no dia 06 de agosto de 1950 e iniciou no INSA o curso Primário no ano de 1959 como bolsista. Atualmente com 68 anos, é viúva, mãe de 3 filhos e sustenta-se financeiramente com a pensão de seu falecido marido.



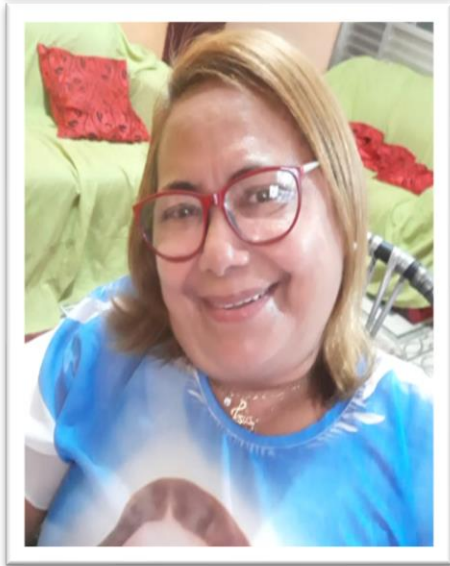
Maria José Maués Carneiro, nasceu no ano de 1942 e iniciou os estudos no INSA no ano de 1960, concluiu na instituição o curso Ginásial e Normal sem bolsa de estudo, se formou em Língua Portuguesa e posteriormente atuou como professora substituta no INSA; atualmente tem 76 anos, não tem filhos, é solteira e é professora aposentada.



Raimunda N. Loureiro Parente nasceu no ano de 1950 e iniciou os estudos no INSA no ano de 1966, como bolsista ela fez o curso Ginásial e Normal na instituição; terminou o curso pedagógico e fez licenciatura em Ciências Naturais pela UFPA e também Gestão Escolar pela UEPA, trabalhando como professora em diversas escolas da cidade. Atualmente com 68 anos, é casada, tem 4 filhos e é aposentada por tempo de serviço.



Miralda Maués Lima nasceu em 1951, estudou em 1960 no INSA, como bolsista no curso Ginásial; tem mais de 50 anos de profissão como professora no município de Abaetetuba. Atualmente com 67 anos, é casada, tem 4 filhos, é professora aposentada mas ainda atua como professora particular em sua residência.



Regina Maria S. Cardoso nasceu no dia 12 de abril de 1951. Estudou no INSA o curso Primário e o Ginásial como bolsista no ano de 1967, posteriormente, concluiu o segundo grau do magistério. Atualmente com 67 anos, é casada, tem 7 filhos e é aposentada.



Guiomar Ribeiro Góes nasceu em 06 de março de 1961. Estudou como bolsista o curso Normal no ano de 1970; atualmente com 67 anos, vive em união estável, tem 4 filhos, é aposentada e ainda trabalha como Secretária no Instituto Nossa Senhora dos Anjos.

APÊNDICE C – Termos de autorização de uso de imagem e depoimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FAECS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Raimunda N. Bauriolo Parente
CPF 447552102-00 RG 6619957,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora discente Joelma da Silva Trindade e sua orientadora a professora Drª Maria do Socorro Pereira Lima, coordenadora do projeto de pesquisa intitulado “HISTÓRIA E MEMÓRIA DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS: O IMPACTO NA AÇÃO EDUCACIONAL DE MENINAS ABAETETUBENSES (1953-1980)”, a utilizarem as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Tenho consciência que do projeto de pesquisa acima mencionado, originou-se o Plano de Trabalho intitulado: REPRESENTAÇÕES DA EDUCAÇÃO DE MENINAS DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS EM MEMÓRIAS DE EX-ALUNAS, que com minhas contribuições apresentar-se-á brevemente como produção científica em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ao mesmo tempo, libero a utilização de fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos acadêmicos, em favor das pesquisadoras do projeto acima especificadas, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Abaetetuba, 02 de dezembro de 2018

Joelma da Silva Trindade

Pesquisador (Discente) responsável pela pesquisa

Raimunda N. Bauriolo Parente

Sujeito da Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FAECS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Maria José Maria Carneiro
CPF 004 446 079 - 20 RG 4349450,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora discente Joelma da Silva Trindade e sua orientadora a professora Dr^a Maria do Socorro Pereira Lima, coordenadora do projeto de pesquisa intitulado "HISTÓRIA E MEMÓRIA DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS: O IMPACTO NA AÇÃO EDUCACIONAL DE MENINAS ABAETETUBENSES (1953-1980)", a utilizarem as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Tenho consciência que do projeto de pesquisa acima mencionado, originou-se o Plano de Trabalho intitulado: REPRESENTAÇÕES DA EDUCAÇÃO DE MENINAS DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS EM MEMÓRIAS DE EX-ALUNAS, que com minhas contribuições apresentar-se-á brevemente como produção científica em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ao mesmo tempo, libero a utilização de fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos acadêmicos, em favor das pesquisadoras do projeto acima especificadas, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Abaetetuba, 30 de 11 de 2018

Joelma da Silva Trindade

Pesquisador (Discente) responsável pela pesquisa

Maria José Maria Carneiro

Sujeito da Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FAECS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Regina F. dos Santos
CPF 329755462-20 RG 1879874,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora discente Joelma da Silva Trindade e sua orientadora a professora Dr^a Maria do Socorro Pereira Lima, coordenadora do projeto de pesquisa intitulado "HISTÓRIA E MEMÓRIA DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS: O IMPACTO NA AÇÃO EDUCACIONAL DE MENINAS ABAETETUBENSES (1953-1980)", a utilizarem as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Tenho consciência que do projeto de pesquisa acima mencionado, originou-se o Plano de Trabalho intitulado: REPRESENTAÇÕES DA EDUCAÇÃO DE MENINAS DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS EM MEMÓRIAS DE EX-ALUNAS, que com minhas contribuições apresentar-se-á brevemente como produção científica em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ao mesmo tempo, libero a utilização de fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos acadêmicos, em favor das pesquisadoras do projeto acima especificadas, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Abaetetuba, 01 de 11 de 2018

Joelma da Silva Trindade

Pesquisador (Discente) responsável pela pesquisa

Regina Felgueiras dos Santos

Sujeito da Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FAECS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Miraldo Xavier Lima
CPF 169.399.402-45 RG 6133525,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora discente Joelma da Silva Trindade e sua orientadora a professora Dr^a Maria do Socorro Pereira Lima, coordenadora do projeto de pesquisa intitulado "HISTÓRIA E MEMÓRIA DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS: O IMPACTO NA AÇÃO EDUCACIONAL DE MENINAS ABAETETUBENSES (1953-1980)", a utilizarem as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Tenho consciência que do projeto de pesquisa acima mencionado, originou-se o Plano de Trabalho intitulado: REPRESENTAÇÕES DA EDUCAÇÃO DE MENINAS DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS EM MEMÓRIAS DE EX-ALUNAS, que com minhas contribuições apresentar-se-á brevemente como produção científica em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ao mesmo tempo, libero a utilização de fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos acadêmicos, em favor das pesquisadoras do projeto acima especificadas, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Abaetetuba, 27 de novembro de 2018

Joelma da Silva Trindade

Pesquisador (Discente) responsável pela pesquisa

Miraldo Xavier Lima

Sujeito da Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FAECS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Guilherme Ribeiro Góes
CPF 059.551302-68 RG 4409953,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora discente Joelma da Silva Trindade e sua orientadora a professora Dr^a Maria do Socorro Pereira Lima, coordenadora do projeto de pesquisa intitulado "HISTÓRIA E MEMÓRIA DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS: O IMPACTO NA AÇÃO EDUCACIONAL DE MENINAS ABAETETUBENSES (1953-1980)", a utilizarem as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Tenho consciência que do projeto de pesquisa acima mencionado, originou-se o Plano de Trabalho intitulado: REPRESENTAÇÕES DA EDUCAÇÃO DE MENINAS DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS EM MEMÓRIAS DE EX-ALUNAS, que com minhas contribuições apresentar-se-á brevemente como produção científica em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ao mesmo tempo, libero a utilização de fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos acadêmicos, em favor das pesquisadoras do projeto acima especificadas, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Abaetetuba, 09 de 11 de 2018

Joelma da Silva Trindade

Pesquisador (Discente) responsável pela pesquisa

Guilherme Ribeiro Góes

Sujeito da Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FAECS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Edira Felgueiras Basto
CPF 455.438.952-91 RG 1495-100,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora discente Joelma da Silva Trindade e sua orientadora a professora Dr^a Maria do Socorro Pereira Lima, coordenadora do projeto de pesquisa intitulado "HISTÓRIA E MEMÓRIA DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS: O IMPACTO NA AÇÃO EDUCACIONAL DE MENINAS ABAETETUBENSES (1953-1980)", a utilizarem as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Tenho consciência que do projeto de pesquisa acima mencionado, originou-se o Plano de Trabalho intitulado: REPRESENTAÇÕES DA EDUCAÇÃO DE MENINAS DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS EM MEMÓRIAS DE EX-ALUNAS, que com minhas contribuições apresentar-se-á brevemente como produção científica em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ao mesmo tempo, libero a utilização de fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos acadêmicos, em favor das pesquisadoras do projeto acima especificadas, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Abaetetuba, 26 de 11 de 2018

Joelma da Silva Trindade

Pesquisador (Discente) responsável pela pesquisa

Edira Felgueiras Basto
Sujeito da Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FAECS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Leuzinha Dias Ferreira
CPF 004.959.212-20 RG 571.2025,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora discente Joelma da Silva Trindade e sua orientadora a professora Dr^a Maria do Socorro Pereira Lima, coordenadora do projeto de pesquisa intitulado "HISTÓRIA E MEMÓRIA DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS: O IMPACTO NA AÇÃO EDUCACIONAL DE MENINAS ABAETETUBENSES (1953-1980)", a utilizarem as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Tenho consciência que do projeto de pesquisa acima mencionado, originou-se o Plano de Trabalho intitulado: REPRESENTAÇÕES DA EDUCAÇÃO DE MENINAS DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS EM MEMÓRIAS DE EX-ALUNAS, que com minhas contribuições apresentar-se-á brevemente como produção científica em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ao mesmo tempo, libero a utilização de fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos acadêmicos, em favor das pesquisadoras do projeto acima especificadas, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Abaetetuba, 30 de 11 de 2018

Joelma da Silva Trindade

Pesquisador (Discente) responsável pela pesquisa

Leuzinha Dias Ferreira

Sujeito da Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FAECS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Maria Edna Pontes Machado
CPF 032720032-34 RG 5362581,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora discente Joelma da Silva Trindade e sua orientadora a professora Dr^a Maria do Socorro Pereira Lima, coordenadora do projeto de pesquisa intitulado "HISTÓRIA E MEMÓRIA DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS: O IMPACTO NA AÇÃO EDUCACIONAL DE MENINAS ABAETETUBENSES (1953-1980)", a utilizarem as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Tenho consciência que do projeto de pesquisa acima mencionado, originou-se o Plano de Trabalho intitulado: REPRESENTAÇÕES DA EDUCAÇÃO DE MENINAS DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS EM MEMÓRIAS DE EX-ALUNAS, que com minhas contribuições apresentar-se-á brevemente como produção científica em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ao mesmo tempo, libero a utilização de fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos acadêmicos, em favor das pesquisadoras do projeto acima especificadas, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Abaetetuba, 26 de Novembro de 2018

Joelma da Silva Trindade

Pesquisador (Discente) responsável pela pesquisa

Maria Edna Pontes Machado

Sujeito da Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FAECs

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Regina Maria S. Coudoso
CPF 59586001253 RG 2633522,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora discente Joelma da Silva Trindade e sua orientadora a professora Dr^a Maria do Socorro Pereira Lima, coordenadora do projeto de pesquisa intitulado "HISTÓRIA E MEMÓRIA DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS: O IMPACTO NA AÇÃO EDUCACIONAL DE MENINAS ABAETETUBENSES (1953-1980)", a utilizarem as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Tenho consciência que do projeto de pesquisa acima mencionado, originou-se o Plano de Trabalho intitulado: REPRESENTAÇÕES DA EDUCAÇÃO DE MENINAS DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS EM MEMÓRIAS DE EX-ALUNAS, que com minhas contribuições apresentar-se-á brevemente como produção científica em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ao mesmo tempo, libero a utilização de fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos acadêmicos, em favor das pesquisadoras do projeto acima especificadas, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Abaetetuba, 01 de dezembro de 2018

Joelma da Silva Trindade

Pesquisador (Discente) responsável pela pesquisa

Regina Maria S. Coudoso

Sujeito da Pesquisa

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Instituto Nossa Senhora dos Anjos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado (a) Senhor (a).

Esta pesquisa é sobre *Representações da educação de meninas do Instituto Nossa Senhora dos Anjos em memórias de ex-alunas* e está sendo desenvolvida pela discente Joelma da Silva Trindade, do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal da Pará, sob a orientação do (a) Profª Drª Maria do Socorro Pereira Lima. O objetivo geral do estudo é: Analisar a representação da educação proposta para as meninas abaetetubenses no Instituto Nossa Senhora dos Anjos em memórias de ex-alunas. Os objetivos específicos da pesquisa consistem em constituir uma representação de ex-alunas que estudaram no Instituto Nossa Senhora dos Anjos; fazer um mapeamento do perfil social, econômico e profissional dessas ex-alunas; conhecer, nas memórias da ex-alunas, práticas educativas e tarefas escolares que fizeram parte do cotidiano do Instituto Nossa Senhora dos Anjos; conhecer os interesses pessoais das famílias em confiarem a formação educacional das filhas às Irmãs Missionárias Capuchinhas e conhecer a representação do Instituto Nossa Senhora dos Anjos na formação educacional das ex-alunas. Este trabalho visa contribuir para a constituição da história da educação abaetetubense, por meio de depoimentos de ex-alunas do referido instituto. Solicitamos a sua colaboração na concessão da documentação disponível na instituição, concernente ao período delimitado deste estudo, como também sua autorização para apresentar os resultados desta pesquisa em eventos da área da educação, bem como, na produção final em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Esclarecemos que a participação no estudo é voluntária e, portanto, a instituição não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador(a). Os pesquisadores estarão a disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.



Profa. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima- SIAPE 2271728
Faculdade de Educação e Ciências Sociais-FAECS
Campus Universitário de Abaetetuba



Assinatura do(a) discente responsável

Considerando, que o Instituto Nossa Senhora dos Anjos foi informado dos objetivos e da relevância do estudo proposto, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro que é de total consentimento da instituição a realização da pesquisa documental, que compreende cópias e/ou registros fotográficos dos documentos disponíveis no acervo do INSA, como também é de comum acordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que a instituição receberá uma via desse documento.

Abaetetuba, 17 de junho de 2019.



Vice-diretora da instituição

Ir. Ermeida dos Santos Coelho
Vice-Diretora

Formação em Gestão Educacional
Diploma RES. Port. nº 1186/06- MEC/ES

Contato com o Pesquisador (a) que realizará o estudo:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Joelma da Silva Trindade, Telefone: (91)981808085, residente no município de Abaetetuba, CEP: 58059-900. E-mail: trindadejoelma21@gmail.com

ANEXOS

ANEXO A- Documento do Ano Domini (1953)

- ANO DOMINI - 1953

Fundação do Educandário "N. S. dos Anjos" na cidade de Abaetetuba,
Estado do Pará.

Aos sete de Março do corrente ano, 12 sabado do mês esse, de Santo Tomaz de Aquino - o anjo das Escolas Católicas - logo às primeiras horas do dia, aproximava-se de Abaetetuba o confortavel motor "Chiquinho Ferreira" que desde a véspera à noite saíra de Belém, com destino aquela cidade, onde estava sendo anciosamente esperado. Logo que foi avistado pela multidão que se aglomerava na ponte, ouviu-se o estrépito de inúmeros foguetes estourando no ar e o som festivo de uma afinada banda de música rompeu em notas vibrantes, enchendo de alegria o ambiente àquela hora matinal. Porque era assim tão festivamente recebido o motor "Chiquinho Ferreira"? Que novidade extraordinária teria dado ensejo para tanto regosijo à sua entrada no porto de Abaetetuba? É que fôra ele o vaso escolhido para levar àquela boa gente o objeto de suas ardentes aspirações, isto é, as Religiosas que iam afinal fundar o colégio ha tanto tempo desejado. Acompanhadas muito honrosamente pelo Exmo. Rev. D. Mário de Miranda Vilas Bôas, DD. Arcebispo Metropolitano; Rev. Frei José Maria de Manaus, esforçado Vigário da Paroquia; Revdma. Madre Josefa Maria de Aguiraz, Superiora Geral da Congregação, seguiam, pois, a bordo do "Chiquinho Ferreira" seis Irmãs Terceiras Capuchinhas para a fundação do Educandário "N. Senhora dos Anjos". Faziam parte da comitiva o R. Frei David de Miritiba, a Superiora da Casa Santo Antonio e um estudante do Seminário Arquidiocesano. Ao desembarque usou da palavra o Sr. Joaquim Mendes Contente, m/ Prefeito da Cidade, saudando o Sr. Arcebispo e as Irmãs. Logo após aberto o pátio sagrado sobre a veneranda pessoa do amado Pastor, organizou-se o imenso cortejo que se compunha da cidade em péso a passo lento, dirigiram-se todos à Matriz onde o Sr. Arcebispo e os RR. PP. iam celebrar o Santo Sacrificio. As ruas se achavam

caprichosamente embandeiradas, vendo-se também diversas faixas com dísticos expressivos em que se lia o contentamento ali reinante. Durante o trajeto do porto à Igreja o povo cantava com acentos de piedade muito sentida o Hino Oficial do VI Congresso Eucarístico. Ao terminar a santa Missa, D. Mario dirigiu aos fiéis a sua palavra eloquente, repassada de fé, de alegria, de entusiasmo, dissertando sobre o Sinal da Cruz, a cuja sombra nasceu o nosso querido Brasil tendo por berço a graça da Santa Missa. Apresentou ao povo as suas felicitações pelo presente que acabavam de receber, isto é, a vinda das Irmãs e, por último, externou à Madre Geral os mais sinceros agradecimentos, desejando o melhor êxito possível no desempenho dos trabalhos das Irmãs neste novo campo de apostolado, estendendo à Congregação inteira as suas bênçãos paternais. Ao sair da Igreja, dirigiram-se todos ao salão paroquial onde foi servida uma lauta mesa de café. Em seguida, após um ligeiro passeio pela cidade, foram as Irmãs para a sua modesta e simpática residência, tendo sido acompanhadas por multidão enorme de crianças que as não queriam mais deixar. O almoço desse dia foi oferecido pelo Sr. Prefeito, na intimidade de sua distinta família, no qual tomaram parte o Sr. Arcebispo, os Padres Capuchinhos e as Autoridades locais. À tarde, todo povo se encaminhou para a casa das Irmãs, afin de assistir a cerimônia do benzimento. Logo após realizou-se uma sessão solene presidida por D. Mario. Vários oradores se fizeram ouvir e o Sr. Prefeito num gesto muito cativante que lhe mereceu o mais franco elogio, mandou lêr pelo seu Secretário o "Decreto-lei" que autorizava dar às Irmãs a quantia de cinco mil cruzeiros, mesmo "ad referendum", importância essa que na mesma ocasião foi entregue à Superiora do recém-fundado Educandário, com promessa de outras subvenções para o futuro. O Sr. Arcebispo, congratulando-se, mais uma vez, com as famílias de Abaetetuba pela fundação do Educandário "Nossa Senhora dos Anjos", onde seriam formadas muito tristemente as futuras mães, parabenizou as crianças pedindo para elas uma ruidosa salva de palmas, no que foi calorosamente aplaudido. Com o nos-

o bellissimo "Hino Nacional", cantado entusiasticamente por todos os presentes, ficou encerrada a magnifica sessão. A Comunidade fundadora do Educandário "Nossa Senhora dos Anjos", ficou assim constituída: Irmã Otavia Maria de Cabedelo, Superiora; Irmã Antonia Maria de Pedro II, Vigária, mestra de trabalhos e dirigente do curso profissional doméstico; Irmã Zita Maria de Barra do Corda, Irmã Nazaré Maria de Parnaíba, Irmã Domingas Maria de Fortaleza e Irmã Stela Maria de Itapipóca, professoras. Além dos seguintes cursos: infantil, primário, admissão e profissional doméstico, todos devidamente remunerados, o Educandário propõe-se a criar também um curso gratuito para crianças reconhecidamente pobres e uma escola de alfabetização para domésticas e operárias. Que as bênçãos de Deus e do nosso Seráfico Pai São Francisco se derramem em profusão sobre esta nova família, e n. S. dos Anjos guarde e proteja o Educandário sob a sua tão simpática invocação, é o que de muito coração esperamos e pedimos fervorosamente, para a maior gloria de Deus e feliz prosperidade do nosso amado Instituto.

Abaetetuba, 7 de Março de 1953.

Frei Jose Maria de Manans, opmc

Joaquim Mendes Leontino

Antônio Oscar Ribeiro Mendes

Dionísio Edmilson Lobato

Benedito Silva dos Passos

Tomaz de Almeida

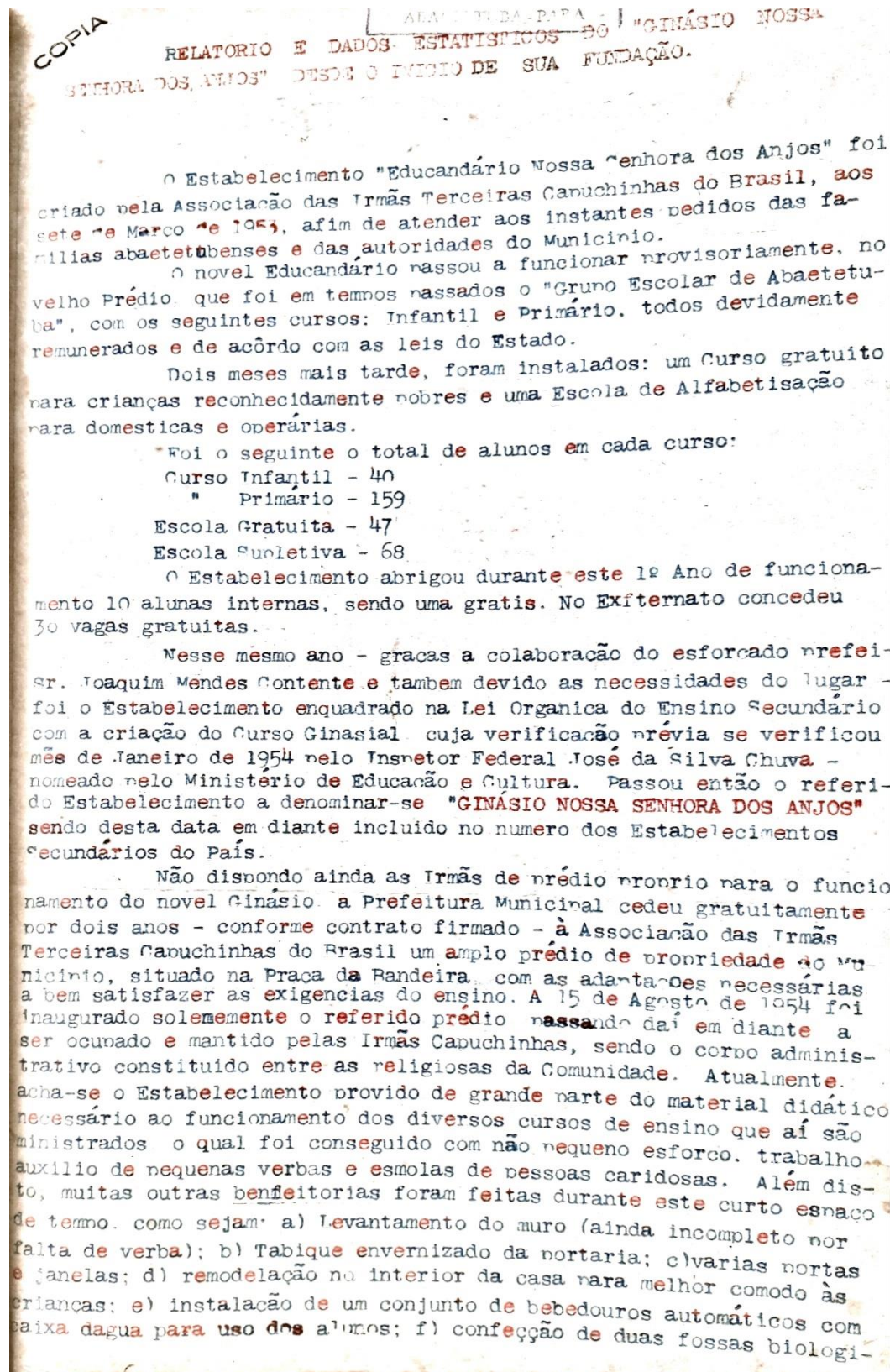
Philomena

João Luiz de Jesus

Esperina Nunes Ferreira Bon-Habit

João Theodoro de Oliveira

ANEXO B – Cópia do Relatório e dados estatísticos do “Ginásio Nossa Senhora dos Anjos” desde o início de sua fundação



ANEXO C- Regimento Interno do Ginásio "Nossa Senhora dos Anjos"

GINÁSIO N. S.^{MA} DOS ANJOS
 DAS
 IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS DO BRASIL
 ABAETETUBA - PARÁ

GINÁSIO "NOSSA SENHORA DOS ANJOS

ABAETETUBA - PARÁ

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I

Das Finalidades

ART. 1 - O Ginásio "Nossa Senhora dos Anjos", fundado e mantido pelas Irmãs Missionárias Capuchinhas do Brasil, com sede em Abaetetuba, Estado do Pará, tem como objetivo dar à juventude formação integral, a fim de prepará-la, ao perfeito conhecimento de seus deveres para com Deus a Igreja e a Pátria.

ART. 2 - Para consecução de seus objetivos o Ginásio "Nossa Senhora dos Anjos", manterá em regime de externato os seguintes cursos: Pre-Primário Primário admissão, ginásial e normal de frequência feminina.

§ Único - Conforme fôr julgado necessário, poderá vir a ser suprimido algum curso, bem como criados outros.

ART. 3 - Todos os cursos funcionarão dentro do mais estrito respeito à legislação que lhes fôr atinente.

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

CAPÍTULO I

Dos órgãos componentes

ART. 4 - O Ginásio "Nossa Senhora dos Anjos", terá em funcionamento os seguintes órgãos: a) Direção, b) Secretaria, c) Tesouraria, d) Auxiliares de Secretaria, e) Corpo Docente, f) Circulo de Pais e Mestres, g) Corpo Discente, h) Grêmio Estudantil.

§ Único - Poderão funcionar outros, tais como: Orientação Educacional, Associação de Ex-Alunas, Congregação de professores, conforme houver condições oportunas e pessoal especializado.

CAPÍTULO II

Da Direção

ART. 5 - A administração do estabelecimento estará enfaixada na autoridade da Diretora que presidirá ao funcionamento dos trabalhos escolares, ao trabalho dos professores, às atividades das alunas e às relações da comunidade escolar com a vida exterior, valendo para que regularmente se cumpra, no âmbito de sua ação a ordem educacional vigente no país.

ART. 6 - O cargo de DIRETORA será exercido por pessoa idônea, capacitada e investida na função por deliberação da entidade mantenedora do estabelecimento. Além disso, devidamente credenciada, de acordo com as exigências legais.

ART. 7º - Compete à Diretora:

- a) Cumprir e fazer cumprir as leis do ensino e as determinações legais das autoridades competentes, na esfera de suas atribuições;
- b) representar oficialmente o estabelecimento perante as autoridades federais, estaduais e municipais;
- c) superintender os atos escolares que dizem respeito à administração, ao ensino e à disciplina do estabelecimento;
- d) corresponder-se com as autoridades superiores do ensino em todos os assuntos que se refiram ao estabelecimento;
- e) dar posse e exercício a todo pessoal do estabelecimento, na forma de lei.
- f) convocar reuniões do Corpo Docente e presidi-las;
- g) receber, informar e despachar petições papéis, encaminhando-os às autoridades superiores do ensino, quando for o caso;
- h) fixar datas e horários para exames, designando bancas examinadoras e promovendo a sua realização nos termos da legislação escolar em vigor;
- i) assistir as aulas, atos e exercícios escolares de qualquer natureza;
- j) rubricar todos os livros da escrituração do estabelecimento;
- l) assinar as fôlhas de pagamento e os demais documentos relativos ao movimento financeiro do estabelecimento;
- m) aprovar os estatutos do Grêmio dos alunos do estabelecimento;
- n) aplicar as penalidades disciplinares dos alunos do estabelecimento, conforme a legislação em vigor e segundo as disposições deste regimento.

ART. 8º - Em suas faltas ou impedimentos, a direção do estabelecimento, será exercida pela VICE-DIRETORA, devendo esta estar aprovada pela Diretoria do Ensino Secundário.

ART. 9º - Cabe à Vice-Diretora:

- a) coadjuvar a Diretora na administração do estabelecimento, nos trabalhos escolares e nos demais atos para os quais for convocada por aquela;
- b) substituir a Diretora em suas férias ou impedimentos;

CAPITULO IV

Da Secretaria

ART. 10º - A Secretária terá a seu cargo o serviço de escrituração, arquivo, fichário e correspondência.

ART. 11 - O cargo de Secretária será exercido por pessoa devidamente credenciada, nos termos da lei.

ART. 12 - Compete à Secretária:

- a) Organizar o serviço da Secretaria, de modo a concentrar toda a escrituração escolar do estabelecimento;
- b) organizar o arquivo, de modo a assegurar a preservação dos documentos escolares e a poder atender prontamente a qualquer pedido e informação;
- c) cumprir e fazer cumprir os despachos e determinações da Diretora;
- d) redigir e fazer expedir toda correspondência oficial, submetendo-a antes a assinatura da Diretora;
- e) superintender e fiscalizar os trabalhos da secretaria, distribuindo-os entre as auxiliares, que lhe forem postas à disposição;
- f) escriturar os livros, fichas e demais documentos que se referem as notas e médias das alunas do estabelecimento, efetuando na época legal os cálculos de de apuração dos resultados;

- g) lavrar e subscrever as atas e termos referentes a exames, provas e resultados de trabalhos escolares;

ART. 13 - Os atos da Secretaria ficarão sob imediata responsabilidade da Diretora.

CAPITULO V

Da Tesouraria

ART. 14 - A Tesoureira terá a seu cargo todo serviço de escrituração do movimento econômico e financeiro do estabelecimento.

ART. 15 - Compete à Tesoureira ou Ecônoma zelar pela parte financeira do Ginásio, recebendo as mensalidades, contribuições, enfim, exercendo todos os atos inerentes a este cargo

CAPITULO VI

Do Corpo Docente

ART. 16 - Às auxiliares de Secretaria compete:

- a) Executar todo serviço que lhe fôr distribuído;
- b) substituir a Secretaria em suas faltas e impedimentos, por indicação da Diretora.

CAPITULO VIII

Do Corpo Docente

ART. 17 - A constituição do Corpo Docente far-se-á nos termos da legislação em vigor.

ART. 18 - Será assegurada remuneração condigna aos membros do Corpo Docente de conformidade com o disposto na legislação que regula a matéria.

ART. 19 - São deveres dos professores:

- a) Reger as classes de conformidade com a distribuição feita pela Diretora no horário estabelecido;
- b) zelar pela disciplina em sua classe;
- c) cumprir o programa estabelecido em suas cadeira
- d) estabelecer com os alunos um regime de ativa e constante colaboração;
- e) atribuir a cada aluna, na forma indicada pelo Regimento, nota de avaliação dos trabalhos escolares, entregando pontualmente, a Secretaria as médias de aproveitamento;
- f) verificar a presença das alunas e marcar-lhes as faltas no diário;
- g) registrar no mesmo diário de classe a matéria lecionada;
- h) tomar parte nos trabalhos de exames para que fôr designado;
- i) corrigir e julgar as provas escritas das disciplinas que lecionar;
- j) devolver à Secretaria, dentro de oito dias a contar da data da sua realização as provas mensais e exame final de sua disciplina;
- l) comunicar à direção qualquer anormalidade verificada durante a aula;
- m) zelar cuidadosamente pela educação moral, cívica e religiosa de suas alunas;
- n) comparecer às solenidades do estabelecimento, bem como as reuniões do corpo docente, convocadas pela Diretora;
- o) prevenir em tempo útil, as faltas a que se veja forçado;
- p) atender as solicitações da Diretora, feitas no interesse do ensino;

ART. 20 - É vedado ao professor:

- a) ocupar-se durante a aula, de assuntos alheios à matéria;
- b) ditar pontos;
- c) servir-se da cátedra para pregar doutrinas contrárias aos interesses nacionais, cristãos, católicos;
- d) aplicar penalidades às alunas, exceto de: advertência, repreensão e retirada da sala de aula.

ART. 21 - O professor estará sujeito a desconto nos vencimentos correspondentes ao número de aulas que faltar por motivo justo.

CAPITULO VIII

Do Circulo de Pais e Mestres

ART. 22 - O Circulo de Pais e Mestres do Ginásio "Nossa Senhora dos Anjos", pela coordenação dos esforços do lar e da escola visa a melhoria constante do processo educativo e do bem estar dos educandos.

ART. 23 - O Circulo de Pais e Mestres reger-se-á por Estatutos próprios, aprovados pela direção do Ginásio.

CAPITULO IX

Do Corpo Discente

ART. 24 - O Corpo Discente é constituído de todas as alunas regularmente matriculadas no estabelecimento.

ART. 25 - A aluna matriculada tem o direito de receber, em igualdade de condições, a orientação necessária para realizar suas atividades escolares, bem como de usufruir todos os benefícios de caráter religioso educativo, recreativo ou social que o estabelecimento proporcione às alunas da série em que estiver matriculada.

§ Único - Perderá os direitos especificados acima, as alunas que estiverem sob punição disciplinar ou não cumprir as obrigações que assumir para com o estabelecimento.

ART. 26 - São deveres da aluna:

- a) acatar a autoridade da Diretora, dos professores e dos funcionários do estabelecimento e tratá-los com urbanidade e respeito;
- b) tratar com urbanidade as colegas e as pessoas estranhas com quem venham entrar em contacto;
- c) apresentar-se para as aulas, inclusive as de Educação Física, trajando uniforme completo, com o máximo asseio e alinhamento, na própria pessoa e no traje. O uso do uniforme restringe unicamente aos atos escolares;
- d) ser assídua e pontual nos trabalhos escolares e extra-curriculares;
- e) obedecer às determinações gerais do Regimento, da Diretora, dos professores e dos funcionários investidos de autoridade;
- f) possuir o material escolar exigido, mantendo em perfeita ordem e devidamente cuidado;
- g) entrar para as aulas e delas sair, sem tumulto;
- h) ocupar na classe o lugar que lhe foi designado, ficando responsável pela conservação da carteira;
- i) erguer-se do seu lugar em atitude correta à entrada e saída do professor da Diretora, de autoridades do ensino e de visitantes;
- j) comparecer às comemorações cívicas e religiosas, determinadas pelo estabelecimento; excetuadas as alunas que não professam o credo católico;
- l) colaborar com a direção do estabelecimento, na conservação e asseio do

- prédio, do mobiliário escolar e de todo material de uso coletivo;
- m) indenizar os prejuízos, quando produzir dano material no estabelecimento e a objetos de propriedade de colegas e funcionários;
 - n) devolver no devido prazo, os livros que retirar da Biblioteca para consulta;
 - o) portar-se, quer na escola, quer fora, como cidadã consciente dos seus deveres morais, religiosos e cívicos.

ART. 27 - É vedado às alunas:

- a) entrar em classe ou dela sair, sem permissão do professor;
- b) ausentar-se do estabelecimento sem a licença da Diretora
- c) ler ou ocupar-se durante as aulas, com qualquer trabalho estranho às mesmas;
- d) ter consigo, além de livros e objetos escolares, livros, impressos, gravuras ou escritos de qualquer gênero, impróprios à sua instrução e bons costumes; e praticar dentro e fora do estabelecimento, atos ofensivos à moral e aos bons costumes;
- e) formar grupos ou produzir algazarras e distúrbios nos corredores e pátios, bem como nas imediações do estabelecimento, durante o período das aulas, ou no seu início ou término;
- f) promover sem autorização da Diretora, rifas coletas ou subscrições, dentro ou fora do estabelecimento;
- g) promover manifestações coletivas ou nelas tomar parte, salvo quando convidadas pela Direção do estabelecimento ou por ela autorizada;
- h) impedir a entrada de colegas às aulas ou concitá-las a ausência coletiva;
- i) desrespeitar a orientação religiosa do estabelecimento, por atos ou manifestações que firam esta orientação;
- j) realizar durante os períodos letivos, congressos, semanas estudantis, excursões e comemorações que possam perturbar os trabalhos escolares.

CAPÍTULO X

Do Grêmio estudantil

ART. 28 - A Direção do estabelecimento incentivará as iniciativas das alunas no setor cultura e prestigiará o funcionamento do grêmio estudantil para fins religiosos, literários, científicos, artísticos, desportivos ou assistencial.

ART. 29 - O Grêmio terá estatutos próprios, previamente aprovado pela Direção do estabelecimento.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

Da estrutura curricular

ART. 30 - O Ginásio "Nossa Senhora dos Anjos", adotará uma estrutura curricular que esteja conforme o disposto pela LEI DE DIRETRIZES E BASES.

§ 1º - As disciplinas que constituírem o currículo, conforme o disposto no artigo supra, ocuparão em conjunto em cada série, 24 horas semanais.

§ 2º - Merecerá especial atenção o ensino de Português, sendo no mínimo quatro aulas semanais em cada série.

§ 3º - No desenvolvimento do currículo, será dada especial atenção às peculiaridades regionais.

ART. 31 - Em relação às práticas educativas serão observadas as seguintes normas:

- a) Entre as práticas educativas: educação religiosa, educação cívica, educação artística, educação doméstica e artes femininas, o estabelecimento adotará duas sendo levada em conta a atual situação dos professores, como também facilitar o aproveitamento de professores de disciplinas afins.
- b) Como disciplina extra-classe, com frequência obrigatória para as alunas de credo católico, fará parte do currículo como prática educativa a Educação Religiosa.
- c) Não será atribuída nenhuma nota às práticas educativas.

ART. 32 - O currículo não poderá ser modificado no decurso do ano letivo.

ART. 33 - Qualquer modificação que se pretenda introduzir no currículo, deverá ser submetida à aprovação da autoridade competente, até o mês de dezembro, para poder vigorar no ano letivo seguinte.

ART. 34 - Poderá haver flexibilidade no currículo em relação às matérias optativas e práticas educativas, no caso de haver dificuldade de professores para as matérias e práticas determinadas no currículo.

CAPITULO II

Dos programas

ART. 35 - Os professores organizarão os programas das disciplinas e das práticas educativas, tendo em vista o tempo semanal reservado para cada uma, nos horários e, quanto as disciplinas obrigatórias, respeitadas a amplitude e o desenvolvimento da matéria, fixada pelos Conselhos de Educação.

ART. 36 - Sempre que houver mais de um professor, para a mesma disciplina, o programa deverá ser organizado pelos professores em conjunto.

ART. 37 - Os programas deverão ser aprovados pela Direção do Estabelecimento, bem como as modificações propostas.

ART. 38 - A escolha dos livros didáticos cabe ao professor, com a aprovação da Direção do estabelecimento. Qualquer substituição do livro adotado deverá ser proposta por escrito, com a devida justificação.

CAPITULO III

Do calendário escolar

ART. 39 - O ano letivo terá início a 15 (quinze) de fevereiro e se encerrará logo que se completarem os 180 dias exigidos por lei.

ART. 40 - O ano letivo 180 dias de trabalho escolar efetivo, não incluindo o tempo reservado a provas e exames.

ART. 41 O horário escolar será organizado pela Diretoria, antes da abertura do curso, de maneira que haja, no mínimo 24 horas de aulas semanais, de duração de aproveitamento de 50 minutos.

§ Único - Na organização do horário, a Diretoria terá em vista os altos interesses do ensino, devendo evitar, quanto possível, que os professores fiquem com intervalo prolongado entre aulas, e que as aulas não tenham horário prejudicial a saúde.

ART. 42 - O horário para os exames finais será afixado, pelo menos 48 horas de antecedência, em lugar frequentado pelas alunas e na sala dos professores.

ART. 43 - As provas, trabalhos escritos ou gráficos, para notas mensais serão realizados sem abstenção de aulas e o professor poderá permitir que a aluna tendo entregue o trabalho, se retire da classe antes de findar a aula.

ART. 44 - Haverá dois períodos de férias: um de 1º de julho a 31 de julho inclusive; o outro após as provas finais, até o início do novo ano letivo.

ART. 45 - Além dos feriados nacionais, estaduais e municipais e dos dias santificados, segundo a Igreja Católica, serão feriados próprios do Estabelecimento.

- a) 4 de setembro, dia da Santa Patrona do Colégio
- b) 4 de outubro, dia do Santo Fundador da Ordem.

CAPITULO IV

Da matrícula

ART. 46 - Só a alunas devidamente matriculadas, é permitido a frequência às aulas do estabelecimento.

ART. 47 - A matrícula ou a sua renovação, deverá ser requerida pelo Pai ou responsável, no período legal determinado pelo estabelecimento.

§ Único - Serão atendidos, excepcionalmente, os pedidos de matrícula até 10 de março, os que por motivo justo, não poderem realizá-la no período determinado. Ser-lhe-ão computadas as faltas, desde o dia do início das aulas.

ART. 48 - Para matrícula na 1ª. série do Curso Ginásial será exigida a seguinte documentação:

- a) Certificado de conclusão do curso Primário;
- b) Prova de idade que se verifique ter a candidata 11 anos completos ou a completar até 31 de dezembro.
- c) Provas regulamentares de sanidade física e mental e de imunização anti-variolica, podendo ser feita ainda, exigência de quaisquer outras provas, sempre que as autoridades competentes as julgarem necessárias.
- d) Título de eleitor para as que já tenham completado 18 anos.

§ Único- As alunas que concluírem a 5ª. série em outros estabelecimentos congêneres deverão fazer provas escritas de Português e Matemática a critério de seleção.

ART. 49 - Para a matrícula nas demais séries: certificado de aprovação da última série cursada.;

ART. 50 - A matrícula poderá ser negada pela Diretoria do Ginásio, seja qual for a série, se a aluna houver revelado má conduta nos anos anteriores.

ART. 51 - O cancelamento da matrícula poderá ocorrer: por iniciativa do estabelecimento, como penalidade ou a pedido do responsável pela aluna.

- a) O cancelamento de matrícula como penalidade, deverá obedecer ao que for previsto no Regimento Interno do estabelecimento, devidamente aprovado pela Diretoria do Ensino Secundário.
- b) Quando o cancelamento se processar por iniciativa do responsável pela aluna, bastará uma simples notificação agorita, sem necessidade de qualquer justificação.

ART. 52 - Em qualquer caso de matrícula, o requerente deverá declarar por escrito, que aceita as disposições deste Regimento Interno, do qual teve prévio conhecimento.

CAPITULO V

Das transferências e adaptações

ART. 53 - Normalmente a aluna somente poderá pedir transferência depois de prestados todos os atos escolares relativos ao ano letivo, inclusive a prestação dos exames de 2a. época.

ART. 54 - Excepcionalmente a aluna poderá pedir transferência no decorrer do ano letivo, inclusive comprove a necessidade da transferência, à juízo da Direção do estabelecimento.

Art. 55 - O estabelecimento receberá transferências de alunas de outros ginásios comotambém de outros cursos médios, mediante conveniente adaptação por parte da educanda, no decurso do ano letivo, nunca, porém nos últimos dois meses.

ART. 56 - O processo de adaptação, que poderá variar em cada caso, terá por escopo, permitir à aluna a aquisição de conhecimentos indispensáveis para que possa seguir, com proveito, o novo currículo.

CAPITULO VI

Da Frequência

ART. 57 - É obrigatória a frequência às aulas e práticas educativas, não podendo prestar exame final, em primeira época, a aluna que houver faltado a mais de 25% da totalidade das aulas dadas, mais as sessões de práticas educativas realizadas.

ART. 58 - As alunas infrequentes, que não tiverem comparecido 75% no mínimo das aulas dadas, farão as provas juntamente com as de 2a. época.

ART. 59 - O médico do estabelecimento, quando indicado, poderá dispensar a aluna da frequência às sessões de educação física.

ART. 60 - As faltas das alunas às aulas, serão registradas nos diários de classe pelo respectivo professor.

§ Único - Nenhuma aluna poderá retirar-se da sala de aula sem permissão do professor, nem do estabelecimento, antes de terminarem as aulas do dia, sem permissão da autoridade escolar competente.

ART. 61 - A entrada tardia da aluna em classe só será permitida, se nisso consentir o professor e dentro dos dez primeiros minutos de aula.

ART. 62 - Os pedidos de saída antecipada, salvo em caso de enfermidade somente serão atendidos quando solicitados pelos pais ou responsáveis, mediante anotação na caderneta da aluna.

CAPITULO VII

Da verificação do rendimento escolar

ART. 63 - O aproveitamento das alunas será avaliado através dos trabalhos escolares mensais realizados durante o ano letivo e o exame final escrito.

ART. 64 - Cada aluna receberá mensalmente, de março a outubro, excluído julho, notas de zero a dez (0 a 10) resultantes de exercícios escritos, arguições e exercícios práticos.

§ Único - Em cada mês deverá ser feita a revisão da matéria do mês anterior.

ART. 65 - O exame final será realizado, logo que sejam completos os 180 dias de aulas, a critério da Diretora do estabelecimento.

§ 1º - Ao professor ficam assegurados: liberdade de questões e autoridade de julgamento.

§ 2º - Os exames serão prestados perante uma comissão de dois (2) professores do próprio estabelecimento.

§ 3º - As provas do exame final constarão de toda matéria lecionada durante o ano e terá caráter objetivo.

ART. 66 - A média final de cada disciplina será a resultante da soma da média das notas mensais, com a nota alcançada no exame final, com os pesos 6 e 4 respectivamente, sendo o divisor dez (10).

$$\frac{6 \text{ MNM} + 4 \text{ EF}}{10}$$

§ 1º - A média final exigida para a aprovação nas disciplinas será a nota cinco(5) ou mais.

§ 2º - Será considerada reprovada a aluna que não conseguir a média mínima de aprovação em três (3) ou mais disciplinas.

§ 3º - No cálculo da média final de cada disciplina eliminar-se-á sempre a segunda decimal. No caso de atingida a média 4,9 e esta vier implicar na perda do ano, arredondar-se-á esta média para cinco (5).

§ 4º - A aluna que obtiver no total das médias mensais 49 pontos, fica dispensada do exame final, sendo para obtenção da média final usado o divisor (7) sete.

§ 5º - Para gozo da isenção dos exames finais, além da média final 7 (sete) por disciplina, exige-se um conceito em Práticas Educativas, a ser determinado pelo Estabelecimento e atribuído à aluna pelos respectivos professores.

ART. 67 - Será concedido um exame escrito e oral de 2a. época, a realizar-se em época legal, à aluna que, após os exames finais não conseguir a média anual mínima de aprovação em uma ou duas disciplinas. A média final será então, o resultado da soma da média das notas mensais com a média do exame de 2a. época, com os pesos 6 e 4 respectivamente, sendo o divisor 10 (dez).

$$\frac{6 \text{ MNM} + 4 \text{ M2a. época}}{10}$$

§ Único - Para prestar os exames de 2a. época será exigida da aluna a frequência de 50%.

ART. 68 - Conceder-se-á segunda chamada de provas às alunas que não comparecerem à primeira: por motivo de doença, comprovado por atestado médico; luto, em consequência de falecimento de parente próximo, ou gala.

§ Único - A segunda chamada de que trata este artigo, deverá ser requerida pela aluna à Diretora do estabelecimento até oito dias após a realização da prova ou provas que não tiver comparecido.

ART. 69 - Será atribuída nota zero, a aluna que deixar de comparecer à primeira chamada sem motivo de força maior, ou a que não comparecer à segunda chamada.

TÍTULO IV

Das penalidades

ART. 70 - Os membros do Corpo Docente estão sujeitos às penalidades de advertência, exclusão e exoneração aplicadas pela Direção do estabelecimento, res-

peitadas as disposições legais.

ART. 71 - Pela inobservância de seus deveres, as alunas são passíveis das seguintes penalidades :

- a) admoestação em aula pelo professor;
- b) expulsão de aula pelo professor, que, neste caso, fará imediata comunicação à Diretora do estabelecimento;
- c) suspensão até oito (8) dias;
- d) exclusão definitiva.

§ 1º - A pena de suspensão até 8 dias será aplicada pela Diretora, graduada em função da falta cometida e acarretará perdade direito referente a qualquer ato escolar ocorrido no prazo em que vigorar a penalidade.

§ 2º - A pena de exclusão definitiva será aplicada pela Diretora mediante processo por ela presidido.

§ 3º - O processo disciplinar a que se refere o parágrafo anterior será instaurado por dois professores do estabelecimento e sendo a aluna menor, será assistido pelo Pai ou representante legal.

ART. 72 - Além das penalidades previstas no artigo anterior, a Diretora do estabelecimento, poderá expedir compulsoriamente a guia de transferência da aluna que fôr manifestamente incorrigível, colocando os documentos à sua disposição ou de seu responsável, quando se tratar de aluna menor.

TITULO V

Das contribuições

ART. 73 - As anuidades serão fixadas pela direção do estabelecimento no início do ano letivo.

§ 1º - As anuidades devidas pelas alunas poderão ser pagas de uma só vez, no ato da matrícula, ou ser divididas em uma, duas ou quatro prestações, pagas adiantadamente dentro do dez (10) primeiros dias dos respectivos períodos.

§ 2º - Em caso de irmãs matriculadas simultaneamente no estabelecimento, será feita uma redução na anuidade.

§ 3º - A aluna em atraso em seus pagamentos, poderá a juízo da direção do estabelecimento, ser impedida de prestar o exame final.

§ 4º - O estabelecimento reservará, anualmente, matrículas gratuitas para alunas reconhecidamente pobres, a juízo da Diretoria.

TITULO VI

Das disposições gerais

ART. 74 - O ano letivo será iniciado com ato público externo tanto religioso como literário.

ART. 75 - Nenhum documento poderá ser retirado do arquivo. Mediante requerimento, poderá ser efetuada a substituição por fotocópia devidamente autenticada em Cartório, de qualquer documento do interesse da aluna.

ART. 76 - A cada aluna corresponderá uma pasta, na qual se arquivarão seus requerimentos com os respectivos documentos e fichas.